

# REVISTA MUNICIPAL

ANO XXII — NÚMERO 90 — 3.º TRIMESTRE DE 1961

#### PREÇARIO DA REVISTA

Preço avulso .....	12\$50
Números duplos .....	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números) .....	40\$00



#### DEPOSITÁRIO GERAL

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º  
Telef. 2 57 11



#### CORRESPONDÊNCIA

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa  
Praça do Município — Telef. 36 29 51

# REVISTA MUNICIPAL



DIRECTOR

*HENRIQUE MARTINS GOMES*

•

ASSISTENTE GRÁFICO

*JOSE ESPINHO*

DESENHOS DE

*CARLOS RAFAEL*

*LEONILDO DIAS*

*JOÃO VELEZ*

*JOSE ESPINHO*

CAPA DE

*JOÃO VELEZ*

*LEONILDO DIAS*



# SUMÁRIO

*O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES (CONTINUAÇÃO)*  
FERREIRA DE ANDRADE

*O MUNICÍPIO DE LISBOA E O FOMENTO DO TURISMO*  
JOÃO PINA VIDAL

*APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DE UMA QUINTA SUBURBANA*  
J. M. CORDEIRO DE SOUSA

*O PEIXE NA ALIMENTAÇÃO DA LISBOA SEISCENTISTA*  
FERNANDO CASTELO-BRANCO

*ACONTECIMENTOS CIDADINOS*

*GEOLOGIA DE LISBOA—APONTAMENTOS SOBRE OS CICLOS  
EVOLUTIVOS DA FORMAÇÃO DA PENÍNSULA ONDE ESTÁ  
EDIFICADA A CIDADE-CAPITAL*  
MÁRIO PIRES

*ANTOLOGIA DE LISBOA*

*HORS-TEXTE—TORRE DE BELEM NA ENTRADA DO TEJO*





OS ARTIGOS PUBLICADOS  
NA «REVISTA MUNICIPAL»  
SÃO DA RESPONSABILIDADE  
DOS SEUS AUTORES





# O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES

*(Continuação do número anterior)*

1671-1682

D. GARCIA DE MELO, D. RODRIGO DE MENESES, MARQUÊS DE TÁVORA, CONDE DA ERICEIRA, CONDE DE FIGUEIRÓ, MANUEL DE MELO, D. PEDRO DE ALMEIDA, DIOGO DE MENDONÇA FURTADO, D. ANTÓNIO ALVES DA CUNHA, MANUEL DA CUNHA, D. FRANCISCO MASCARENHAS, MARQUÊS DE CASCAIS, D. DIOGO DE FARO, TRISTÃO DA CUNHA, D. MIGUEL LUIS DE MENESES, CONDE DE SOURE, CONDE-BARÃO, D. MARCOS DE NORONHA, D. LUIS DA COSTA, JOÃO DE SALDANHA E ALBUQUERQUE E LUIS GONÇALVES DA CÂMARA

Desconhecem-se os motivos que levaram os ministros do Infante D. Pedro a impor ao Senado um novo regimento, e a substituir, assim, o que vigorava precisamente havia um século.

Uns anos antes <sup>(1)</sup> tinha já o Regente restabelecido a Casa dos Vinte e Quatro (extinta por D. Luísa de Gusmão em 1661), pelo que voltaram a intervir na gerência municipal os procuradores.

O decreto de 5 de Setembro de 1671 suprime a existência de um presidente do Senado. Garcia de Melo terminara o seu mandato em 24 de Maio <sup>(2)</sup> e não fora reconduzido. Os vereadores <sup>(3)</sup>, que com ele serviam, continuaram à frente da administração da cidade até lhes ser dada, pelo mesmo decreto, a aposentação segundo as normas então estabelecidas.

No preâmbulo desse decreto escreve-se: «Por me parecer conveniente e necessario mudar em parte a forma do governo do senado da Camara desta cidade, em consideração do bem público que a isso me move e persuade, fui servido resolver que por ora entrassem logo a servir de vereadores e continuassem até fim do ano que vem de 1672, Garcia de Mello, monteiro-mór do reino, D. Rodrigo de Menezes, gentilhomen de minha camara, do meu conselho de estado e meu estribeiro-mor, o marquez de Tavora, gentilhomen da minha casa, do meu conselho de guerra e governador das armas da provincia de Traz-os-Montes. . . ».

Além destes três vereadores fidalgos, são também nomeados dois desembargadores: Dr. Mateus Mouzinho e Dr. Manuel Rodrigues Leitão.

Sobre as nomeações dos vereadores fidalgos chegaram até nós as críticas acerbas de um memorialista mordaz e incisivo <sup>(4)</sup>.

«Lembrado fizeram os fidalgos este mês de Agosto» (o que prova que as nomeações foram tornadas públicas antes mesmo do decreto da nomeação) «com sairem com uma pretensão em que há muitos tempos andavam» (o que também vem explicar o facto de não ter sido reconduzido Garcia de Melo); «tiveram agora ocasião, sendo a maior a grande sede de querer cada um tudo para si e o verem-se sem os postos de guerra, donde comiam sem medida; e acabaram com S. A. (sic), que os vereadores da Camara de Lisboa fossem Fidalgos e não Bacharéis, querendo agora comer pela taxa os mesmos que até agora comiam a taxa; tal é a variedade dos tempos e a constância dos Principes, que uns aprovam o que antes censuram, e o que muitos abominam outros o defendem.»

---

<sup>(1)</sup> Carta régia de 25 de Maio de 1668.

<sup>(2)</sup> *Livro Carmezim*, fl. 133-v.

6 <sup>(3)</sup> Dr. Cristóvão Soares de Abreu, José Correia de Carvalho, Francisco de Sá de Menezes, Manuel de Tovar de Vasconcelos, Manuel da Cunha Sotto Mayor e Pedro de Almeida, todos desembargadores da Casa da Suplicação.

<sup>(4)</sup> *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, vol. II, págs. 131 e 132.

De facto, a preponderância da administração municipal foi dada aos três vereadores fidalgos, sujeitando-se Garcia de Melo a ocupar, no mesmo grau de hierarquia dos seus dois colegas, a cadeira de vereador, quando exercera, durante três anos, o elevado cargo de presidente.

O mesmo memorialista comenta, uma vez mais, esta nomeação, onde transparece, de facto, uma animosidade verrinosa contra a nobreza de então:

«Em o princípio de Setembro tomaram posse da Camara, com o titulo de vereadores anuais, o marquês de Tavora, D. Rodrigo de Menezes e o aposentador-mor<sup>(\*)</sup>. Choveram as pragmáticas e puseram de lado as presunções: que as ruas se limpassem, que o peixe se vendesse aos arrátéis, que todos vestissem à portuguesa, que os donos dos géneros os vendessem por si e não por terceira pessoa. E se alguma cousa se conseguiu logo acabou. A nenhum pôs no lugar o zelo do comum, senão a conveniência particular; e esta se explicava o cuidado e todas as mais malogrou o descuido. O costume envelhecido é como o tronco robusto com o tempo; não se corta senão à força de muitos golpes. Além de que, com diferentes redeas se governa a grandeza da carroça e a docilidade do potro; um mesmo freio não pode domar o potro e o ginete. Uma cidade, que é um mundo, não se sustenta com taxa, senão com abundancia.»

E adiante, numa alusão aos elevados encargos que a Câmara passava a suportar com os ordenados dos vereadores aposentados, escreve ainda o autor das *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*: «Havia queixa dos ministros da Justiça, que pecavam por omissão, despachando tarde e mal; acudiu-se ao remédio aposentando velhos e imperitos; e foram muitos os aposentados, castigo de eleger para os officios ministros indignos, pagando com a retenção dos ordenados os erros da escolha e da eleição, dando de comer ao inútil porque se não deu o lugar ao benemérito, com a pensão de ficar obrigado ao dano que ocasionou constituindo no pôsto ao inhábil e ao flexo.»

Reflectia o comentador o ambiente de então? Se subtraírmos o hiperbolismo da crítica não será ousado baseá-la no ressentimento do povo contra certa facção da nobreza. Neste mesmo ano de 1671 Portugal estava à beira de uma nova guerra com Castela. Luís XIV, assinada, por determinação da Tríplice Aliança, a paz com a Espanha, deseja subjugar a Holanda. Para levar por diante os seus intentos estreita as relações com Portugal, aproveitando-se dos conhecidos ressentimentos dos Portugueses com aquele povo. Mas a entrada de Portugal numa coligação contra a Holanda se, por um lado, libertava a Nação do pagamento de uma elevada indemnização (proveniente do tratado de 1661) e «sorria ao brio português», por outro, levar-nos-ia a nova guerra com a Espanha. Não a desejava, porém, o povo; a maioria da Nação. Poderia ela convir a alguns nobres, por motivos fáceis de compreender. Deste clima de receio, de incertezas, falamos claramente Frei Domingos Navarrete<sup>(\*)</sup>: «En aquellos dias huvo alguna inquietud

(\*) Engano do autor: Garcia de Melo foi monteiro-mor e nunca aposentador-mor.

(\*) *Tratados históricos, políticos, etc.*, Madrid, 1676.



sobre fazer guerra a España; los fidalgos se inclinavam a ello, porque dizian tendrian que comer por este camino; el Pueblo no venia en ello, y menos las regiones; predicaron en diversos conventos contra los que andavan inquietos. En Santo Domingo aí lo mismo, y dixo el maestro Murero, Predicador del Rey: Los Angeles han de pelear contra nosotros, porque no ay titulo ninguno, que justifique esta guerra.»

Dos três fidalgos nomeados para a Câmara, um, pelo menos, não era partidário da intervenção de Portugal ao lado dos interesses da França: o Marquês de Távora<sup>(7)</sup>. O seu elogio, como dos mais valentes soldados das guerras da Independência, é-nos dado pelo seu grande amigo e admirador, o Conde da Ericeira, no *Compêndio Panegírico*. De D. Rodrigo de Meneses, não nos conduzem os documentos compulsados a formular um juízo perfeito sobre a sua conduta como homem de estado. Sabemos somente que ao iniciar a vida pública fora Cónego da Sé de Évora e Arcediago; mais tarde, Governador da Relação e Casa do Porto, Regedor da Casa da Suplicação e Presidente do Desembargo do Paço. D. Rodrigo de Meneses, segundo o autor das *Memórias dos Grandes*<sup>(8)</sup>, foi um dos principais instigadores no caso da deposição de D. Afonso VI.

Um ano depois de ter entrado para a Câmara, adoeceu gravemente. Ouçamos, mais uma vez, o filosófico e contundente narrador seiscentista<sup>(9)</sup>: «A D. Rodrigo de Meneses deu um acidente de apoplexia, tirou-lhe a fala com lhe engrossar a língua, e o movimento de todo o corpo, deixando-lhe todos os mais sentidos. Que discursos fez o agravo, a lástima, a dependência, a vingança e a inveja, tam encontrados uns e outros quanto eram os affectos que os formavam! Têm os ministros a desgraça de morrerem sem amigos, porque lhes relatam as acções da vida com a língua da ingratidão e da queixa; o povo, que na vida os respeita, poderosos, na morte os despreza, caídos, e se consola com os esperar melhorados, querendo que os males de uns sirvam de lição a outros, doutrina que não deixa aprender a ambição de todos». E mais adiante: «Viveu D. Rodrigo muitos dias desta sorte, não para si, senão para os outros, permitindo Deus que porfiasse a continuação do pasmus, para que compungisse o exemplo»<sup>(10)</sup>.

Quanto à personalidade política de Garcia de Melo, já nos referimos no capítulo anterior. Nele concorreram — afirma-o D. António Caetano de Soure<sup>(11)</sup> as «qualidades de perfeito ministro». Sobre a sua acção como presidente do Senado, salientámos já o carinho e a persistência na resolução dos problemas ligados à limpeza da cidade.

---

(7) Mans. 559 da Bib. Mun. do Porto. Foi o 1.º Marquês do título. Faleceu em 25 de Novembro de 1672.

(8) Página 147. P.ª de Sousa.

(9) *Monstruosidades*, etc., vol. IV, pág. 6.

(10) Levado para as Caldas da Rainha «dentro de um camarote portátil feito de madeira»; voltou a Lisboa tempo depois, onde faleceu a 30 de Junho de 1675.

(11) *Hist. Genealógica*, vol. V, pág. 128.

O assunto voltou de novo, sendo já Garcia de Melo<sup>(12)</sup> somente vereador (embora exercendo alternadamente com os seus colegas o cargo de presidente), a ser ventilado. Na consulta dirigida a D. Pedro<sup>(13)</sup> em 26 de Outubro desse mesmo ano de 1671 mostra a Câmara a sua firme decisão em resolver, o melhor possível, tão importante problema da cidade, «uma das cousas que mais ocupa o cuidado dos ministros». Nesta mesma consulta é proposto o lançamento de um imposto, «aos grandes e aos pequenos», para se acorrer aos «dispendios de limpeza»; e dando como exemplo a cidade de Paris, alvitra «para que, pelos mesmos meios, se possa conseguir a limpeza nesta cidade . . . fazer a mesma medição de braços (divisão das ruas consoante a grandeza das habitações) e distribuir, conforme ao número delas, a contribuição; mas que esta se possa cobrar das pessoas maiores e, assim, também se cobrem as penas em que incorrem, e seus criados».

★

No mesmo dia em que o infante D. Pedro expedira o decreto da nomeação dos vereadores foi dado à Câmara o seu novo regimento<sup>(14)</sup>, documento de transcendente importância para a vida municipal e que regeu, durante uma década, a administração da cidade, regulou as normas do seu abastecimento, morigerou os costumes e saneou as receitas do erário, sobretudo as referentes aos cofres do Senado.

Transparece deste diploma o desejo de D. Pedro de governar com acerto e justiça, promovendo as deliberações que o seu espírito de monarca inteiramente dedicado à *república* considerava vantajosas para o bem do povo.

Dada a sua extensão, e muito embora se trate de um documento inédito, limitar-nos-emos a transcrever os principais *artigos*, mais intimamente ligados às alterações introduzidas na administração municipal:

«Eu o Príncipe como successor Regente e governador destes Reinos e Senhorios. Faço saber que considerando a obrigação que Deos impo aos Principes de attenderem à utilidade e bem commum de seus vassallos, buscando todos os meyo convenientes para a boa governança e conseruação delles, e à particular razão que em my concorre para o fazer assim e quanto especialmente conuem que esta muito nobre e sempre leal cidade de Lisboa, seja bem regida e governada, para que della se communique louuavel exemplo às mais cidades, villas e lugares destes Reinos e senhorios de que he cabeça e considerando outrosy a ordem e forma do gouerno da Camera da dita cidade, e que a mudança dos tempos, e alteração das couzas, a que a guerra e outros accidentes derão

---

<sup>(12)</sup> Faleceu Garcia de Melo a 26 de Fevereiro de 1706, depois de ocupar o cargo de Conselheiro do Estado, «lugar em que entrou com repugnância porque tendo recolhido a sua casa, despedindo-se da Presidência do Paço, tendo-se separado dos negócios do Mundo, por cuidar só nos da sua salvação». (*História Genealógica*, etc., vol. V, pág. 102).

<sup>(13)</sup> *Elementos*, etc., vol. VII, pág. 317.

<sup>(14)</sup> Livro II de cons. e dec. de D. Pedro, fl. 4 e segs.

causa, tinham feito e necessario e conveniente mudar tambem, e alterar em parte aquella forma, de que atégora se uzou, accommodando o governo aos tempos e aos danos, que de nouo se padecem, novos remedios; mandei ponderar o negocio com a consideração e madureza que pedia a importancia delle e que deue proceder sempre antes de innouar o que de antigo tempo se acha estabelecido e examinado tudo o que nesta materia se offereceo, muito attentamente me pareceo que antes de ordenar aquella noua forma do governo do ditto Senado, que for conueniente dar lhe, era primeiro necessario nomeando novos ministros mandar examinar muito particularmente o estado da fazenda da Cidade, a forma em que se administra, suas despezas e obrigações as dos pelouros que se repar-tem pellos vereadores e o que necessita de novas ordens, Regimentos ou prouizões e o como se poderá prouer, o que pella alteração dos tempos não estiuer sufficientemente prouido, vendo se para este effeito as ordens e rezoluções minhas, e dos Senhores Reys meus predecessores, que sobre o governo do dito Senado e Cidade forem passadas», etc. . .

1.º

#### FORMA DA PREZIDENCIA

«Os tres vereadores fidalgos que tenho nomeado prezidirão ás semanas, comessando os primeiros por sorte, e pella ordem della continuarão os mais, guardando em tudo o que prezidir o regimento, que atégora guardarão os Prezidentes. . . »

2.º

#### ASSENTOS DA MESA

«A meza e assentos dos Vreadores, Procuradores da Cidade e dos mesteres della, serão como até agora se praticou, assentando se no banco do meyo em que se assentaua o Prezidente, o vreador fidalgo que prezidir na somana, a sua mão direita o que ouuer de prezidir na seguinte o outro fidalgo a sua mão esquerda, abaixo deste vreador letrado mais moderno e da outra parte o mais antigo.»

3.º

#### ORDEM DOS ASSENTOS NOS ACTOS PÚBLICOS

10 «Na Sée, e nos mais lugares, aonde o corpo do senado se assenta em publico se assentarão os vreadores em cadeiras de espaldas de veludo, e o vreador prezidir na somana se assentará naquelle lugar em que até agora se assentaua o Prezidente; depois deste o que hade prezidir na somana seguinte, a quem se seguirá o outro vreador fidalgo e logo os dous vreadores letrados por suas antiguidades, os Procuradores da Cidade e dos mesteres della e as mais pessoas se assentarão nos assentos e forma que até agora se praticou.»

## NAS PROCISSÕES E VARA DO PALIO

«Nas prociçoẽs em que vai o dito senado, irá na mesma forma até aqui observada, indo no lugar em que o Prezidente costumava ir o fidalgo que prezidir naquella semana e o que prezidir na do Corpo de Deos, leuará na procição delle a vara do Palleo que leuava o Prezidente.»

Os artigos seguintes determinam, respectivamente:

- 5.º — Ordem do assinar os despachos.
- 6.º — Forma dos mandados e pregões.
- 7.º — Folhas dos ordenados.
- 8.º — Dias do despacho.
- 9.º — Quem estará presente aos despachos.
- 10.º — Cartas de officio.
- 11.º — Não há agravos da almotacaria.
- 12.º — Apelação e agravos.
- 13.º, 14.º, 15.º e 16.º — Propinas aos vereadores.

Estes artigos accusam, de facto, um espirito de moralização nos desmandos escandalosos que, por vezes, se davam na distribuição de propinas. Estabelece-se o ordenado de «duzentos mil reis cada ano» e somente as propinas referentes às procições e «nenhuma outra ordinaria ou extraordinaria». As próprias propinas para «papel que se costumava dar pelo que os vereadores gastam em serviço do Senado... se dará em especie, não em dinheiro». E o artigo 14.º determina ainda: «que se evite toda a ocasião de se determinar por esta via a fazenda da cidade e de se converter em utilidade particular daquelas mesmas pessoas que serão obrigadas a distribuí-las em utilidade pública.

Pouco durou, porém, a morigerada doutrina destes artigos. Em 8 de Junho do ano immediato, os mesmos vereadores enviaram ao Príncipe D. Pedro uma consulta<sup>(15)</sup>, na qual, depois de lembrarem os antigos quantitativos das propinas, solicitaram não só o pagamento em dinheiro do papel, mas ainda o referente aos gastos para as procições. Isto quanto às propinas ordinárias. A mesma consulta, porém, impetra igualmente a continuação das subvenções extraordinárias, mas, reconhecendo o próprio Senado o abuso e excessivo pagamento anterior, propõe que elas sejam fortemente diminuidas. O despacho régio foi favorável.

(15) Livro II de cons. de D. Pedro, fl. 78.

A respectiva provisão (<sup>16</sup>), que determinava o quantitativo a atribuir a cada vereador, foi enviada à Câmara em 3 de Setembro. É do teor seguinte:

«Por cada procissão . . . . .	2\$000
Em dia do Corpo de Deus, para luvas e ramallete . . . . .	2\$000
No dia de S. Vicente, para livros, além da propina da procissão . . . . .	1\$000
Pela festa do Natal, para porco . . . . .	4\$000
Pela Páscoa, para carneiro . . . . .	1\$600
No dia da festa da Purificação de Nossa Senhora . . . . .	Quatro arráteis de cera
Para papel . . . . .	1\$200
Na aclamação e juramento do rei . . . . .	80\$000
Pelo casamento do rei ou príncipe herdeiro, e entrada de princesa no reino . . . . .	50\$000
Para luto, por pessoal real . . . . .	Uma peça de baeta
Por cada dia de corrida de touros . . . . .	2\$000
— não podendo nesses dias despender mais de duas arrobas de doces.	
Em cada noite de luminárias, nas festas solenes . . . . .	6\$000

Títulos dos artigos que se seguem:

- 17.º — Revisão dos livros de aforamentos.
- 18.º — Títulos de propriedades.
- 19.º — Juros da Fazenda da cidade.
- 20.º — Que os ministros não tragam petições à mesa.
- 21.º — Forma de despachar os feitos.»

Pela importância dos preceitos administrativos neles contidos e, repetimos, por estar ainda inédito este Regimento, deixamos aqui transcritos na íntegra os artigos que se seguem:

22.º

12 «No § 28 do Regimento porque se governa a Mesa da Vereação está encomendado ao vreador que tiver o pelouro da limpeza que mande fazer a execução em todas as pessoas poderosas como se faz na gente do Pouo e que os obrigue a ter as suas ruas e

(<sup>16</sup>) Livro II de cons. de D. Pedro, fl. 82.

testadas das suas casas limpas como pellos regimentos, que são feitos e prouuições passadas acerca da limpeza está ordenado. E porque de se observar em tudo esta igualdade depende pella mayor parte o fim desejado do bom regimento deste Pouo a que sòmente se encaminha a noua forma, que me pareceo por hora dar ao governo do Senado da Camera; portanto encomendo muito aos ditos vreadores e espero delles e do zello com que sempre me seruirão, que fação observar o dito capitulo não sòmente no que toca a limpeza como nelle se dispoem, mas em tudo o mais procurando se observem as posturas e executem as penas igualmente nos grandes e nos pequenos, nos poderosos e nos humildes, com aquella igualdade que pede a boa administração da justiça, e que no estado presente he mais precisamente necessaria para reparar no que for possivel os dannos que se padecem considerando e tendo sempre diante dos olhos que com a exceção de pessoas Deus se offende, os homêns se escandalizão a Justiça Divina se prouoca pellos clamores dos pequenos, melhor ouvidos do Ceo, quando o não são na terra e ainda o mesmo fim do bom governo se impede, e o da utilidade publica de que mais hão de participar os mesmos ricos e poderosos que a perturbão.»

23.º

#### PELOUROS

«Hum dos ditos vreadores fidalgos que tenho nomeado, terá o pelouro da limpeza, o outro das carnes, outro o da Saude, hum dos letrados o da Almotaceria, outro o do Terreiro e será rellator dos feitos dos pelouros dos fidalgos e o pelouro das obras seruirão os três fidalgos cada hum seus quatro mezes do anno, comessando pello que entrar a prezidir a primeira semana.»

24.º

#### OBSERVANCIA DOS PELOUROS

«Guardará cada hum dos ditos vreadores o Regimento dado ao pelouro, que seruir, e os Procuradores o seu como até agora se guardauão e assim também guardarão todas as prouuições e posturas, que aos ditos pelouros e procuradores pertencerem e que não estiverem alteradas.

O artigo 25.º, como o anterior, é igualmente de suma importância; mostram-nos um e outro claramente o desejo do Príncipe D. Pedro em dotar a cidade dos meios indispensáveis para tornar Lisboa limpa e sancada e ao mesmo tempo liberta de vagabundos e ociosos «ou pessoa desconhecida que nela houver». Para atingir este fim, o Regimento determina a colaboração dos habitantes da cidade e manda nomear «os homens do povo de maior prestígio e satisfação para terem cuidado das ruas ou bairros». «Outrossim» —

lê-se ainda no artigo 25.º — «poderá (a Câmara) encomendar a quem lhe parecer o cuidado de acudir aos incêndios e encarregar lhe a guarda dos instrumentos necesarios para eles.»

- «26.º — Forma de prover os officios.
- 27.º — Officios e renúncias.
- 28.º — Forma dos provimentos do Terreiro, dotes dos cativos e mercearias.
- 30.º — Que haja mais 4 almotacés <sup>(17)</sup>.
- 31.º — Sobre os terços da cidade.
- 32.º — Como se saberá que há fazendas para a cidade de haver o seu terço.
- 33.º — Da entrada de barcos no Tejo.
- 34.º — Os vereadores fação estudo do que contêm estes capítulos».

O artigo seguinte, «prevenção no exame dos trajos e outros gastos», traduz um sentido de bom-senso, um objectivo sério de limitar os desmandos e gastos excessivos. A sua publicação na íntegra impõe-se. É duma linguagem clara, precisa, consentânea com o alto significado das suas determinações, que visavam sòmente a uma moralização dos costumes tradicionais de Portugal:

«Hũa das couzas que vejo com mayor magoa e desejo remedear com mayor promptidão he o excesso dos gastos, luxo e prodigalidade com que estão fatigados e se vão consumindo meus vassallos esquecidos daquellas tão louvadas virtudes nos antigos Portuguezes e tão estimadas dos Senhores Reys meus predecessores a parcimonia e a temperança e considerando eu que com estas virtudes dominarão os Portuguezes tanta parte do mundo e aduertindo os graues dannos que dos gastos excessiuos rezultão e que aonde estes excedem a possibilidade não sómente não ha honestidade segura, virtude sem perigo, nem rectidão incorrupta mas ate o valor se debilita, perde a generosidade e empobrecidos os vassallos se arrisca a conseruação, desejo aplicar todos os meyoos a danno tão graue, não somente, com o exemplo da minha pessoa e Caza que espero seja a ley mais efficas, mas tambem estatuindo aquellas leys sumptuarias que forem mais proporcionadas ao estado dos tempos e dos costumes que sempre com elles se alterão e assim espero que seja este negocio o que primeiro ocupe o cuidado dos ditos vreadores a quem muito o encarrego; e allem do grande serviço que farão a Deus Nosso Senhor nesta parte para my o será de particular contentamento e á que terei mayor attenção que a qualquer outro que possão fazer me; entendendo que não sómente quero remedear o excesso nos trages, no ouro, prata e sedas, mas nos criados, nas alfayas nos coches e em tudo o mais com que as Cazas e patrimonios se consumem, os vassallos se destroem e impossibilitão para me seruirem, procurando reduzillos aquella moderação e parcemonia que for conforme as suas qualidades e cabedaes.»

---

(17) Eram sòmente quatro, número que vinha já do reinado de D. Manuel.

E o Regimento termina com estes artigos:

«36.º — Sobre o detrimento que padecem os lavradores.

37.º — Que os mantimentos se taxem e os jornais e se observem as taixas.

38.º — Sobre a saca da moeda para fora do Reino.

39.º — Sobre o juízo dos órfãos.

40.º — Sobre os danos que ameaçam as areias do Tejo e entulhos desta cidade nas inundações do Inverno.»

(Note-se que um dos cuidados que transparece deste capítulo é o de remediar um dos problemas que se arrastou até aos nossos dias: as inundações do Ribatejo, «das lezírias de que a cidade se sustenta», como se lhe refere o próprio Regimento).

«41.º — Que se guarde este Regimento e provisão e derrogação das leis em contrário.»



Imposta, por este Regimento, uma nova orgânica ao Senado de Lisboa, deixou de existir um Presidente fixo. Entre os três vereadores fidalgos, a presidência alternava-se às semanas. A eleição dos pelouros deixou de se fazer. O próprio decreto de nomeação dos vereadores designava o pelouro que a cada um deles competia. Assim se manteve a administração municipal alguns anos, excepto no número dos vereadores que, passado algum tempo, foi alterado de cinco para seis.

O decreto de alteração ao Regimento é de 27 de Novembro desse mesmo ano de 1671<sup>(18)</sup>. «Por ter mostrado a experiência que são necessários mais vereadores — lê-se no seu preâmbulo — para o expediente dos negócios que tocam ao Senado da Câmara», D. Pedro designa o Conde da Ericeira. A presidência passa, assim, a ser cumulativa a quatro vereadores.

Foi D. Fernando de Meneses, como seu irmão, o historiador probo do «Portugal Restaurado», uma das figuras de maior relevância da Guerra da Independência e um dos homens mais letrados e eruditos do seu tempo. «Teve grande estudo das matemáticas e mais artes liberais, sendo ornado de excelentes virtudes»<sup>(19)</sup>. Antes de exercer o lugar de vereador, ocupara o Conde da Ericeira os cargos de Capitão-General de Tânger, Governador das Armas da Marinha e de Peniche, Deputado da Junta dos Três Estados e de Regedor das Justiças.

---

<sup>(18)</sup> Livro II do dec. de D. Pedro, fl. 29.

<sup>(19)</sup> *Hist. Gen.*, vol. V, pág. 213. Escreveu D. Fernando várias obras em prosa e verso, não só em português, como em latim, italiano e espanhol. Faleceu a 22 de Junho de 1699. Os Condes da Ericeira habitaram no palácio da Anunciada, onde possuíam uma das mais ricas bibliotecas do País. Residiram algum tempo, por volta de 1696, no palácio do Cunhal das Bolas, no Bairro Alto.



Terminara, segundo a letra do decreto de 5 de Setembro de 1671, o exercício das funções dos vereadores então designados.

Em 7 de Novembro do ano seguinte, novo diploma<sup>(20)</sup> nomeia, para servir durante um ano, a nova vereação. Compõem-na os fidalgos Conde de Figueiró (pelouro da saúde), Manuel de Melo, (obras e calçadas do termo),<sup>(21)</sup> D. Pedro de Almeida (limpeza e calçadas da cidade) e Diogo de Mendonça Furtado (pelouro da carne). Os pelouros da almotaçaria e terreiro ficaram, respectivamente, a cargo dos desembargadores João Carvoeiro de Moraes e Inácio Pereira de Sousa.

Dos quatro nobres nomeados destaca-se a figura do General D. Pedro de Almeida. Era bisneto do fidalgo do mesmo nome, que ocupara de 1585 a 1591 a presidência da Câmara. Distinguiu-se, como militar, na guerra do Alentejo. Antes de ter exercido o cargo de vereador, refere D. António Caetano de Sousa<sup>(22)</sup> foi D. Pedro o fidalgo escolhido para ir a bordo da armada de Inglaterra, que chegara ao Tejo a 10 de Março de 1662 para conduzir a infanta D. Catarina, já então Rainha de Inglaterra. «Mandou-o (ao Conde de Sandwich, Embaixador Extraordinário da Corte de S. James) el-rei — escreve o grande genealogista — visitar a bordo por D. Pedro de Almeida, veador de sua casa que foi em uma falua mui bem adereçada, em que entraram alguma criadagem, e, em outra, iam os demais da sua comitiva, todos com luzidas galas». Uns anos depois foi designado para Vice-Rei da Índia<sup>(23)</sup> e recebeu o título de Conde de Assumar, o qual, segundo o parecer de Braamcamp Freire, não chegou a usar. Escreve o autor dos *Brazões da Sala de Sintra*<sup>(24)</sup>: «Em 1677 foi nomeado Vice Rei da India, fazendo-lhe então o príncipe regente várias mercês, e entre outras por carta de 11 de Abril lhe deu o senhorio de Assumar com o titulo de Conde da mesma vila em sua vida, com a restrição contudo de o ter em segredo por tempo de dois anos, só passados os quais declararia esta mercê e se poderia chamar conde». De facto, antes de se completarem os dois anos, D. Pedro morre em Moçambique<sup>(25)</sup>.

(20) *Livro II do dec. de D. Pedro*, fl. 125.

(21) D. José Luís de Lencastre, Conde de Figueiró, que o autor da *História Genealógica da Casa de Bragança* nos diz, erradamente, ter sido Presidente do Senado, faleceu a 11 de Dezembro de 1687 e foi sepultado na Capela de Nossa Senhora da Saúde. Manuel de Melo foi Porteiro-mor e Regedor das Justiças; já no final da sua vida, viúvo, foi Grão-Prior do Crato. Morreu a 14 de Abril de 1695.

(22) *Hist. Gen.*, vol. VII, pág. 163.

(23) Embarcou a 19 de Abril de 1677.

(24) *Livro II*, pág. 366.

(25) 22 de Março de 1679.

Por decreto de 20 de Outubro de 1673, D. Pedro torna extensivo o mandato dos vereadores até ao fim do ano <sup>(26)</sup> e em 23 de Dezembro, por motivo de convocação das Cortes, prorroga-o enquanto estas durassem. O período só veio a terminar, de facto, em 25 de Janeiro de 1675. Uns dias antes, a 18 desse mês, D. Pedro assina o decreto que designa para o triénio seguinte a nova Vereação. Continuou, porém, no pelouro da saúde o Conde de Figueiró, o que já demonstra a vantagem de uma continuidade administrativa, pelo menos, na passagem de um dos vereadores de uma Câmara para a outra.

Os restantes pelouros foram ocupados: por D. António Alves da Cunha, obras e calçadas da cidade; Manuel da Cunha, carnes; D. Francisco Mascarenhas, limpeza; Dr. António Velez Caldeira, terreiro; Dr. João Coelho de Almeida, almotaçaria.

Duas das mais destacadas figuras da cultura portuguesa de então ocupavam as cadeiras da administração municipal: D. Francisco Mascarenhas e D. António Alves (ou Álvares) da Cunha. Do primeiro — agraciado, no ano seguinte a ser nomeado vereador, com o título de Conde de Coculim — diz-nos Barbosa Machado que «escreveu cartas latinas com a pureza da frase de Cícero e com a delicadeza dos conceitos de Plínio». D. António Álvares da Cunha, trinchante dos Reis D. Afonso VI e D. Pedro II, revelou-se, de facto, pelo alto valor dos seus trabalhos, um erudito notável. É vasta a sua obra de historiador. Foi guarda-mor da Torre do Tombo, «com o título de Reformador daquele Real Arquivo, lugar a que o levou o génio e a curiosidade de poder examinar e adiantar a História e a Genealogia a que foi sumamente aplicado; e não menos à Poesia» <sup>(27)</sup>.

(Continua na pág. 90).



<sup>(26)</sup> Terminava em 7 de Novembro.

<sup>(27)</sup> *Hist. Gen.*, vol. XI, pág. 491. Faleceu a 26 de Maio de 1690.



## *O Município de Lisboa e o fomento do turismo*

A Câmara Municipal de Lisboa vem encarando de há muito a indústria do turismo como uma das actividades primaciais no desenvolvimento económico da Nação.

A confirmar semelhante afirmação está a organização geral dos seus serviços, que, apesar de hoje se encontrar pronunciadamente desactualizada, já inclui não apenas uma repartição de turismo, mas, nela, uma secção especificamente destinada a promover o fomento da propaganda dos motivos de interesse turístico da capital do país.

18 Acompanhando de perto a evolução do turismo internacional, o Município de Lisboa em colaboração desinteressada com os organismos próprios, para o efeito criados pelo Governo, procurou corresponder a uma das novas facetas por que ultimamente ele tem enveredado.

Portugal, ainda que numa escala de base bastante inferior, tem seguido de perto o ritmo progressivo do volume do tráfego turístico além-fronteiras. As estatísticas permitem concluir, por exemplo, que a entrada de visitantes estrangeiros no nosso país quadruplicou na década de 1950-1959. Só no ano findo o aumento registado em relação ao anterior foi de 19,2 %. E se tivermos em linha de conta que em 1950, o número de turistas foi apenas de 70 307, concluiremos certamente que houve um progresso notável ao deparar com o de 352 651 acusado em 1960.

Convém observar, porém, que, para o verdadeiro interesse nacional, uma coisa é seguir um ritmo progressivo idêntico, em percentagem, ao de outros países e outra consiste em verificar que essa percentagem se alcança entre nós pela comparação de números muito baixos, enquanto além-fronteiras resulta do paralelo estabelecido entre grandezas numéricas imensamente mais elevadas. A disparidade entre algo aparentemente semelhante está à vista, se atentarmos em que, ao mencionar, por exemplo, um aumento comum de 10 %, este corresponde exactamente a 35 000, se tivermos por base 350 000, e a 500 000 se considerarmos como ponto de partida 5 000 000. Temos assim que o mesmo aumento em percentagem representa só isto: num dos casos 350 000 é a grandeza de que se parte para o cálculo, no outro 500 000 o resultado do próprio cálculo.

Conclui-se, portanto, que, embora a diferença do número de visitantes entre 1950 e 1960 seja notável, o montante de turistas registado neste último ano (352 651) é ainda demasiado baixo, pois, nem sequer se atingiu o meio milhão, quando a nossa vizinha Espanha recebeu no mesmo período 6 113 255. E, para contrariar esta conclusão nem sequer se pode invocar, por insignificante, o conceito de turista havido entre nós, que, embora seguindo muito de perto o da Comissão de Turismo da O. E. C. E., nos subtrai, em relação a este, um número considerável.

Como se sabe não engloba o português domiciliado no estrangeiro de visita à pátria, nem os excursionistas estrangeiros que viajam em cruzeiro marítimo, mesmo quando com demora em portos nacionais superior a 24 horas.

Apesar de tudo — e o facto reveste-se de tanto mais valor quanto é certa, do ponto de vista económico, a importância do turismo na balança de pagamentos — torna-se curioso notar que já hoje as receitas excedem as despesas e até que o valor das receitas do turismo é muito superior ao de algumas consagradas exportações nacionais, como a do vinho do Porto e a dos resinosos, entre outras. Verifica-se mesmo que o total daquelas receitas situa o turismo no 5.º lugar das obtidas pelas principais exportações portuguesas. Esta circunstância é altamente significativa quando se sabe que há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de fazer de Portugal um país de turismo.

Com efeito, no chamado campo das infra-estruturas há muitas e variadas etapas a vencer. Se, no que diz respeito à indústria hoteleira, se está pisando terreno francamente progressivo, o mesmo não acontece em relação às vias de comunicação.

No primeiro caso, é com satisfação que se verifica não só a construção de muitos hotéis mas, sobretudo, o aparecimento do número certo de hotéis de luxo e de 1.ª categoria, e de número muito maior de 2.ª e 3.ª classes. É também com agrado que se nota que neste momento existe já a consciência de que, por um lado, o desenvolvimento desta indústria se estava processando anárquicamente e, por outro, de que a direcção das unidades de hotelaria tem de ser confiada a técnicos e não mais aos seus próprios proprietários, só porque estes possuíam o capital necessário para a respectiva montagem.

No segundo caso, é com desgosto que se regista a quase total ausência de aeroportos, nomeadamente no Algarve; a inexistência duma rede electrificada de caminhos de ferro (estamos reduzidos a pouco mais de quarenta quilómetros de linha férrea electrificada — Lisboa a Cascais e Lisboa a Sintra), e a pobreza das vias rodoviárias. Relativamente a estas, não basta oferecer ao visitante estrangeiro a paisagem de sonho que muitas das nossas estradas lhes facultam, é preciso — quase diríamos reconstruí-las na sua grande maioria — cuidar-lhes o piso, aumentar-lhes a largura, atender ao lançamento e eliminar-lhes as curvas perigosíssimas, que, sobretudo, affectam aqueles que vêm de além-Pirineus e que, até mesmo na Península Hispânica, rodaram já a grandes velocidades em excelentes auto-estradas espanholas. E não se pode ignorar que 46 % dos turistas entrados em Portugal utilizaram viaturas auto, nomeadamente automóveis particulares.

Ora é dentro de conhecimentos deste tipo que o Município tem procurado dar o seu contributo para que o turismo progrida sempre como meio de aumento da riqueza nacional.

O cuidado posto ultimamente na iluminação dos mais qualificados monumentos citadinos, como o Castelo de S. Jorge, a Sé Catedral, o portal da Igreja da Conceição Velha, o Arco da Rua Augusta, os Paços do Concelho, as ruínas do convento do Carmo, a Torre de Belém e o Mosteiro dos Jerónimos, visa justamente aquele fim. Aliás, objectivo idêntico pretendem atingir as obras para a valorização e conservação do carácter tradicional e secular do bairro de Alfama, bem como os trabalhos que se deseja promover nalguns miradouros, no sentido de valorizar algumas dessas maravilhosas janelas rasgadas sobre a cidade que melhores panorâmicas dela oferecem aos turistas nacionais e estrangeiros.

Entretanto, através de edições eminentemente gráficas e da execução de documentários cinematográficos, procura-se divulgar tanto quanto possível além-fronteiras as belezas naturais e a riqueza dum passado histórico oito vezes secular.

Por outro lado, e em conformidade com o que dissemos logo de início, a Câmara Municipal, atenta às formas por que o turismo internacional se vai processando, soube interpretar os resultados das estatísticas e proceder em concordância com eles.

20 Na verdade, é fácil verificar que uma nova modalidade de turismo está destruindo o clássico processo de viajar. As estatísticas acusam um estagnamento neste último, enquanto evidenciam a subida do número daqueles que se entregam à prática do turismo-campismo.

Sinais convencionais



ACESSOS AO PARQUE MUNICIPAL DE TURISMO E CAMPISMO

PLANTA DO PARQUE

Tornava-se, por conseguinte, urgente acompanhar o movimento que no estrangeiro conduziu à construção em massa de parques de turismo e campismo e cuja importância também já o Governo reconhecera pela Portaria n.º 16 334, de 26 de Junho, que estabeleceu as normas a que deviam obedecer a instalação e o funcionamento desses recintos e de locais semelhantes.

Assim é que a Câmara Municipal, dentro do espírito da referida portaria e do Decreto-Lei n.º 43 505, de 14 de Fevereiro de 1961, e no uso das suas atribuições de fomento, mandou construir um parque municipal de turismo e campismo, no Parque Florestal de Monsanto, cujo programa, como se verá, inclui instalações em número suficiente para ser considerado de 1.ª classe.

A iniciativa denuncia, sem dúvida, o primeiro contributo de larga projecção do Município para a recepção de turistas-campistas na capital. No entanto, convém não esquecer que, há mais de dez anos, a Câmara se apercebera já da importância de que se viria a revestir, em futuro muito próximo, a então ainda nóvel modalidade.

Efectivamente, já antes de 1951 se procedera à reparação e adaptação conveniente dos moinhos e casas-abrigo do Parque Florestal de Monsanto, então cedidos para exploração ao Clube de Campismo de Lisboa.

A incipiência do movimento e o número reduzido de unidades municipais disponíveis justificaram plenamente aquela cedência, pois, compreende-se que o Município se reservasse apenas a missão de auxiliar a iniciativa privada de maneira a incentivar o seu desenvolvimento.

Finalmente, em 27 de Julho último, inaugurou-se o Parque Municipal de Turismo e Campismo. Alguns anos, poucos, tinham decorrido, mas a existência daquele recinto impunha-se como imperiosa reparação duma necessidade imediata. O número demasiado elevado de turistas estrangeiros que, transportando-se em viaturas auto com atrelados (*roulottes*), procurava o Parque Florestal de Monsanto, para aí se fixar sem quaisquer condições de higiene e até de abastecimento de víveres, obrigou a um ritmo extraordinário de aceleração de obras com carácter provisório, de modo a permitir a antecipação da data inicialmente prevista para a inauguração.

Entretanto, denunciando um espírito clarividente, o Presidente da Câmara nomeara a Comissão Executiva das Instalações de Turismo e Campismo, incumbida de duplo objectivo: proceder à administração do parque de turismo e campismo e das demais unidades de fins idênticos existentes e propor a criação de novos conjuntos turísticos da cidade.

Nesta altura, em que grande parte do trabalho já se encontra realizado, pode-se afirmar que foi todo criteriosamente meditado.

De facto, logo de início surgiu a primeira interrogação. Qual o local mais indicado para a construção do parque? Uma série de requisitos, aliás, condicionava a escolha — um afastamento razoável do centro da cidade, que não obrigasse a vencer uma grande

distância para o atingir, mas que fosse suficiente para garantir a indispensável ausência de sons demasiado ruidosos e a existência de grandes massas habitacionais; uma zona silvícola, a fim de permitir temperatura amena e atmosfera sadia; acessos fáceis e rápidos; proximidade das unidades turísticas já em funcionamento; aproveitamento de local recomendável pelo seu interesse paisagístico, etc.

A escolha recaiu, após aturada ponderação, no Parque Florestal de Monsanto.

Depois, houve que considerar atentamente outras questões de interesse não menos vital, para assegurar as primeiras bases que permitissem a execução do projecto de equipamento do parque. Tais foram a abertura de arruamentos mais aconselhável perante a topografia local, a criação de uma rede de esgotos e a possibilidade de alimentação eléctrica e de águas, entre outras.

Por fim, teve ainda de proceder-se a um cálculo do número de utentes a albergar (em absoluta dependência do conhecimento do movimento turístico no país e das tendências denunciadas pelo turismo internacional) para determinar-se com a maior soma de certeza possível o número de construções a erguer.

Desde logo se verificou que a tarefa não era de molde a empreender-se numa única fase. Houve que a desdobrar em duas. Na primeira, previu-se a construção dos elementos absolutamente indispensáveis à vida campista e à administração do parque, e na segunda as obras complementares. E, assim, trabalhou-se afanosamente para que à data da inauguração existisse o seguinte:

- a) Bloco destinado ao mesmo tempo a residência do chefe de campo, a armazém, a dormitório de pessoal e a local de permanência diurna e nocturna do guarda;
- b) Bloco reservado a recepção, abastecimento e convívio, com instalação dos serviços de secretaria e administrativos, de abastecimento de víveres, de restaurante e «bar», e ainda com uma vasta esplanada coberta para convívio;
- c) Dois blocos sanitários providos com material moderno e eficiente, de maneira a transmitir ao utente uma sensação de perfeito bem-estar higiénico e de comodidade;
- d) Pequenos núcleos dispersos pelo recinto dotados de lava-loiças e lava-roupas;
- e) Estendais para secagem de roupa;
- f) Recipientes próprios para lixos e outros reservados a detritos cortantes.

Igualmente se providenciou no sentido de prover o local de abastecimento de víveres. Deste modo ao criar instalações adequadas e ao entregar a exploração respectiva, o Município procurou estabelecer um serviço modelar. Ali se encontra aos preços correntes do mercado toda a gama de géneros e mercadorias de primeira necessidade, bem como serviços complementares de restaurante e «bar», este muito completo e aquele com o fornecimento de refeições a preços extraordinariamente acessíveis.



Outros cuidados de sanidade no recinto (além dos traduzidos pela existência das construções já referidas e da criação duma rede de esgotos) transparecem na impecável remoção diária de lixos e na preocupação de destinar exclusivamente ao serviço do parque várias unidades do pessoal de limpeza.

É igualmente sintomático que, embora o parque, bastante arborizado, proporcione nos meses quentes de Verão uma temperatura singularmente agradável, nele se criasse de propósito uma outra zona menos verde para os que, oriundos de países sem sol, o procuram àvidamente em Portugal.

A explicação do facto está aparentemente ao alcance de todos: procurou-se, sobretudo, seduzir os nórdicos que nos procuram, oferecendo-lhes o sol, o calor, que eles não encontram nos seus países mesmo nos meses de Verão. Sim, mas mais do que seduzir aqueles que voluntariamente nos procuram no período estival, pretendeu-se arranjar um ambiente mais acolhedor para os turistas do norte, que uma política bem orientada tenta canalizar para o nosso país mesmo no período frio.

A consciência que o Município possui da campanha desenvolvida presentemente pelo Estado, no sentido de alargar o turismo «fora de estação», numa tentativa de captar justamente o mercado nórdico — um dos melhores, mas para nós, até agora, um dos piores — levou-o à iniciativa referida, a completar em 2.<sup>a</sup> fase, com o intuito de assegurar as melhores condições possíveis aos que queiram utilizar o parque.

Entrementes, e precisamente ao terminar este terceiro trimestre, projectaram-se e vão entrar em execução as obras que completam o equipamento total do recinto. O plano prevê vários empreendimentos, a saber:

- a) Construção da zona desportiva;
- b) Ampliação do bloco destinado à recepção, convívio e abastecimento;
- c) Construção de novos blocos sanitários;
- d) Construção de pavilhões lava-loiças e lava-roupas;
- e) Construção de uma estação de serviço e postos abastecedores de carburantes líquidos e gás butano;
- f) Arranjo da entrada principal, que implica a implantação duma obra de arte alusiva à vida campista;
- g) Construção dum parque infantil;
- h) Construção de plataformas convenientemente tratadas para o estacionamento de *roulottes* no Inverno;
- i) Criação duma rede eléctrica, que permita a ligação directa às *roulottes*, e ampliação da rede de marcos de água já existente;
- j) Construção de *bungalows*;
- l) Reparação e apetrechamento das casas-abrigo e construção de novas unidades, especialmente, no que se refere a moinhos.

Em relação à zona desportiva, o plano projectado, não sendo grandioso, procura, todavia, ser o mais completo possível.

A dominar essa zona, e a coroar a alameda central, que nasce junto aos portões da entrada principal, aparecerá uma piscina para adultos e outra para crianças. Constituirão, por certo, o maior atractivo do recinto, tanto mais que serão dotadas de iluminação de maneira a permitir a sua utilização nocturna.

Campos destinados à prática de voleibol, basquetebol, badmington, ténis, golfinho e «rinqs» de patinagem completam o conjunto.

A ampliação do bloco destinado à recepção, convívio e abastecimento facultará a possibilidade de ali se instalar uma estação de correios, telégrafos e telefones, e uma tabacaria. A cedência desta prevê-se por intermédio duma concessão que obrigará o respectivo arrendatário a organizar um serviço de reserva de lugares para casas de espectáculos, restaurantes típicos, «dancings» e em quaisquer excursões turísticas, independentemente da venda de artigos regionais e de tabacaria e afins.

A mesma ampliação ainda dará lugar a que, para o lado norte, se construa uma dependência destinada, no Inverno, ao convívio dos utentes. Servirá simultaneamente de biblioteca e sala de jogos. Uma lareira, ao mesmo tempo que acentua o ambiente de rusticidade, característica de todas as edificações do recinto, amenizará a temperatura nos meses frios.

Os pavilhões lava-loiças e lava-roupas serão na sua simplicidade muitíssimo completos e resultarão sem dúvida de comodidade ilimitada. Neles prevê-se a existência de máquinas eléctricas de lavar roupa, lado a lado com os tradicionais tanques, que continuarão certamente a ser aproveitados pela população campista menos abonada ou por aquela que julgue encontrar no esforço da lavagem manual uma prática desportiva agradável. Ao lado, reserva-se espaço conveniente para estendais.

A restante área destes pequenos pavilhões será aproveitada da melhor maneira, a fim de que o utente, se assim o desejar, possa confeccionar uma ligeira refeição, saboreá-la depois e, por último, proceder à lavagem da loiça. Para tanto, aproveitar-se-á daquela área uma parte para aí colocar uma série de fogões a gás, outra para instalar pias de despejos e lava-loiças e, finalmente, um tanto à margem do conjunto descrito, construir-se-á em pedra uma larga mesa circular e os bancos respectivos.

Não esqueceu o Município que na estação fria a prática do campismo se torna particularmente difícil e, por vezes, até penosa para os que não dispõem de outro conforto excepto o permitido pelas suas tendas. Assim, para evitar que a invernia constitua obstáculo intransponível para os visitantes que desejam conhecer a capital portuguesa sem, no entanto, pretenderem utilizar os seus modelares hotéis, vão construir-se *bungalows* no próprio parque.

Os novos abrigos não terão, porventura, o encanto dos antigos, mas a circunstância de serem edificados num recinto tão bem apetrechado atenuará decerto a ausência daquela predicado.

ASPECTO GERAL DO BLOCO DESTINADO  
A «RECEPÇÃO, CONVÍVIO E ABASTECIMENTO».



ASPECTO PARCIAL DA CANTINA E BAR



PARTE DA ZONA DE CONVÍVIO





POR ENTRE O ARVOREDO FRONDOSO,  
APARECE UM BLOCO SANITÁRIO



AQUI E ALEM, DISPERSOS POR TODO  
O RECINTO, VEM-SE OS TRADICIONAIS  
TANQUES DE LAVAR ROUPA, AO LADO  
DOS QUAIS SE ENCONTRAM TAMBEM  
OS NECESSÁRIOS LAVALOUÇAS



AUTOMÓVEIS E «ROULOTTES» ESTACIONAM  
POR TODAS AS PLATAFORMAS DO PARQUE

Na verdade, aquelas unidades turísticas constituem um caso invulgar de construções do tipo *bungalow*, pois, à margem das óptimas panorâmicas que dominam — ora sobre o distante e policromado casario da cidade, ora sobre a estrada líquida e coleante do Tejo — os moinhos do Penedo e do Gaitinhas constituem só por si uma genuína nota de poesia.

Curiosas reminiscências dum passado não muito longínquo, aqueles moinhos assemelham-se a lendários soldados que se empenhassem numa luta quimérica contra os tempos modernos, vis inimigos, portadores da moagem fabril.

São assim unidades turísticas muito *sui generis* estes *bungalows* de dois pisos e forma circular. Conquanto plenos de conforto na sua actual utilização, logo denunciam o típico moinho da paisagem portuguesa.

Também a Casa-Abrigo da Mata dos Cedros, em S. Domingos de Benfica, reúne condições privilegiadas como *bungalow*. Aqui, porém, ao contrário do que acontece com os abrigos situados no Parque de Monsanto, exclusivamente para uma família, podem alojar-se muitos indivíduos. Camaratas instaladas em compartimentos distintos tornam esta casa-abrigo especialmente útil aos visitantes que viagem em transportes colectivos.

★

Não queremos terminar sem uma referência ao movimento de utentes registado no Parque Municipal de Turismo e Campismo, especialmente, no que diz respeito ao escasso período estival em que já esteve aberto. Não queremos, igualmente, deixar de chamar a atenção para a circunstância de não ter sido possível a realização duma propaganda eficiente antes da inauguração do Parque, tal a rapidez da execução dos trabalhos que conduziram ao acto inaugural.

Não obstante, a despeito do desconhecimento do recinto, verificado além-fronteiras e até no país, é curioso notar que o Parque Municipal de Turismo e Campismo albergou mesmo assim cerca de 4000 turistas-campistas, dos quais sensivelmente 3500 nos meses de Agosto e Setembro, dando origem a que o montante da cobrança de taxas atingisse 57 323\$50.

E a propósito desta verba cabe ainda esclarecer que o Município teve a preocupação de estabelecer taxas incrivelmente baixas. Repara-se, por exemplo, que o utente beneficia duma tabela de preços que o convida a permanecer no parque a maior parte do seu tempo livre. Assim, o pagamento a efectuar será de 4\$00, 7\$50, 15\$00, ou 30\$00, por pessoa, consoante a permanência seja, respectivamente, de 1 dia (ou fim de semana), 3, 7 ou 15 dias.

Voltando à frequência de campistas e a fim de se facilitar uma ideia melhor da maneira por que se processou, no período de maior afluência, diremos que, até 30 de Setembro, foram turistas franceses os que mais utilizaram o Parque, nada menos de 2225, seguindo-se, por ordem quantitativa, portugueses (313), alemães (261), ingleses (236), holandeses (133), belgas (78), espanhóis (77), italianos (68), americanos (44), austríacos (33), suíços (24), australianos (24), canadinos (15), dinamarqueses (12), brasileiros (8), sul-africanos (8), húngaros (7), marroquinos (4), irlandeses (3), suecos (3), bolivianos (2), vietmanianos (2), neo-zelandeses (2), sul-americanos (2) e rodesianos (2).

*João Dina Vidal.*

*(Chefe de Secção de Propaganda e Turismo de C. M. L. e Presidente da Comissão Executiva das Instalações de Turismo e Campismo)*





*W. Barclay des.*

*Eng. Cicéri lith.*

*A TORRE DE BELÉM NA ENTRADA DO TEJO*  
(C. M. L.—GABINETE DE ESTUDOS OLISIPONENSES—COL. VIEIRA DA SILVA)



## APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DE UMA QUINTA SUBURBANA

A Quinta de Nossa Senhora do Carmo, com «suas casas nobres e sua ermida», está, «no Campo Grande de Alvalade onde chamam A-das-Moiras» junto à «estrada pública que vai para o lugar do Lumiar» e deve ter pertencido a D. Simoa de Gouveia, nobre senhora, ao que parece, de bons haveres, a julgar por certos empréstimos que consta ter feito a D. João de Cândia, o conhecido Príncipe Negro, fundador do convento franciscano de Nossa Senhora da Porta Coeli, no vizinho lugar de Telheiras, segundo leva a crer uma lápida encontrada no enchimento de um murete do jardim e que terá pertencido à primitiva ermida da casa:

A MAI DE DEOS · CONCEBIDA  
SEM PECADO · ORIGINAL  
D. E C.  
SIMOA · DE GOVVEA · ANN 1644



Esta suposição é reforçada pela notícia da quinta ter sido vendida em 2 de Agosto de 1694 por D. Maria de Gouveia e Andrade, viúva de António da Mota Coelho. (Escritura nas notas do tabelião António da Costa Sarinho).

Comprou-a um tal Manuel da Silva Marceneiro, não sei se de ofício ou de apelido, que a deixou à viúva Maria Ribeiro e ao filho Luís da Silva, e por partilha amigável entre ambos, feita em 18 de Fevereiro de 1712 nas notas do tabelião Manuel Gomes de Carvalho, ficou pertencendo à viúva. Esta, passados onze anos, vendeu a quinta e um prazo que lhe andava anexo sobre umas casas abarracadas que ficavam místicas pelo Norte, pertencentes à Capela de Mestre João das Leis. Foi tudo comprado, por escritura de 21 de Abril de 1723 feita no cartório do tabelião João Baptista da Silva, pelo Rev.<sup>do</sup> Dr. Francisco Henriques de Lima, que deixou a quinta a suas irmãs, D. Maria da Ressurreição e D. Helena da Cruz, e o prazo das barracas a uma sobrinha D. Ana Maria da Ressurreição, religiosa no mosteiro de Chelas.

Logo um ano depois, por escritura de 15 de Janeiro de 1724 (Notas do tabelião Manuel de Passos de Carvalho) estas senhoras venderam a quinta por 6000 cruzados a Manuel Gonçalves Neves, que também comprou à freira de Chelas o prazo das barracas, por escritura de 6 de Julho de 1727, unificando assim a propriedade (Notas do tabelião José António de Barbuda Lobo).

Por sua morte sucedeu-lhe um seu filho Pedro Gonçalves Neves, homem de negócio, que morava na Rua do Arcipreste, no bairro do Mocambo. E, como homem de negócio, logo negociou a venda das propriedades herdadas a Diogo Gomes Peixoto, «tesoureiro da Alfândega desta Corte», morador na Rua Direita das Portas de Santa Catarina, que lhas pagou por dez mil cruzados em boas moedas de ouro: a quinta por 3760.000 réis e o prazo por 240.000 réis, que tudo soma quatro contos de réis.

E aqui pode dizer-se que a Quinta de Nossa Senhora do Carmo entrou na posse da família que hoje a possui.

Diogo Gomes Peixoto não se demorou a tomar posse da sua nova propriedade. Para tal, no dia 14 do mês de Março de 1737, entrou lá «mansa e pacificamente», levando consigo o notário e as indispensáveis testemunhas. Apanhou uns punhados de terra que «botou ao ar», quebrou alguns galhos das árvores, depois entrou nas casas, «pondo as mãos nas paredes», abriu e fechou as portas e as janelas, «fazendo as mais ceremonias costumadas em semelhantes actos».

Não, que estavam ali os seus ricos dez mil cruzados!

A propriedade não era grande e os seus limites são ainda quase os mesmos: Pelo Nascente partia com a estrada, hoje Alameda das Linhas de Torres; pelo Poente com caminho que vai para o lugar de Telheiras; pelo Norte com fazendas de D. Luís Caetano de Almeida, onde actualmente fica uma das entradas para o estádio do Sporting Clube de Portugal; e pelo Sul com a quinta do marquês de Valença, hoje pertencente à família Pinto da Cunha.

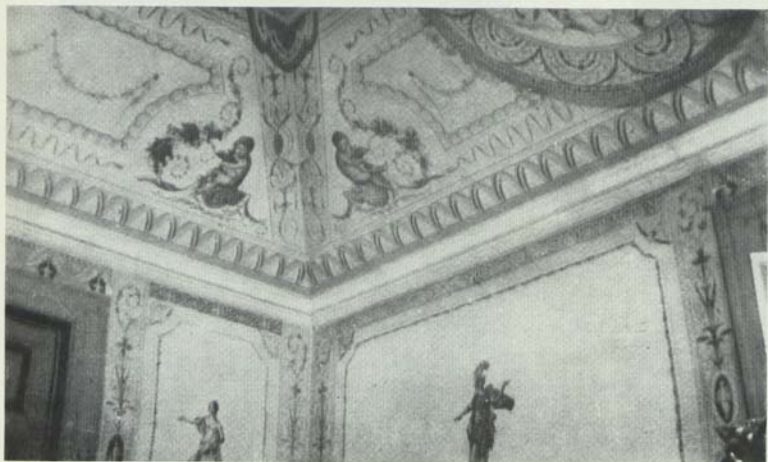
ALTAR DA CAPELA



CASA DE ASSISTIR

SALA D. MARIA I - O RETRATO QUE SE VE  
NA PAREDE É DE D. MARIA AUGUSTA POTSCHE  
DE SOUSA COUCEIRO





PAREDES E TECTO  
DO SALÃO DE DANÇA



CASA DE JANTAR

Foi filho de Diogo Gomes Peixoto, Luís Gomes Peixoto, casado com D. Ana Luísa de Brito, o qual herdou a quinta (Arquivo do Tribunal de Contas. Prédios, liv. 1, maço 241, pág. 154).

Não sei como, em 1758 aparece a Quinta de Nossa Senhora do Carmo, «no sitio chamado das Moyras que he no lugar do Lumear», na posse, ou pelo menos moradia do Desembargador João Rodrigues Campelo (*Dicion. Geogr.*, tomo XX, 158, p. 1349); nem como em 1800 D. Mariana do Espírito Santo, viúva de João Miguel Potsch que fora lavrante de cobre da Casa Real, a empraça a seu filho João Xavier Potsch.

Seria D. Mariana do Espírito Santo filha do velho tesoureiro da Alfândega Diogo Gomes Peixoto, pois se intitula na escritura de nomeação do Prazo, segunda vida do Prazo da Quinta de Nossa Senhora do Carmo?

Foi João Xavier Potsch que fez as grandes obras na casa e quinta durante os anos de 1801 a 1803, que lhes deram o elegante aspecto que, mais ou menos, conserva. Construiu o andar superior cuja frente deita sobre o jardim, o belo portão de cantaria à beira da estrada, as pinturas e o azulejamento das salas, renovou a ermida cujo painel de Nossa Senhora do Carmo dando o Escapulário a S. Simão Stok, está datado do ano de 1803 e assinado por Joaquim Marques, pintor a quem Wolkmar Machado se refere nas suas *Memórias*, etc.

Seu filho João Anastácio Potsch, casou com D. Maria do Carmo Gomes Peixoto, filha do capitão do Regimento de Alencastre Diogo Gomes Peixoto e de D. Joana Rita do Amaral, voltando assim a quinta e a casa de Nossa Senhora do Carmo à posse da família Gomes Peixoto.

Por morte de João Anastácio Potsch ficou a propriedade a sua filha mais velha D. Maria Augusta Hedvigés Potsch, casada com José Maria de Sousa Couceiro, fidalgo da Casa Real e Guarda-mor da Relação e Auditório Eclesiástico da Cúria Patriarcal, que mais tarde adquiriu o palácio do marquês de Valença, à esquina do Campo Grande.

Falecendo D. Maria Augusta em 1883, herdou o Prazo sua filha D. Beatriz Augusta de Sousa Couceiro, que casara em 1863 com seu tio o Dr. Augusto Frederico Potsch Gomes Peixoto, filho de João Anastácio Potsch e de D. Maria do Carmo Gomes Peixoto.

Sucederam-lhe no senhorio do Prazo da Quinta de Nossa Senhora do Carmo, suas filhas D. Cecília Adelaide de Sousa Couceiro Potsch, mais tarde viscondessa de Ribamar pelo seu casamento com o 3.º visconde desse título, João da Costa Carvalho Talone, e D. Maria Augusta Potsch Coutinho Castelo.

Destas senhoras, uma sua mãe, outra sua tia, herdou o Prazo da Quinta de Nossa Senhora do Carmo, D. Maria Henriqueta Potsch Talone Cordeiro de Sousa.

## DOCUMENTO

Escritura de compra da quinta de Nossa Senhora do Carmo por Diogo Gomes Peixoto.

Em nome de Deos amen. Saybam quantos este instrumento de venda, quitação e obrigação virem. que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e sete centos e trinta e sete, aos doze dias do mez de março nesta cidade de Lisboa Occid.<sup>1</sup>, no escritorio de mim Tabelião, parecerão presentes, a saber: de huma parte Pedro Gonsalves Neves, homem de negocio, morador nesta cidade na rua do Arcipreste, no bairro do Mocambo, e da outra parte Diogo Gomes Peixoto, Thezoureiro da Alfandega desta Corte, morador na rua direita das portas de Santa Catherina.

E logo por elle Pedro Gonsalves Neves foy dito a mim Tabelião, perante as testemunhas ao diante nomeadas, que elle he senhor e pessuidor de huma quinta cita no campo grande de Alvalade, onde chamão a das Mouras, freguezia de São João Baptista do Lumiar, termo desta cidade, a qual consta de cazas nobres com sua Ermida e pertensas da mesma Ermida, arvores de fruto, vinha e poço e outras pertensas, tudo murado em roda, cuja quinta he forra, livre e izenta e não esta obrigada nem Iputhecada a couza alguma. E assim mais he Senhor e pessuidor de duas moradinhas de cazas terreas com seu Quintal também murado, mistico a dita Quinta, as quais duas moradinhas de casas com seu quintal são hum Prazo emfatiota foreiro ao Morgado que instituiho Mestre João das Leys, de que hoje he administrador D. Luis Caetano de Almeyda, assistente no Estado da India, a quem se paga de foro em cada hum anno mil e cem reiz, mas que não tem outro algum encargo, e parte tudo do nascente com a estrada publica que vay para o Lugar do Lumiar, e do poente com caminho que vay para o Lugar de Tilheiras, e do norte com fazenda do dito D. Luis Caetano de Almeyda, e do sul com fazenda de Manoel Jose de Abrantes, e com Quinta do Marquez de Valensa, e com quem mais diretamente deva e haja de partir e confrontar.

E declara que tudo lhe pertence como unico filho e herdeiro de seu Pay Manoel Gonsalves Neves, e pellos titulos que ao diante no fim deste instrumento se expressarão com toda a individuação. E se ajustou vender tudo ao dito Diogo Gomes Peixoto, por preço de quatro contos de reiz que são dez mil cruzados, livres para elle vendedor de ciza e Laudemio. E com effeito dice elle Pedro Gonsalves Nevs, que por esta escritura e pella melhor via de direito, vende e outorga de pura e firme venda, de hoje para sempre, as ditas duas propriedades asima declaradas e confrontadas redondamente, com todas suas eprtensas, entradas sahidas, direitos, serventias, logradouros e poccoensoens, asim e da mesma sorte que as pessue e lhe pertencem, e melhor se melhor em direito puder ser, isto a elle Diogo Gomes Peixoto, para elle e seus herdeiros e successores, por preço a saber: a dita Quinta livre, forra e izenta, por tres contos sete centos e secenta mil reiz, e o dito Prazo emfatiota mistico que consta de cazinhas terreas com seu quintal, por duzentos e quarenta mil reiz, que tudo junto faz a d.<sup>a</sup> quantia de quatro contos de reiz.

E tantos Logo ahy em continente, perante mim Tabelião e testemunhas, contou e recebeu elle vendedor Pedro Gonsalves Neves, da mão delle comprador Diogo Gomes Peixoto, em moedas de ouro correntes neste reyno, sem erro nem falta de que eu Tabelião dou minha fee.

34 E por tanto dice elle vendedor que por este mesmo instrumento da plena e geral quitação a elle comprador e a seus bens e herdeiros, dos ditos quatro contos de reiz, preço principal desta venda, e que em rezão della lhe não podera ser pedido, nem repetido mais couza alguma, sob pena de lhe pagar o que lhe repetir, com as custas em dobro, na forma da Ley, como quem pede o que já em sy tem.

E para se poder outorgar esta escritura, se me presentou por parte do comprador, a certidão da ciza e tambem a licença do procurador do direito senhorio, de que tudo o thior he o seguinte:

Os officiais de el Rey Nosso Senhor, da Caza das Cizas das Herdades destas cidades de Lix.<sup>a</sup> Oriental e Occidental e seus termos, abaixo asinados, Fazemos saber aos que a presente virem, que no Livro que este presente anno de mil e sete centos e trinta e sete serve de lansar as cizas dos bens de raiz, nelle a folhas vinte e cinco, esta huma verba de que o thior he o seguinte: Diogo Gomes Peixoto, em nove de março de mil sete centos e trinta e sete, dice compra a Pedro Gonsalves Neves, huma quinta aonde chamão a das Mouras, freguezia de São João Bautista do Lumiar, termo destas cidades, por preço de tres contos sete centos e secenta mil reiz, e assim mais hum Prazo mistico a mesma fazenda que consta de cazinhas terreas com seu quintal, por preço de duzentos e quarenta mil reiz, que tudo faz a quantia de quatro contos de reiz, de que pagou de ciza por ajuste trezentos mil reiz.

E não conthem mais a dita verba inserta no dito Livro a que nos reportamos.

Lisboa Oriental, dito dia mez e anno asima declarados. E eu Antonio Joaquim de Oliveyra Peres, a sobscrevy e asiney.





## O PEIXE NA ALIMENTAÇÃO DA LISBOA SEISCENTISTA

Não é tarefa fácil reconstituir a vida da sociedade lisiponense durante o período seiscentista, seja qual for o aspecto por que tentemos encará-la. Tal afirmação poderá parecer menos verdadeira tendo em conta o volume de documentação que possuímos relativa a essa época. Todavia assim acontece, porque a história da sociedade não se faz apenas, não se faz mesmo principalmente com as chamadas fontes históricas, no sentido vulgar e restrito da palavra. Foi o grande teórico da história A. Toynbee que, referindo-se à Grécia, pôs o problema com toda a clareza e nitidez: «the great poets of Greece are of as much assistance in understanding the mental history of Greece (which is after all the essencial element in any history) as the philosophers and historics»<sup>(1)</sup>.

36 E se assim acontece para a compreensão dos aspectos mentais duma sociedade, não sucede menos para o conhecimento da sua vida quotidiana. De resto não podia ser de

(1) In *The Legacy of Greece*, pág. 300 (Oxford, 1947).

outra forma, porque a mentalidade duma sociedade revela-se melhor e mais perfeitamente pela análise do seu modo de viver dia a dia, pelo estudo das suas atitudes quotidianas, do que pelos estudos filosóficos ou de carácter especulativo que nos revelam o pensamento duma elite intelectual, que pode ser muito diferente ou até oposta ao da massa dessa mesma sociedade.

Ora acontece simplesmente, como acentuou o Prof. Hernani Cidade, que «em tempo algum, na verdade, a literatura e a arte mais se distanciaram do real»<sup>(2)</sup> do que no século XVII, pelo que, tendo em conta o volume das obras literárias desse período, as informações que nos prestam sobre a vida social e consequentemente sobre a alimentação, são deveras reduzidas. Podemos mesmo dizer, sem qualquer exagero, que toda a literatura seiscentista nos informa menos sobre a alimentação dos lisboetas no século XVII do que o faz, relativamente ao século XIX, por exemplo, Eça de Queirós.

Outra fonte valiosa para o conhecimento da vida social são os viajantes estrangeiros, pois, como é natural, procuram dar-nos, em seus relatos, uma panorâmica geral do país visitado, desde a sua arte até aos seus costumes, desde os monumentos até ao seu modo de viver. Todavia o «século XVII é a tal respeito relativamente pobre, e tanto em qualidade, como em quantidade»<sup>(3)</sup>, e assim por exemplo os relatos dos viajantes ingleses, deveras abundantes noutros períodos — a ponto de Herculano dizer que «em Inglaterra não há nenhum tolo que não faça um livro de *tourist*, nenhum arquitolo que o não faça sobre Portugal»<sup>(4)</sup> — são no século XVII, «além de pouco numerosos», limitados «à descrição de exterioridades, e não vão longe na análise da sociedade portuguesa como tal»<sup>(5)</sup>.

Fornecendo tão escassos elementos de apoio, as duas fontes de que nos poderíamos principalmente socorrer, resulta desse facto que qualquer estudo sobre a sociedade lisboeta no século XVII terá de ser sempre relativamente pobre de pormenores.

Não quisemos deixar de acentuar este aspecto, logo no início do presente trabalho, não apenas porque é a justificação prévia de certas feições de que ele se reveste, mas porque assim fica explicada e justificada também a sua própria razão de ser.

★

Na alimentação da Lisboa seiscentista há dois aspectos que convém destringir: a alimentação quotidiana e a que constituía as ementas dos banquetes, pois oferecem características de tal modo distintas, que se não podem estudar conjuntamente. Partindo deste princípio, comecemos pelo primeiro dos aspectos: o peixe na alimentação quotidiana.

---

<sup>(2)</sup> *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*, Vol. I, pág. 247 (Coimbra, 1933).

<sup>(3)</sup> Dr. Rodrigues Cavalheiro in *Século Ilustrado*, n.º 66.

<sup>(4)</sup> Cit. por Macaulay: *They Went to Portugal*, pág. 8.

<sup>(5)</sup> Prof. Gonçalves Rodrigues in *O Protestante Lusitano*, págs. 216-7 (Coimbra, 1950).



Nas classes baixas e nas camadas da população de mais reduzidos rendimentos, a sardinha era um dos principais alimentos. O autor duma descrição em verso da cidade de Lisboa, escrita no princípio do segundo quartel do século XVII (segundo o olisipógrafo Vieira da Silva) <sup>(6)</sup>, diz-nos a esse respeito o seguinte:

Mas é bem que se celebre  
quem mais de todos sustenta  
e por ser mais saborosa  
é a fartura da pobreza

A saborosa sardinha  
que a divina providência  
na abundância e qualidade  
no sabor e em ser pequena

Bem parece quiz mostrar  
acudir com diligência  
à falta de tantos pobres  
de que o rico se aproveita  
.....  
Aqui se gasta infinita  
da salgada e sem cabeça  
sem sal e a que comumente  
chamam carregação fresca <sup>(7)</sup>

Esta informação é plenamente confirmada pelo autor duma descrição de Lisboa, publicada em Paris em 1730: «Le Tage est surtout si abondant en sardines fraîches, qu'elles ne valent ordinairement que trois ou quatre sols le cent e que souvent on les a pour dix ou douze sols le millier; e même quoiqu'on soit dans l'usage d'en saler pour les envoyer au dedans du Royaume ou elles sont d'une grande ressource pour les pauvres gens» <sup>(8)</sup>. Como se vê, a importância que a sardinha assumia na alimentação, no princípio do segundo quartel do século XVII, importância que se manteve até final da centúria e ainda pelo menos nas primeiras décadas da seguinte, vinha já certamente de épocas muito anteriores, pois em 1456 foi autorizada a pesca da sardinha nos domingos e dias santos, excepto nas principais festas de Jesus Cristo e da Virgem <sup>(9)</sup>, autorização essa que só se explica, segundo nos parece, pela grande importância que já adquirira a sardinha na alimentação dos lisboetas no século XV.

A sua importância, neste aspecto, ressalta ainda — e de forma bem evidente — da grande quantidade deste peixe que era vendido na Lisboa de seiscentos.

<sup>(6)</sup> *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais*, n.º 11, pág. 17.

<sup>(7)</sup> *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais*, n.º 11, pág. 27.

<sup>(8)</sup> *Description de la Ville de Lisbonne*, págs. 41-2 (Paris, 1730).

<sup>(9)</sup> Gama Barros: *História da Administração Pública em Portugal*, Vol. IX, pág. 291 (2.ª edição).

Assim Frei Nicolau de Oliveira informa-nos que na Ribeira havia um local especialmente destinado para a salgar, tarefa que só por si exigia 18 mulheres<sup>(10)</sup>. Se, a partir desse número, calcularmos a quantidade de sardinhas salgadas que se vendiam na Ribeira e lhe acrescentarmos as que se vendiam frescas, juntando ainda o total — impossível de avaliar com certeza — das que eram vendidas clandestinamente pela cidade<sup>(11)</sup>, ficaremos com uma ideia da popularidade deste peixe e, consequentemente, elucidados acerca da sua importância na alimentação da época. Mas Nicolau de Oliveira dá-nos ainda outras informações acerca da venda da sardinha, coincidentes com esta conclusão. Assim, diz-nos no capítulo consagrado ao Provimento da Cidade: «E não fiz aqui memória da muita sardinha que aqui no rio morre, porque sendo muita em quantidade, é mui pouca em comparação da que se traz da Costa, para onde vi (. . .) sair em hũa maré *cento e doze barcos* a pescar sardinha; rende a dizima deste pescado a el Rei cinco contos, e ao Duque de Bragança hũ ano por outro nove contos»<sup>(12)</sup>.

Corroborando igualmente a conclusão a que chegámos, assinalemos ainda as notícias que conhecemos sobre a sua venda, já cozinhada, pela cidade.

No século XVI, segundo a *Estatística* de 1552, existia junto da Ribeira um local denominado o *Malcozinhado*, onde várias mulheres e homens se dedicavam à venda de sardinhas assadas. Assim no-lo descreve o seu autor: «ha nesta cidade outra maneira de vida: que estão junto da Ribeira dez cabanas em que estão de continuo homens e mulheres, com brazeiros de fogo, assando sardinhas e peixe de toda a outra sorte segundo o ha na Ribeira»<sup>(13)</sup>. Tal profissão veio a ter no século XVIII, um grande desenvolvimento, conforme nos revela uma bem realista descrição, escrita por um francês:

«Escoa-se de vagarinho do vão de uma porta uma fumaceira gorda, fétida e grossa; vai subindo e escondendo parte do edifício. Gente de ambos os sexos atravancam a rua; há muita agitação, muito movimento, oiço rumor, parece que vai fôgo ali. Aproximo-me, através do povolêu; e que vejo? um fogareiro, umas grelhas, um homem gordurento e afumado, e uma mulher maltrapilha e repugnante. Ocupam-se em frigir e assar sardinhas; os fregueses estão à espera, para cada qual haver o seu quinhão.

«Eis aí o que se chama um *lugar de frigideiro*. São uns poisos ambulantes, que em todos os sítios de Lisboa se encontram, nas ruas, nos largos, às portas, e mais que tudo às das tabernas. Todo o dia, principalmente à hora das refeições, ali se estão fringindo e assando sardinhas, pescadas, e outros peixes ordinários.

---

<sup>(10)</sup> *Livro das Grandezas de Lisboa*, Tratado V, cap. I, fol. 101-v. (Lisboa, 1620).

<sup>(11)</sup> «não falando no muito (peixe) que se vende por outras partes da Cidade de barcos, que às escondidas despejam em suas casas o peixe, que trazem por não pagarem siza» — Frei Nicolau de Oliveira *Livro das Grandezas de Lisboa*, Tratado V, cap. I, fol. 101.

<sup>(12)</sup> *Livro das Grandezas de Lisboa*, Tratado IV, cap. VII, fol. 91-v.

<sup>(13)</sup> João Brandão: *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da cidade de Lisboa na 2.ª metade do séc. XVI*, pág. 91 (Lisboa 1923).

«Estes *lugares* são de muita utilidade ao povo, que neles acha preparados almôço, jantar e ceia, por pouco dinheiro. Cada qual leva consigo o pão, compra cinco ou seis sardinhas fritas ou assadas, come ali mesmo, e fica satisfeito. Quem pode alargar-se um pouco mais, compra um copo de vinho na mesma taberna, e está pronto. Às vezes, cinco ou seis pessoas celebram em comum as suas refeições, e fintam-se para algum vinho. Sentam-se no chão, ou nos degraus da escada de qualquer casa próxima, e assim conseguem um jantar mais demorado, e mais alegre; e ficam tão contentes, como se se levantassem de refeição opípara.

«Certo é que para os pobres é conveniente a quantidade destes *lugares* fumegantes; mas a vizinhança é que não reza pelo mesmo breviário, e tem todo o incômodo do fumo e do péssimo cheiro, além da bulha constante. À hora dos jantares, as escadas das moradas particulares vêem-se obstruídas de plebe que para aí vai comer, e até dormir a sesta! Às vezes custa imenso aos moradores chegar da sua porta da rua aos seus aposentos.

«Com o pretexto das sardinhas, há muita vez roubos. O ladrão esconde-se numa escada, entre a turba-multa, finge que adormece, espreita a ocasião, penetra nas casas, furta, e torna a sair para o escuro da escada.

«Por isso é que estes *lugares* dos frigideiros são o terror dos inquilinos. Foge-se de ir morar para onde há frigideiros; mas de pouco vale a prevenção, visto que estes lugares são ambulantes e portáteis; mudam de sítio, e estabelecem-se facilmente numa porta, ou debaixo de qualquer janela onde nunca estiveram. Uma bela manhã o inquilino dá por aquele rumor que não conhecia, chega-lhe o cheiro das sardinhas, e o fumo da fritura; reconhece logo que vizinhança lhe coube em sorte. Que remédio? aturá-la» (14).

O testemunho da *Estatística* é do século XVI, o do francês, atrás citado, do século XVIII. Entre ambos fica a época de seiscentos, que temos vindo a considerar, e por isso nos parece que não será ousado concluir — antes pelo contrário — ter sido nessa época que a venda de sardinhas assadas e fritas tomou o incremento que o viajante francês registou. Podemos pois considerar como muito provável que a sua venda, durante esse século, assada e frita, pelas ruas e praças e nas tabernas de Lisboa, já era feita em grande escala.

Outro peixe que, logo a seguir à sardinha, deve ter sido também dos mais importantes na alimentação seiscentista, é o bacalhau.

Como se sabe, depois da Restauração, uma das primeiras preocupações dos novos dirigentes foi a de conseguir pôr termo ao estado de guerra que existia entre o nosso país e várias potências europeias, nomeadamente a Inglaterra, consequência da nossa

(14) Citado por Júlio de Castilho: *A Ribeira de Lisboa*, Vol. II, págs. 69-71 (Lisboa 1941).

união à Espanha em 1580. Assim, em Janeiro de 1642, era assinado em Londres um Tratado de Paz e Comércio que determinava, no seu artigo 2.º, «que entre os sobreditos sereníssimos reis, e entre os vassallos, habitantes e súbditos de cada um deles, haja e deva haver comércio livre tanto por mar, como por terra e águas doces, em todos e cada um dos reinos, domínios e ilhas, e nas outras terras, cidades, vilas, aldeias, portos e distritos dos ditos reinos e domínios» e no artigo seguinte especificava «que os súbditos de um não serão mais maltratados no território do outro que os mesmos nacionais em quanto à venda e contrato de suas mercadorias»<sup>(15)</sup>.

Tais disposições vieram dar origem a uma questão entre o Município de Lisboa e o cônsul inglês, pois o primeiro entendia — e parece-nos que justificadamente — que as disposições do tratado não isentassem os comerciantes ingleses do pagamento de imposto, ao qual estes, sob a protecção do cônsul, se procuravam eximir.

Várias vezes se agitou essa querela, encontrando-se publicados nos *Elementos para a História do Município de Lisboa* de Eduardo Freire de Oliveira, vários e interessantes documentos que se referem ao caso. Por eles se verifica que, apesar dos termos do tratado de paz de 1642 concederem liberdade de venda de todos os artigos, sem especificação, a questão girou apenas à volta da venda do bacalhau, em Lisboa.

A querela era além disso reforçada pela desmedida especulação que os ingleses faziam com os preços desse artigo. Assim em 1653, numa consulta da Câmara, diz-se que os mercadores britânicos e franceses vendiam o bacalhau a 35 réis o arrátel e 4480 réis o quintal «que é o mais subido preço que há muitos tempos se viu nesta cidade»<sup>(16)</sup>. No ano seguinte a situação não se alterou, como se vê por uma outra consulta da Câmara de 12 de Novembro: «É contra o povo esta liberdade que se lhes concedeu, que, sendo o fim vender-se este mantimento mais barato, com o venderem estrangeiros em lojas e pelo miudo, se vende mais caro»<sup>(17)</sup>.

Em 1658 a situação mantinha-se, o que levou mais uma vez a Câmara a apresentar ao Rei as suas queixas contra este estado de coisas: «Senhor — Sempre o senado da camara esteve em posse de por o preço dos mantimentos, e nunca os estrangeiros os venderam pelo miudo, até que, pela conveniência das pazes, em um capítulo delas, se ordena que os ingleses tenham o privilégio de venderem as fazendas que trouxeram a este porto e peixe, pelo grosso ou pelo miudo, pelos preços que quizerem; e sendo esta concessão de muito prejuízo a este povo, e cousa não vista, se lhe não impediu, e assim venderam os anos passados, e entrando agora sete naus, de bacalhau, não contentes os mercadores, a quem veem dirigidas, de venderem à sua vontade, pelo grosso e

---

<sup>(15)</sup> José de Almada: *A Aliança Inglesa—Subsidios para o seu Estudo*, Vol. I, pág. 26 (Lisboa 1946).

<sup>(16)</sup> E. Freire de Oliveira: *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Vol. V, pág. 459 (Lisboa 1889).

<sup>(17)</sup> E. Freire de Oliveira: *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Vol. VII, pág. 17 (Lisboa 1893).

pelo miudo, pelas pessoas da sua nação, mandam vender por retalho, por mulheres portuguesas, em diversas lojas e armazens, dizendo que o peixe é por sua conta, com que excedem a capitulação das pazes, que só lhes concede venderem de primeira mão a quem quizerem, sem lhes limitar preço nem taxa, e assim vendem uma arroba de bacalhau por mil réis, que dantes valia três e quatro tostões»<sup>(18)</sup>.

Mas os anos iam correndo e, decerto por razões de ordem política, a situação não melhorava. E assim numa consulta da Câmara de 19 de Novembro de 1674 encontramos a seguinte afirmação: «E se com as guerras de Holanda houve causa para o bacalhau subir de preço, hoje, com sua paz, deve tornar a seu antigo e justo valor, e não estarem os ingleses vendendo nesta cidade o bacalhau pelo dobro do que o vendem na cidade do Porto<sup>(19)</sup>, como se o que lá vai a vender se pescara em outros mares, ou tivera mais fácil a condução»<sup>(20)</sup>.

Tais documentos parecem-nos claros no seu significado: se os mercadores ingleses vinham a Lisboa propositadamente para venderem bacalhau; se houve longas querelas entre estes e o Município provocadas pelas suas tentativas de se eximirem ao pagamento de impostos; se especulavam ainda com os preços, apesar da larga percentagem de bacalhau entrado no porto de Lisboa, pois duma só vez chegaram nada menos do que sete naus inglesas carregadas<sup>(21)</sup>; se aqui o vendiam pelo dobro do preço que por ele pediam no Porto; se já no final do século XVI havia mercadores estrangeiros que se interessavam por este comércio<sup>(22)</sup>, é porque o seu consumo devia ser bastante avultado em Lisboa<sup>(23)</sup> e esse artigo deveras necessário para alimentar os seus habitantes. Assim o reconhecia a própria Câmara ao afirmar, em 1674, que nunca os ingleses deixariam

---

<sup>(18)</sup> E. Freire de Oliveira: *Elementos para a História do Município, de Lisboa*, Vol. VII, págs. XCIII e XCIV.

<sup>(19)</sup> Seria assim porque no Porto se consumia pouco bacalhau ou porque revelaram por ele pouca predilecção os portuenses? No séc. XVIII Agostinho Rebelo da Costa na sua *Descrição Topográfica da Cidade do Porto* (Porto 1789) refere que aí se consumiam «muitos mil quintais de bacalhau» (cap. III, § 8, pág. 56). Mas, simplesmente, como salientou justificadamente o prof. Mendes Correia, os seus quantitativos não são nada seguros (Ver *A Alimentação do Povo Português*, Lisboa, 1951, pág. 16).

<sup>(20)</sup> E. Freire de Oliveira: *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Vol. VIII, pág. 58 (Lisboa, 1896).

<sup>(21)</sup> Idem, idem, Vol. VII, pág. XCIV.

<sup>(22)</sup> Livro das Posturas Antigas, do Arquivo Histórico da C. M. L. citado pelo Dr. Joaquim Soares Lopes: *Notulas Históricas sobre os Mercados e Matadores de Lisboa* in «Primeira Reunião Olisiponense», Vol. I, pág. 372, nota 54 (Lisboa 1948).

<sup>(23)</sup> A Prof. Doutora Virgínia Rau, no seu valioso trabalho *Subsídios para o estudo do movimento dos portos de Faro e Lisboa durante o século XVII* (Lisboa, 1954) afirma que «os navios britânicos, além de nos inundarem de produtos têxteis da sua manufactura e bacalhau das suas pescarias, traziam também até Lisboa mercadorias estrangeiras de portos do Norte e do Mediterrâneo» (pág. 243). Além disso fornece-nos provas convincentes do grande consumo de bacalhau em Lisboa. Assim de 12 de Agosto de 1641 ao final de 1648 entraram em Lisboa 48 navios carregados de bacalhau, (Tabela F, págs. 254-5), em 1678 três barcos e de 1682 a 1684 trinta barcos vindos da Terra Nova, decerto carregados com o mesmo produto. (Tabela E, pág. 247). E em 1685 foi calculado que no porto de Lisboa entrava de bacalhau e mais peixe seco vindo do norte 103 555 cruzados (41 422\$00) (pág. 258).



A PRAÇA DA RIBEIRA SEGUNDO UM PAINEL SEISCENTISTA DE AZULEJOS

de trazer bacalhau para Lisboa «porque em nenhuma parte da Europa lhes tem tanta conveniência»<sup>(24)</sup>, referindo-se ainda a «quanto interessa este reino em ser abundante dele»<sup>(25)</sup>. E, na opinião — decerto bem fundamentada — dos edis, interessava este problema especialmente à alimentação das classes populares, pois quando a Câmara, em 1647, para evitar especulações, comprou parte do bacalhau chegado ao Tejo, informou ter tomado semelhante medida «para remédio dos pobres»<sup>(26)</sup>. E em 1654 afirmava que essas especulações prejudicavam em especial os «pobres e miseráveis, de quem é mais próprio este mantimento»<sup>(27)</sup>.

Com isto, cremos ter suficientemente demonstrado que, a par da sardinha, também o bacalhau era alimento predilecto de grande parte dos lisboetas.

Mas, além destes, muitos outros peixes — numa variedade que hoje nos surpreende — deviam entrar na composição das refeições dos alfacinhas de seiscentos<sup>(28)</sup>. São vários os autores que se extasiaram perante essa profusão de peixes. Assim, por exemplo, o poeta da descrição em verso de Lisboa, ao referir-se à Ribeira, que era imagem fiel da riqueza e variedade de peixe vendido em Lisboa<sup>(29)</sup>, diz-nos que:

«Adiante sem cabanas  
Infinitas pescadeiras,  
Que por mais água que chova,  
Sempre, são caras na venda.

Há aqui tão fresco pescado  
Que ainda faltando chega,  
De mui diferentes castas,  
Que no rio, e mar se pesca.

A mui lombuda azevia,  
Única só desta terra  
Linguado sapateiro,  
Cachucho, raia, lampreia,

(24) E. Freire de Oliveira: *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Vol. VIII, pág. 58.

(25) E. Freire de Oliveira: *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Vol. VIII, pág. 55.

(26) E. Freire de Oliveira: *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Vol. V, pág. 92.

(27) E. Freire de Oliveira: *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Vol. VII, pág. 17.

(28) Foi no século XVII que se começou a chamar aos lisboetas «alfacinhas». Ver a este propósito a conferência da Sr.<sup>a</sup> D. Fernanda Reis intitulada *Alfacinhas in Olisipo*, n.º 24, pág. 210 e o estudo de Pastor de Macedo e Matos Sequeira *A Nossa Lisboa*, (Lisboa s. d.) pág. 12 e o opúsculo de J. L. Vasconcelos *Epiphânio Dias — Sua Vida e Labor Científico*, Lisboa, 1922, págs. 8-9 e 41-42.

(29) A este respeito escreveu Luís Mendes de Vasconcelos: «O pescado deste rio, e do mar, desta costa de Lisboa, é tanto e tão bom, que como cousa manifesta, não há que dizer, senão encomendar a quem o quizer saber que passe à Ribeira, onde se vende, e verá». (*Do Sítio de Lisboa*, Diálogo II, pág. 202 — Lisboa, 1803).

Savel, tainha, bizugo,  
Xarroco, ciba, favelha,  
Carapau, cavala, pargo  
Solho, robalo, faneca.

Safios, pescadas, chernes,  
Congros, ruivos, e moreias,  
E infinitos que aqui calo,  
Por ir passando depressa.

De secos o bacalhau  
E também pescada seca  
Raia, e savel escalado  
Atum de lombo ventrecia <sup>(30)</sup>.

Provinha esta grande variedade de pescado de alguns pontos da costa mais próximos de Lisboa — Setúbal, Sesimbra, Ericeira e Peniche <sup>(31)</sup> — e ainda do rio Tejo. O peixe do rio, além de ser o principal recurso quando o mau tempo impedia que os barcos saíssem a barra — pois em tais ocasiões, além deste, apenas aparecia em Lisboa, à venda, algum peixe miúdo vindo, por terra, de Setúbal <sup>(32)</sup> — contribuía também largamente para a grande variedade e para a elevada quantidade do peixe que se consumia na capital.

No final do século XVI o alemão Steblovo afirmava que «El Tagus (que lhaman Tajo) en aquella comarca es muy rico en pesca, especialmente un pescado que llaman sanel (savel) se coge en abundancia aqui» <sup>(33)</sup>.

Os autores seiscentistas, esses são unânimes nas suas afirmações acerca da riqueza piscatória do Tejo. Frei Nicolau de Oliveira, por exemplo, afirma que é «abundantíssimo em pescarias, e não de quaisquer peixes, senão dos mais presados do mundo, porque antes que se misture com as águas salgadas, duas léguas abaixo de Santarém, onde elas o vão receber com suas enchentes, se pescam nele infinidade de barbos, e mui grandes, mугens, tencas, solhas, e as mais formosas e saborosas tainhas que se podem achar em nenhuma outra parte, quais são as de Alpiarça, que é uma vala, ou braço do mesmo rio, não faltando nele alguns solhos e grandes. E depois de entrar na água salgada se pesca nele tanta multidão de saveis, que dele se mantêm não só todas as vilas e lugares a ele vizinhos, mas além dos muitos barcos, que todos os dias trazem

<sup>(30)</sup> *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais*, n.º 11, págs. 26 e 27.

<sup>(31)</sup> Frei Nicolau de Oliveira: *Livro das Grandezas de Lisboa*, Tratado IV, cap. VII, fol. 91.

<sup>(32)</sup> Frei Nicolau de Oliveira: *Livro das Grandezas de Lisboa*, Tratado V, cap. I, fol. 101.

<sup>(33)</sup> *Viajes de Extranjeros por España y Portugal en los Siglos XV, XVI e XVII*, pág. 166 (Madrid, s. d.).



carregados a Lisboa, em quanto dura a força e monção da sua pescaria, que é de Dezembro até o mês de Maio, se sustentam deles todas as terras do Alentejo, e muita parte de Castela, para onde os levam umas vezes frescos e outras escalados (?). Nem lhe faltam muitas, e mui grossas lampreias, das quais houvera igual pescaria à dos saveis (...) mais abaixo, que é de Póvoa até Lisboa se pesca um peixe, que só neste rio se acha que são as mimosas azevias, que se mandam dar aos doentes<sup>(34)</sup> e que para os Príncipes se levam daqui por correios e outros reinos de Espanha; muitos e mui grandes e saborosos linguados, mui diferentes no gosto, e sabor dos muitos, e mui grandes, que trazem do mar alto, mui grande quantidade de salmonetes, ainda que não tantos como no rio de Setúbal, muitos cações, raias, corvinas, douradas, pampanos, cabras, ruivos, cibas, chocos, choupas, salemas e outros vários gêneros de peixe, como são xarrocós, peixe mui mimoso e que se manda dar a doentes, cavalas, sardas, sardinhas, muitos safios e grandíssimos congros»<sup>(35)</sup>.

Este testemunho, mesmo descontando algum possível exagero, deixa supor bem quão abundante e variado era o pescado que o Tejo fornecia, e por isso podia afirmar a Vereação de Lisboa, em 1672, que «a cidade (...) muita parte do ano se podia sustentar com o peixe deste rio»<sup>(36)</sup>.

Além do peixe também se vendiam na Ribeira várias qualidades de marisco,

Abundância de marisco  
Logo junto se apresenta  
Lagosta e caranguejos  
Camarões, ostras, ameijoas<sup>(37)</sup>

os quais eram distribuídos por três cabanas, onde também se podiam encontrar berbigões<sup>(38)</sup>. As lagostas vinham do Porto Brandão<sup>(39)</sup> e os mariscos tanto do oceano, como do Tejo, que possuía, no dizer de Nicolau de Oliveira, «muito e mui bom marisco»<sup>(40)</sup>.

Toda esta variedade de peixes e mariscos afluía à Ribeira, que era então o ponto da cidade onde se vendia a grande, talvez mesmo a maior parte do peixe que se consumia em Lisboa. Alguns costumes curiosos estavam ligados a essa venda, alguns dos quais reveladores da importância que tinha o comércio do peixe e do cuidado que as autoridades lhe dispensavam.

---

<sup>(34)</sup> O mesmo afirma António Coelho Gasco: *Das Antiquidades da Muy Nobre Cidade de Lisboa — Império do Mundo e Princesa do Mar*, pág. 148 (Coimbra, 1924).

<sup>(35)</sup> *Livro das Grandezas de Lisboa*, Tratado II, cap. V, fol. 22 e 22-v.

<sup>(36)</sup> E. Freire de Oliveira: *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. VII, pág. 417.

<sup>(37)</sup> *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais*, n.º 11, pág. 26.

<sup>(38)</sup> Frei Nicolau de Oliveira: *Livro das Grandezas de Lisboa*, Tratado V, cap. I, fol. 103.

<sup>(39)</sup> Frei Nicolau de Oliveira: *Livro das Grandezas de Lisboa*, Tratado II, cap. V, vol. 22-v.

<sup>(40)</sup> *Livro das Grandezas de Lisboa*, Tratado II, cap. V, fol. 22-v.

Assim as peixeiras eram obrigadas a ter «sempre uma pescada e um sável, partido às postas, a cutelo, com dois dedos de largo ao travez, a fim de servirem de contra-pesos; e quem o contrário fizesse pagaria 500 réis». Além disso era proibido «tirar os buchos e os fígados do pescado» e «que se lavasse a sardinha para depois tornar a vendê-la ao povo»<sup>(41)</sup>. Também era vedado às peixeiras transferirem-se do local que na praça lhes tinha sido determinado para qualquer outro, sem autorização do Vereador que a Câmara nomeava expressamente para tratar dos assuntos referentes à venda do peixe. Não podiam também fazer a venda em cabanas, segundo Nicolau de Oliveira, para assim se «obrigar as vendedeiras a que vendam mais depressa o peixe que se lhes não danar com a queimadura do sol»<sup>(42)</sup>. No entanto, num painel de azulejos seiscentista que representa a praça da Ribeira, as vendedeiras aparecem abrigadas por chapéus de sol quadrangulares<sup>(43)</sup>.

Outro costume era o das escamadeiras, cuja função seria apenas a de arranjar o peixe. A elas se refere Villalba y Estaña no seu livro *El Peregrino Curioso*: «Echó ojo nuestro pelegrino á que más de cinquenta mujeres viven en Lisboa, solo con tener dos tinajones de agua y unos cuchillos bien amolados; que los que mercan el pescado fresco, les dan dos blancas por capazo, y allí en un corto rato, como rezar una Ave-Maria, luego lo escaman y estripan y lavan, de manera que sin asco alguno se puede comer llegado que es à la posada»<sup>(44)</sup>.

Psicológicamente, as peixeiras da Ribeira de seiscentos não diferiam, pelo menos em alguns pontos, das dos nossos dias. . . É o que se depreende da narração em verso já várias vezes referida:

Tem tal arte no vender  
As salgadas pescadeiras  
Que o que vem a dar por dez  
Pedem por ele noventa

E se o caso lhes acontece  
Haver quem pouco prometa,  
Ou respondem com anexins  
Ou com palavras soberbas

---

(41) *Livro das Posturas Antigas* do Arquivo Histórico da C. M. L., cit. pelo Dr. Joaquim Soares Lopes in *Notulas Históricas sobre os Mercados e Matadores de Lisboa* in «Primeira Reunião Olisiponense» Vol. I, pág. 375.

(42) *Livro das Grandezas de Lisboa*, Tratado V, cap. I, fol. 100-v.

(43) Figurou com o n.º 190 na *Exposição de Documentos e Obras de Arte relativa a Lisboa*. Ver o respectivo *Catálogo* p. 85 e estampa 190 (Lisboa, 1947).

(44) Transcrito por Júlio de Castilho: *A Ribeira de Lisboa*, Vol. II, pág. 64, nota 2 (2.ª edição).

Esta regra é mui seguida  
Por todas as regateiras  
Que pouco estimão vender  
Com seu trato a consciência (45)

Este sistema de venda tornava-se possível porque o peixe, no século XVII, era o único artigo, que se encontrava na Ribeira, que não estava tabelado (46) e realmente, em diversas tabelas de preços estabelecidos pela Câmara, que consultámos, nunca encontramos o preço de qualquer peixe (47).

Desde o século XIII, pelo menos, que existia em Lisboa, um local destinado à venda de peixe, pois em 1248 foi ele doado por Afonso III (48). E em 1389 as Cortes reunidas em Lisboa, determinaram que a venda de pescado nesta cidade se efectuasse apenas num local determinado (49).

No século XVII, como já dissemos, era a Ribeira o principal centro de venda de peixe, mas não o único, pois como vimos, era muito o peixe que se desembarcava clandestinamente na cidade (50) e que por isso devia ser vendido em várias lojas ou pelas ruas. Na verdade, Corsini, ao referir-se ao peixe, diz que se compra «às peixeiras, que

(45) *Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais*, n.º 11, pág. 27.

(46) Frei Nicolau de Oliveira: *Livro das Grandezas de Lisboa*, Tratado V, cap. I, fol. 101.

(47) Ver por exemplo a tabela de preços de 1696 inserta no códice manuscrito de *Posturas* do Arq. Histórico da C. M. L., a fol. 367 e 367-v., a tabela de 1637 publicada pelo Dr. Joaquim Soares Lopes («Primeira Reunião Olisiponense»), Vol. I, pág. 371 e a tão minuciosa lista de preços, referente a 1611 inserta no *Arquivo Municipal de Lisboa* (1862) n.ºs 114 a 117, págs. 907-11, 917-9, 924-7 e 936. Noutras cidades, no entanto, o peixe era tabelado, como por exemplo em Viseu, como se verifica pelas relações de preços e sumários dos livros de acordos, publicados por Alexandre de Lucena e Vale em *Um Século de Administração Municipal*, Viseu, 1955.

(48) «Alfonsus Dei gratia, comes Boloniensis procurator et defensor Regni Portugalie per Dominum Papam. Pretori et alvasilibus, et concilio ulixbonen. Salutem, et amor sient vassalis naturalibus et amicis que os multum diligo, et de quibus multum confido; sciatis quod ego concedo vobis in perpetuum Locum illum de marcato de piscato qui est in resio Ulixbonen, circa litus Maris, quod vos tenjatis, et habeatis illum locum ad utilitatem concilij in cujus Dei testimonium do vobis istam meam Cartam apertam de meo sigillo sigilatam Date apud ulixbonen mense Januarij E M C C L X X X V I (Ano de 1248). *Livro Primeiro de Reis*, fol. 16-v. (Códice 46 do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa).

(49) «Todo o pescado fresco, que hy (a Lisboa) veesse em navyos ou em bestas ou em collos d'homens, que o llevassem logo aa Praça» Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo: *Elucidário das Palavras, Termos e Frases...*, Vol. I, pág. 294 (Lisboa, 1798). Era a tendência geral, pois até nas cidades em que o peixe não devia ser muito abundante, como em Beja, também assim estava determinado. Ver as Posturas de 1738, fol. 19-v.: «que se qualquer pessoa que trouxer peixe, a vender a esta cidade, ou seja do mar, ou de água doce, os não descarreguem em parte alguma nem em estalagem, nem em outra casa particular, mas sim no açougue do peixe», *Arquivo de Beja*, Vol. VII, pág. 222 (Beja, 1950).

(50) Frei Nicolau de Oliveira: *Livro das Grandezas de Lisboa*, Tratado V, cap. I, fol. 101.

o vendem pelas ruas ou nos estabelecimentos que fornecem quase todos os comestíveis»<sup>(51)</sup>. Esta venda ambulante devia ser feita principalmente por mulheres e assim se justificam estes versos de Frei António das Chagas:

Com a giga apregoando  
vay Iignes pella Cidade  
e por mais cedo que veyo  
a todos parece tarde<sup>(52)</sup>

ou estes outros versos, também dum poeta seiscentista:

A minha Isabel  
Saiu esta tarde  
A matar de amores  
A vender gorazes<sup>(53)</sup>

Além disso também os mariscos eram vendidos pelas ruas de Lisboa<sup>(54)</sup>.

Com todos estes elementos, senão ficamos conhecendo minuciosamente o papel que o peixe representava na alimentação diária dos lisboetas do século XVII — consequência do carácter pouco informativo que possui a literatura seiscentista e que logo no início deste estudo apontámos — ficamos pelo menos conhecendo alguns pormenores a esse respeito e com a certeza de que a sua importância na alimentação citadina era enorme. A quantidade de peixe que se vendia em Lisboa, a sua aquisição por todas as classes — desde os pobres, para os quais a sardinha e o bacalhau eram os principais alimentos, até à nobreza que, segundo o italiano Corsini, o comia especialmente à ceia<sup>(55)</sup> — indica-nos claramente que o peixe era um elemento de primacial importância na alimentação quotidiana dos habitantes da capital. Este facto, segundo nos parece, resultava da coincidência de certos factores permanentes com outros peculiares ao século XVII. Assim, por um lado, em consequência da riqueza piscatória do oceano, nas zonas próximas, e do Rio Tejo, a cidade estava abundantemente fornecida de peixe, cuja variedade ainda mais se engrandecia porque a este abastecimento marítimo se juntava o de água doce, recebendo Lisboa, portanto, espécies das duas faunas.

Por outro lado, devido às dificuldades dos transportes, causadas especialmente pela guerra e pelos piratas, o abastecimento de Lisboa nessa época era muito inseguro, quer de trigo quer de outros artigos, como já tivemos ensejo de o demonstrar<sup>(56)</sup>. Ora

<sup>(51)</sup> *Revista Municipal* n.ºs 13-14 (1942), pág. 56.

<sup>(52)</sup> Cód. 2237 da Livraria do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pág. 437.

<sup>(53)</sup> Cit. por Júlio de Castilho: *Lisboa Antiga — Bairro Alto*, Vol. V, pág. 209 (Lisboa, 1904).

<sup>(54)</sup> Frei Nicolau de Oliveira: *Livro das Grandezas de Lisboa*, Tratado IV, cap. VIII, fol. 97.

<sup>(55)</sup> *Revista Municipal* n.ºs 13-14, pág. 56.

<sup>(56)</sup> *Lisboa Seiscentista*, 2.ª edição, págs. 127-134.

o peixe, pescado no oceano, relativamente perto da costa e de Lisboa e no próprio rio Tejo, era um abastecimento muito mais fácil e regular. E da conjugação destes dois factores resultava, como é evidente, que era um género alimentício relativamente barato, salvo quando condições especiais permitiam a sua especulação, como no caso do bacalhau, que era pescado longe, acrescentando ainda a circunstância de o seu comércio se encontrar totalmente na mão de estrangeiros.



Analisando o livro *Arte de Cozinha* de Domingos Rodrigues, Mestre de Cozinha da Casa Real de D. Pedro II<sup>(37)</sup>, ficamos conhecendo quais eram as regras gastronómicas a que obedeciam os banquetes ou quaisquer outras refeições de carácter festivo e luxuoso oferecidas em Lisboa no século XVII. É por ele que somos informados de que o peixe estava praticamente excluído dessas refeições, excepto nas épocas em que, por razões de ordem religiosa, não se podia comer carne.

Assim, ao fazer as relações das diversas ementas dos banquetes, uma para cada mês, as quais compreendiam grande número de pratos, encontramos apenas, na ementa de Setembro, referência a pratinhos de azevias, ou bogas ou salmonetes, e em Abril uma ementa exclusivamente de peixe, por causa da Quaresma. A relação das receitas revela igualmente que os pratos de peixe eram em número bem reduzido<sup>(38)</sup>.

A ementa do banquete ordinário tinha 8 séries de 4 pratos, sem haver sequer um de peixe e o mesmo acontecia para a merenda ordinária, extraordinária e para o banquete a oferecer aos embaixadores.

E assim sucedia na verdade. No Livro de Entradas para o banquete oferecido em 1686 ao Núncio, que existe manuscrito na Biblioteca Nacional, encontramos mencionadas até as azeitonas, o sal, as passas, mas não aparece qualquer peixe<sup>(39)</sup>. E o mesmo acontece na relação — bem minuciosa também — dos artigos consumidos num banquete que D. Luísa de Gusmão ofereceu em 1647<sup>(40)</sup>.

---

(37) A obra teve 3 edições no século XVII, em 1680, 1683 e 1698, o que demonstra a sua importância e divulgação. Ver o *Dicionário Bibliográfico*, Vol. II, pág. 197 (Lisboa, 1859).

Talvez tenha existido ainda outra edição de 1693. Ver o *Dicionário Bibliográfico*, Vol. IX, pág. 149 (Lisboa, 1870). Utilizámos a edição de 1698.

(38) Contém o livro 21 receitas para carneiro, 2 para galinha, 5 para peru, 6 para pombos, 7 para frangãos, 6 para adens e patos, 6 para perdizes, 6 para coelho, 5 para lebres, 4 para cabrito, 7 para vitela, 4 para vaca, 9 para porco, 12 de empadas, 4 de tortas e 5 de pastéis, todos de carne, 23 pratinhos, todos de carnes etc. Em contrapartida apenas 20 receitas de peixe e 5 de marisco. A propósito registre-se que num tratado quincentista de cozinha, se encontram apenas receitas de carne (25) e de ovos (4), incluindo-se no entanto entre as primeiras uma de lampreia. Veja-se o estudo sobre Culinária e Doçaria incluído n'A *Arte Popular em Portugal*, Vol. I, págs. 301-306.

(39) Cód. 522 do Fundo Geral, fol. 2 a 3-v.

(40) Publicada por J. Cunha Saraiva in *Feira da Ladra*, Tomo III, págs. 163-167 (Lisboa, 1931).

Parece pois não haver motivo para dúvidas: o peixe estava praticamente excluído das refeições de luxo e dos banquetes, excepto nas épocas em que os princípios de ordem religiosa vedavam o uso de carnes na alimentação.

\*

Dos vários testemunhos e documentos que enunciámos e da análise crítica que deles fizemos, parece-nos que podemos deduzir as seguintes conclusões:

- 1.ª) Lisboa no século xvii estava abundantemente abastecida de peixe, que era de excelente qualidade, muito variado e quase sempre um dos artigos alimentares mais económicos;
- 2.ª) Daqui resultava que o peixe era um dos principais componentes da alimentação quotidiana dos lisboetas;
- 3.ª) De entre as várias espécies de peixe convém salientar a sardinha e o bacalhau, porque constituíam o principal alimento das classes populares;
- 4.ª) O peixe estava praticamente ausente dos banquetes e de quaisquer outras refeições de luxo <sup>(61)</sup>.

*Fernando Castelo-Branco.*



<sup>(61)</sup> Texto revisto duma comunicação apresentada ao IV Congresso Nacional de Pesca (Trabalho n.º 66). Foi lida na 2.ª sessão da 2.ª secção.



A CONTE-  
CIMEN-  
TOS  
CITA-  
DI-  
NOS



O MAESTRO  
RUI COELHO, ENTREGA  
A SUA PARTITURA

OBRAS SINFÔNICAS SOBRE MOTIVOS DE LISBOA



O MAESTRO  
WENCESLAU PINTO,  
ENTREGA A SUA  
PARTITURA



O PROFESSOR IVO CRUZ,  
FAZ ENTREGA  
DE UM MANUSCRITO



OBRAS SINFÓNICAS SOBRE MOTIVOS DE LISBOA

O PRESIDENTE FALA  
SOBRE O SIGNIFICADO  
DA INICIATIVA DA  
CÂMARA MUNICIPAL  
DE LISBOA



INAUGURAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL  
DE TURISMO E CAMPISMO, EM MONSANTO



A PRESIDÊNCIA DA C. M. L., O MINISTRO  
DO INTERIOR, SECRETÁRIO NACIONAL DA  
INFORMAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES  
ENTRAM NO PARQUE



O MINISTRO DO INTERIOR ASSINANDO A ACTA



A VISITA ÀS DEPENDÊNCIAS

PAVILHÃO MUNICIPAL  
NA FEIRA POPULAR DE «O SÉCULO»



INAUGURAÇÃO—AS ENTIDADES OFICIAIS  
PRESENTES AO ACTO

UM ASPECTO DA SALA DE EXPOSIÇÃO DO  
PLANO DE URBANIZAÇÃO «OLIVAIS-NORTE»  
E VALORIZAÇÃO DE ALFAMA



A SALA DE CINEMA



ESPECTACULOS NA ESTUFA FRIA



A PEÇA INFANTIL -PASSARÓ AZUL-  
PELAS CRIANÇAS DOS PARQUES INFANTIS,  
DIRIGIDA PELA POETISA D. FERNANDA DE CASTRO



«FREI LUIS DE SOUSA»



O GRUPO UNIVERSITÁRIO DO TEATRO ANTIGO,  
D A S O R B O N N E

DESCERRAMENTO DA PLACA TOPONIMICA  
NC PRÉDIO N.º 37 DA NOVA RUA PILOTO  
JOAO NASCIMENTO COSTA, À CALÇADA DA  
PICHELEIRA—ACOMPANHADA PELO PRESIDENTE,  
A VIÓVA PROCEDE AO DESCERRAMENTO



ESPECTÁCULO CULTURAL NA  
ESTUFA FRIA—«A BISBILHOTEIRA»,  
PELO GRUPO GÉNICO DOS SERVIÇOS  
TÉCNICO-ESPECIAIS, DIRIGIDO  
POR EMÍLIO NEVES CUNHA



DESCERRAMENTO DA PLACA TOPONÍMICA  
NO PRÉDIO N.º 14 DA NOVA RUA ENGENHEIRO  
MACIEL CHAVES, A CALÇADA DA PICHELEIRA  
— O DESCERRAMENTO DA LÁPIDA  
PELA FILHINHA DO HOMENAGEADO

CONCERTO PELA ORQUESTRA  
SINFÔNICA DA EMISSORA NACIONAL,  
NO COLISEU DOS RECREIOS,  
DIRIGIDO PELO MAESTRO  
PEDRO DE FREITAS BRANCO





EM NOME DO  
ALCALDE DE JEREZ  
DE LA FRONTERA  
O PRESIDENTE  
DA C. M. L. RECEBE  
«COPOS DE PROVA»  
DAQUELA REGIÃO

OS AGRADECIMENTOS DO  
PRESIDENTE DA C. M. L.  
A OS FILIADOS  
DA ORGANIZAÇÃO ESPANHOLA  
«EDUCACION Y DESCANÇO»,  
QUANDO DA APRESENTAÇÃO  
DE CUMPRIMENTOS



RECEÇÃO AOS COMPONENTES  
DO CONGRESSO DE DIREITO PENAL  
NA ESTUFA FRIA



OS COMPONENTES  
DO XII CONGRESSO INTERNACIONAL  
DO LINHO E DO CANHAMO,  
APRESENTAM CUMPRIMENTOS  
A CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA





## GEOLOGIA DE LISBOA

### APONTAMENTOS SOBRE OS CICLOS EVOLUTIVOS DA FORMAÇÃO DA PENÍNSULA ONDE ESTÁ EDIFICADA A CIDADE-CAPITAL

A Paleontologia para o lisiponense, amador que seja da ciência e apenas a palmilhar os primeiros passos na caminhada que o leva aos primórdios da evolução da nossa capital, uma vez aberta a porta ao mundo sem fim de curiosidade, torna-se assunto absorvente, desdobrado em mil facetas, qual delas a mais interessante. E há uma pergunta, formulada logo no início dos estudos, ou até proveniente do conhecimento de alguns pioneiros da iniciação, que se esboça e não torna a tomar consistência: como se formou a região onde se ergue a cidade?

E aqui voltamos ao assunto do artigo anterior, a que chamámos, com propriedade, «Primeira reportagem sobre Lisboa», agora em desenvolvimento de ideias, embora ainda de maneira generalizada, isto é, sem os fundamentos essenciais à elucidação completa, ou à interpretação rigorosa dos elementos generosamente postos à disposição do investigador. Portanto, o que se vai ler, tal como aconteceu com o escrito mencionado, tem de confinar-se, não diremos no todo, mas, em parte, ao conceito de amadorismo. Objectivo, se o há — e assim o admitimos — é o de agitar, o de concorrer para o aparecimento das autoridades na matéria — das pessoas capacitadas e sabedoras, como algumas com quem o autor contactou em trabalho recente e com as quais muito aprendeu. A bem dizer, o essencial do artigo, na parte científica — e só nessa — nada mais é do que uma compilação, interpretada com certa liberdade, de lições recebidas. Permitimo-nos citar o corpo de técnicos dos Serviços Geológicos, o director do respectivo Museu, engenheiro D. António Castelo Branco, (recentemente aposentado) e o dr. Camarate França, o português considerado justamente como o mais sabedor em tudo quanto diz respeito ao Jurássico.

★

É obrigatória uma referência preliminar às citações referentes às Idades, na duração e na distância em tempo, certamente não conformes com as tabelas estabelecidas até há alguns anos, por abrangerem períodos diferentes dos comumente divulgados. Devemos esclarecer que nos baseamos nos conhecimentos mais recentes de classificação, derivados das escalas orientadas a partir do poder radioactivo dos elementos e das composições das camadas geológicas.

As indicações seguem o padrão indicado e não traduzem liberdade injustificada.

★

Para começar no ponto onde, com exactidão, se deve começar, temos de olhar a região de Lisboa exactamente quando ela não existia.

O período mais aproximado e conveniente ao esboço de explicação temos de o situar no Jurássico, quando toda a península de Lisboa nada mais era do que mar. Todavia, no elemento líquido formavam-se, então (o cálculo pode abranger 180 milhões de anos), os elementos constitutivos dos terrenos que, mais tarde, já sobreerguidos, ou pelo recuo das águas, ou por fenómenos geológicos, formariam a península de Lisboa.

64

Mais para o Norte, na mesma altura, pelas vizinhanças de Alenquer, havia já domínios continentais definidos. A vida aquática, terrestre e aérea, no Jurássico, apresentava-se bastante desenvolvida. Se entrarmos em linha de conta com a existência nas

proximidades já configuradas por terrenos, somos levados a aceitar a presença de vertebrados. O autor chamá-los-á pré-históricos, tipo dos grandes répteis já desaparecidos. A aceitação resulta da existência de fósseis estratigrafados, alguns dos quais apareceram na Estremadura. No caso de Lisboa, o assunto reveste-se de importância especial no respeitante a achados de peixes e lamelibrânquios pertencentes a espécies extintas há muitos milhões de anos. Nas proximidades de Alenquer, entre outros, viveram o «Brontosauros» e o «Estegosauros», ambos enormes, o primeiro de proporções maiores do que as do segundo, aliás respeitáveis.

### A REGIÃO DE LISBOA COMEÇOU A AFLORAR HÁ 95 MILHÕES DE ANOS, NO CENOMANIANO

A intenção deste artigo é fazer alguma luz sobre a maneira como surgiu a região da capital, na altura geológica em que não existia geograficamente nada parecido com a actual zona de Lisboa. Temos de procurar um princípio, não de acaso, mas tanto quanto possível ajustado às condições conhecidas. E tudo indica que foi no Cenomaniano, distante de nós cerca de noventa e cinco milhões de anos, que começaram a aflorar as formações mais antigas do concelho. Os documentos de que nos socorremos consistem nas bancadas de calcário com milhões e milhões de ostras e outros lamelibrânquios petrificados (frequentes, como outros elementos de igual valor geológico na Serra de Monsanto). No entanto, o assunto mal o esboçamos, com aquela exemplificação. A verdade é que, no Cenomaniano, imperava ainda o oceano na região de Lisboa, em que se multiplicavam os recifes de coral, origem milenária de elementos, que, no correr de milhões de anos, as convulsões haveriam de transformar nas sedimentações de parte do terreno onde actualmente ficam a cidade e seus termos. Nas águas, a vida multiplicava-se, segundo a lei imutável da Natureza. A ideia da vida só se torna inteiramente compreensível se a associarmos à da morte, em ciclo permanentemente renovado de vida e morte. O tempo, contado por ciclos quase infínitos, teria, por força, de conduzir aos conglomerados dos restos do que fora vida e passou a ser morte. Esta imagem está reproduzida com verdade nas estratificações das várias camadas de depósitos, visíveis em muitos terrenos da cidade e das imediações.

Os sedimentos depositados no fundo das águas abrangeram os restos da vida maravilhosa que lá se desenvolvia. Milénio sobre milénio, as pressões e novos conglomerados, que, entretanto, se iam formando, davam origem a camadas compactas. Assim surgiu a rocha. Na capital, deparamos, a cada passo, sempre que há cortes de terreno, com fósseis petrificados de ostras e outros lamelibrânquios. Há pontos onde os cálculos são impossíveis, quanto ao número das conchas integradas nas rochas. São tantas, tantas, que ninguém as poderia contar: rondam sempre, em qualquer dos casos, pela ordem

dos milhões. Esses fósseis, por vezes, parecem desenhos recortados na pedra, ou obras pacientes feitas por mãos hábeis. São alguns dos documentos que ajudam a vislumbrar a maneira como nasceu Lisboa. Por nos parecer apropriada mais uma citação, sugerimos ao leitor curioso uma visita às montras, contendo búzios pré-históricos, do Museu dos Serviços Geológicos, encontrados nos terrenos do Cenomaniano de Lisboa. A recolha, pela quantidade, está integrada nas funções rotineiras da investigação a cargo dos técnicos. Os búzios petrificados falam de mar, ou de oceano — de Idade esfumada no tempo dos tempos.

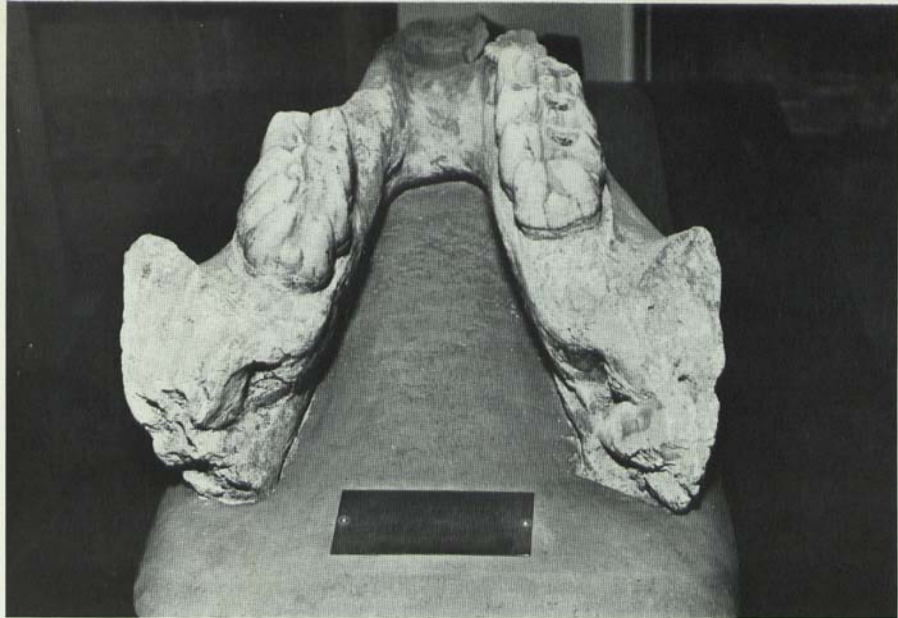
### QUANDO AS FORMAÇÕES RECIFAIS VIERAM À SUPERFÍCIE NA REGIÃO DE LISBOA

E agora um parêntesis, para evocar Norberto de Araújo, olisipógrafo e jornalista, esquadrinhador de Lisboa Antiga, a que muito quis e devotadamente serviu. Salvo erro, foi ele quem, certo ano das Festas da Cidade, escreveu os lindos versos da marcha oficial: «Lisboa nasceu pertinho do céu, toda embalada na Sé.»

Por certo nasceu pertinho do céu. Mas o seu berço foi o oceano, nos primórdios da formação do nosso planeta, na estruturação de persistência evolutiva da Terra, em nada, absolutamente em nada parecida com a fisionomia geográfica dos continentes tal como hoje se apresentam. Sobram os indícios de que a parte onde actualmente está implantada a cidade de Lisboa se tornou, no correr das modificações originadas pela afloração dos primeiros sedimentos, na península a que pertence, numa espécie de mar interior, de contornos irregulares, onde — tudo assim o indica — desaguaria um grande rio. Mar no jeito de estuário, com acentuado vaivém de marés, talvez corresponda à designação mais ajustada do conjunto líquido.

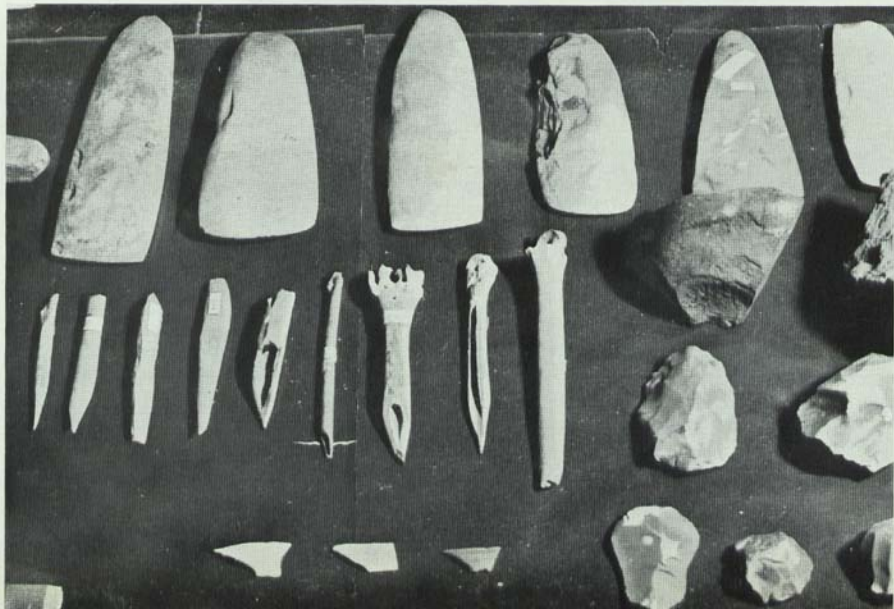
De qualquer maneira, o oceano foi o dominador, estádio sobre estádio, com os seus muitos recifes de coral. Assim aconteceu no Cenomaniano, que teve a duração de quinze milhões de anos. Até que, passado esse período, outro andar se seguiu ao citado: o Turoniano, distante de nós oitenta milhões de anos. Diminuiu, então, o fundo marinho, por causas convergentes. E na região de Lisboa as formações recifais vieram à superfície. A quem as quiser observar, basta um passeio vagaroso pela Serra de Monsanto, à chamada «pedreira da Câmara», nesta ocasião em pleno funcionamento para recolha de calcário. Este é constituído pelo coral feito pedra — sabe-se lá dos eixos de quantos pólipos ramosos? Impressiona a verificação do facto, origem de deduções pertinentes pela lógica.

Na pedreira, surgem apontamentos exemplificativos da erosão, marcados por pequenas grutas talhadas no compacto do calcário e por um «algar», ou seja um poço profundo cavado na massa de pedra. Ali, como noutras explorações idênticas de Lisboa



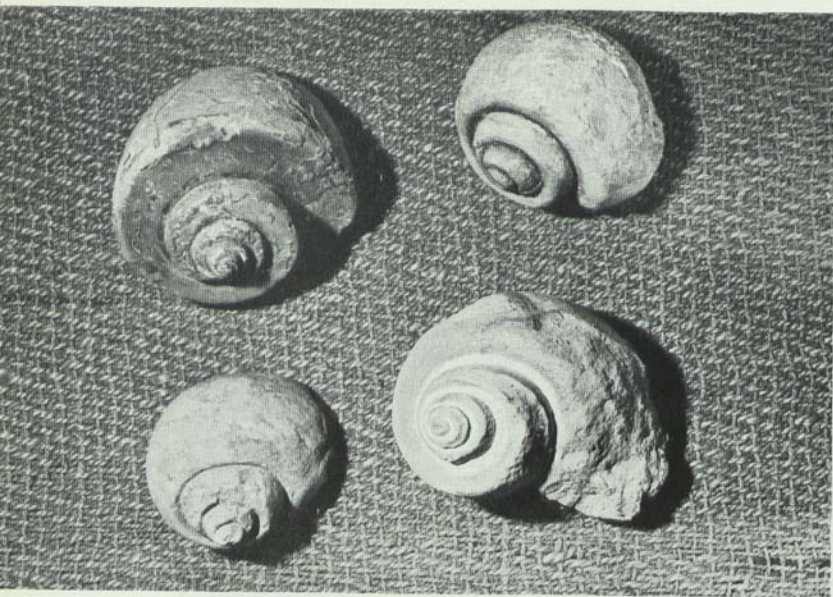
MAXILAR DE MASTODONTE («TRILOPHODON ANGUSTIDENS»). RECOLHIDO NA QUINTA DA CASINHA, CHARNECA DO LUMIAR.

DOCUMENTOS DA IDADE DA PEDRA LASCADA, PROVENIENTES DAS ESTAÇÕES PALEOLÍTICAS DE MONSANTO E DOS ARREDORES DA CAPITAL.



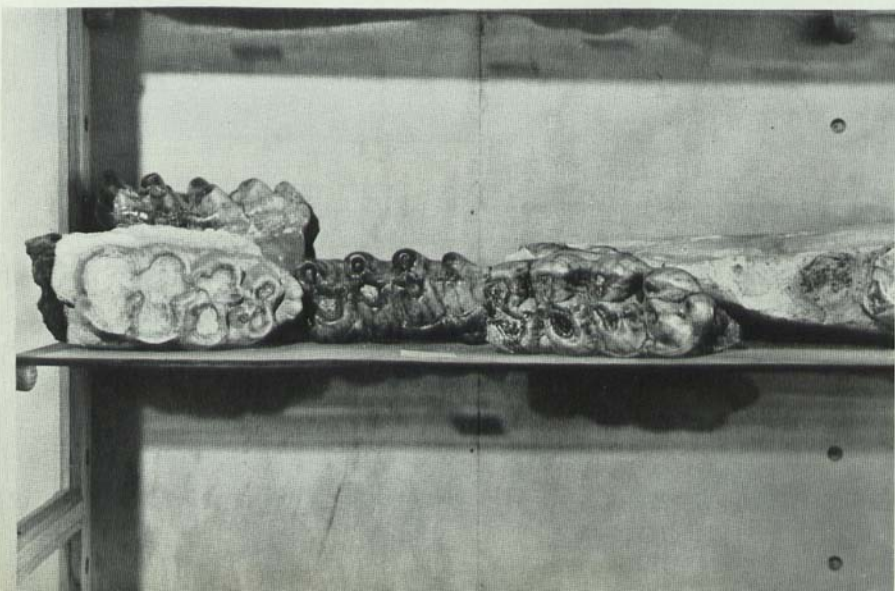
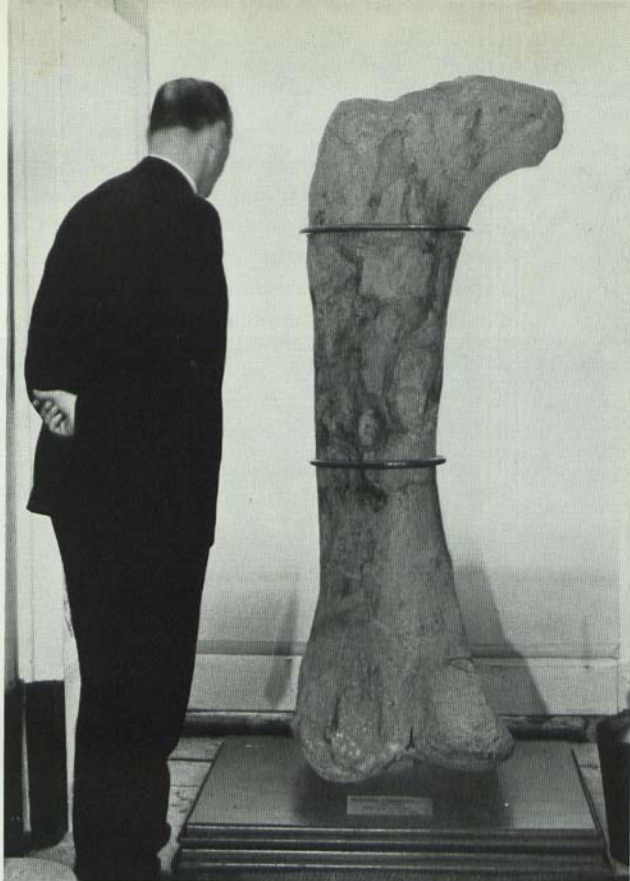


PEDRAS DO ACHELENSE SUPERIOR, EMPREGADAS PELO HOMEM DA REGIÃO DE LISBOA, COMO INSTRUMENTOS DE TRABALHO E COMO PONTAS DAS ARMAS DE DEFESA E ATAQUE

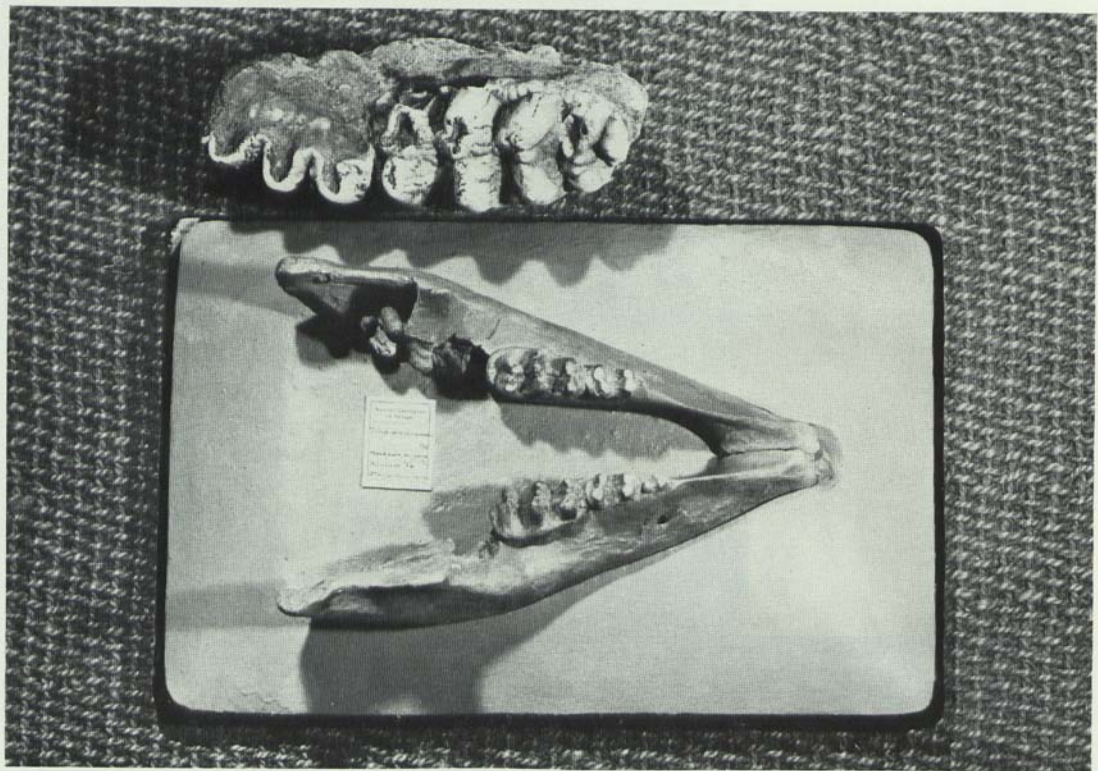


OS BÚZIOS PETRIFICADOS TALAM DE MAR, OU DE OCEANO — DA IDADE ESFUMADA NO TEMPO DOS TEMPOS

FEMUR COM MAIS DE METRO  
E MEIO DE ALTURA,  
DE «APATOSAURUS»,  
ACHADO EM TERRENOS  
DO LUSITANIANO SUPERIOR



DENTES DE  
MASTODONTES,  
TODOS ENCONTRADOS  
EM SAIBREIRAS DA  
PARTE ORIENTAL  
DE LISBOA



QUEIXADA DE MASTODONTE-BEBÊ. COM DENTES DE LEITE A AFLORAR DOS ALVEOLOS, QUE PARECEM INSIGNIFICANTES COMPARADOS COM OS DE UM ANIMAL ADULTO



e arredores, são encontrados frequentemente fósseis fusiformes de «Rudistas», lameli-brânquio característico do Secundário. Chamamos a atenção para o caso, por reforçar a documentação sobre a idade em que se processou o fenómeno da ascensão da camada do Turoniano. Aliás, o mesmo acontece em relação às várias pavimentações perfeitamente visíveis em cortes de terreno na Serra de Monsanto (estradas, caminhos, obras), constituídas por fósseis marinhos, sobrepostos e petrificados. Recolhem-se facilmente. Com um simples martelo, até se podem escolher; com um pouco de sorte, talvez se depare com algum «Rudista» diminuto.

### CONVULSÕES GEOLÓGICAS QUE ORIGINARAM OS PRIMÓRDIOS DA REGIÃO DE LISBOA

A documentação sobre o ciclo formativo de Lisboa é mais evidente na Serra de Monsanto do que na cidade. Na capital, a urbanização, o levantamento de prédios, o traçado das artérias e tudo o mais neste estilo furtou à observação muitos elementos de estudo. Frequentemente, quando se procede a escavações, surgem achados valiosos, esclarecedores das origens da urbe lendária de Ulisses. A pesquisa, naturalmente, está dificultada, pelos motivos apontados — e, muitas vezes, torna-se impossível, mormente quando a procura pretende chegar ao indício, a determinado pormenor.

Este exórdio encontra explicação no indicativo de elementos probatórios do processo evolutivo da região de Lisboa, mas já em fase mais adiantada. Para tanto, temos de dar um salto até ao Eoceno, ou Terciário Antigo, localizado há setenta ou sessenta milhões de anos. O mar havia-se afastado por virtude dos afloramentos anteriormente citados. Então, sim, existia o primórdio da região de Lisboa. Para contagem do tempo, entre os estádios de cujas camadas características de terreno procuramos extrair algumas provas conclusivas, os números tem forçosamente e mais uma vez de exprimir milhões de anos. A repetição cansativa visa manter um padrão de medida, neste caso desde o Cenomaniano até ao Terciário Antigo.

Escrevemos atrás a palavra «primórdio», exacta como definição de qualquer coisa ainda não integralmente precisa, mas já com jeito de tomar forma. A referência volta ao Eoceno, período das convulsões geológicas profundas, com intensa actividade vulcânica.

Quanto durou o ciclo dos vulcões? Milénios e milénios, ora um, ora outro, a jorrar lava e a arremessar detritos desde as entranhas da Terra. Em Lisboa, foi assim, zona vulcânica assinalada como invulgar. Numerosos restos de vulcões chancelam o ciclo eocénico. Qual a origem das colinas da cidade? Se a pergunta carecer de significado aparente, desistimos de a formular, para, em seu lugar, deixarmos a citação documentada do período na zona a que a cidade pertence.

E cá temos, de novo, a Serra de Monsanto, e as pedreiras, e os montes que a constituem. Há, pelo menos, uma chaminé visível, em corte vertical. Pertenceu a um vulcão. Há também restos de crateras e de rochas vulcânicas no Alto da Serafina e no Alto das Cruzes. Cada corresponde a um vulcão, com erupção em determinadas alturas do Eoceno. Quase uma centena esteve em actividade na área de Monsanto, agora transformada em aprazível Parque Florestal. Não todos ao mesmo tempo, evidentemente: surgiram erupções escalonadas em períodos de milhares de anos. Algumas deixaram extensos tapetes de lava solidificada, cobrindo as formações de terreno mais antigo, como, por exemplo, no topo do corte duma pedreira próxima do forte.

Passado o estádio vulcânico, a contextura geográfica da região ficou definida em linhas gerais, ainda não definitivas, mas já com tipo continental — o mar ainda em oscilações, o terreno em vias de consolidação.

### OS VERTEBRADOS SUPERIORES EM LISBOA NO MIOCÉNICO: MASTODONTES, ELEFANTES, CROCODILOS, RINOCERONTES E OUTROS

Outro salto no tempo, com as larguezas de distância consentidas pelo próprio tempo, até chegarmos ao Miocénio, que teve a duração de catorze milhões de anos e terminou há onze milhões. Nessa altura, já a região de Lisboa adquirira contornos continentais e nela havia vertebrados terrestres característicos de Terciário Superior. A vida havia evoluído bastante. Nos terrenos actualmente ocupados pela cidade e nas imediações pastavam os grandes herbívoros, como os mastodontes e rinocerontes de tipos já desaparecidos. Depois apareceram os «*Elephas Antiquus*», antepassados dos elefantes, que sobreviveram até aparecer o homem primitivo — tipo neanderthalóide. Com os proboscídeos, temos de admitir, em «habitat» junto das margens dos rios — ou, como tudo indica, do rio que desaguava algures, na parte oriental de Lisboa, possivelmente através de braços de intrincado delta, que voltariam a juntar-se em amplo estuário — a presença de répteis de respeitáveis dimensões, como o «*Gavialosuchus*», antepassado dos crocodilos, a que já fizemos referência no escrito anterior.

Não restam dúvidas de que todos estes animais, em várias épocas compreendidas desde o dealbar até o fim do Miocénio, pertenceram à fauna da região de Lisboa. Pequenas oscilações provocaram ligeiros avanços e recuos do mar. Fósseis dos vertebrados referidos e de muitos outros, formando um conjunto impressionante de espécies extintas, apareceram e aparecem nas saibreiras em exploração na capital, desde Chelas até à Charneca do Lumiar. Por aí, nessa linha marcada pelos depósitos abundantes de areia, se deveria estender o rio, como atestam e comprovam os ossos petrificados neles aparecidos. Pela quantidade dos restos fossilizados e pela classificação, torna-se evidente uma afirmação: a fauna da região de Lisboa era uma das mais importantes da Europa.

Não é ousado assegurar que peixes também extintos, enormes, chegavam até à foz do rio. A citação exemplificativa provém do achado, em camadas arenosas da Quinta do Alfundão (Chelas), de um fóssil curiosíssimo de «Pristis», de cuja cabeça emergia uma serra cheia de dentes acerados. Observá-lo conduz à ideia de que o peixe era um assassino à solta nas águas do mar.

Aqui um parêntesis: afirmar que o rio era o Tejo equivale quase a uma fantasia. Os animais, cujos ossos petrificados se recolheram, viveram na região de Lisboa há milhões de anos, e as modificações geológicas continuaram. Consequentemente, não há lugar para determinada afirmação. Prossigamos. Aqueles animais, como os grandes herbívoros, mastodontes e «elephas», pastavam por margens cheias de vegetação. E não é possível conceber meio diferente, se atendermos à alimentação de que careciam.

#### A VALIA PALEONTOLÓGICA DA SALA DE ESTRATIGRAFIA DO MUSEU DOS SERVIÇOS GEOLÓGICOS

Os restos daqueles e doutros vertebrados foram, frequentemente, após a sua morte, arrastados pelas águas de enxurradas e depositados nos fundos, juntamente com material detrítico — areias, argilas, etc. É o que se deduz da constituição das saibreiras em exploração por toda a zona oriental da cidade. Nos trabalhos de preparação de areia, o de peneirar é essencial para limpar aquele material, tão empregado nas argamassas, de conchas petrificadas. Estas atingem quantidades inacreditáveis.

Caberiam aqui conclusões, que nos dispensamos de as fazer, por já apresentadas anteriormente, talvez sem método de ordenação, mas, de qualquer maneira, exactas, condizentes com os documentos pré-históricos existentes.

Os melhores exemplares de fósseis recolhidos em Lisboa encontram-se nos museus, com relevância para os dos Serviços Geológicos. A sala de Paleontologia e Estratigrafia encerra um repositório de verdadeiras preciosidades. Lá estão, por exemplo, as presas dum mastodonte e os maxilares de muitos outros, alguns recolhidos na Quinta Grande, da Charneca do Lumiar. Lá está o fémur do animal da mesma espécie, quase desconforme pelo tamanho, recolhido na Quinta da Farinheira, em Chelas. Lá estão dentes sem conta de mais mastodontes, a atestar pletórica vida animal no que não custa acreditar seriam as margens verdejantes dum grande rio, ou de extensas lagoas interiores.

Entre as mandíbulas expostas, na ordem das dezenas, figura uma do maior interesse — a dum mastodonte bebé, com dentes de leite implantados nos alvéolos, os quais parecem insignificantes comparados com os dos animais adultos. E outras de mais herbívoros, devidamente classificadas, enchem armários-montras, expostas à observação de curiosos e de pessoas devotadas ao estudo.

## OS NEANDERTHALÓIDES, NOSSOS REMOTOS AVÓS, TAMBÉM SE FIXARAM NA REGIÃO DE LISBOA

Um apontamento sobre a presença do homem primitivo em Lisboa obriga a um pulo respeitável sobre o tempo e sobre as etapas finais da formação de terrenos, tal como se apresentam em nossos dias, ou desde há alguns milénios. Que preencha a parte vaga — e a anterior, é evidente — quem dela conhecer o que o autor ignora. O leitor, portanto, é convidado a transpor o topo do Terciário ou Pliocénico e a deixar a bicharia da zona lisboeta, no mencionado período, distanciado da nossa época onze milhões de anos. Estamos no Quaternário ou Antroposóico, assim designado por nessa Idade ter aparecido o homem, não como nós somos, mas os primitivos. Ficaremos no tipo geral dos Neanderthalóides, nossos remotos avós. As evoluções antropológicas conduziram os homens aos Abevilenses, aos Achelenses e aos Mousterienses. Estes antepassados do «Sapiens» já conheciam o fogo e usavam armas e utensílios feitos de pedra lascada. Caçavam elefantes e o «Equus», espécie de cavalos, ou com eles aparentados.

Das mais antigas manifestações do homem primitivo em Lisboa — e o leitor deve agora passar de milhões para centenas de milhar de anos — há também inúmeros testemunhos. Muitos têm sido recolhidos na estação paleolítica da Serra de Monsanto.

Permita-se aqui, e pela segunda vez, um parêntesis, para assinalar, em primeira mão, coisa da maior importância. Como se verá, do homem primitivo em Lisboa sobram os testemunhos. Porém, as provas mais convincentes — fósseis do próprio neanderthalóide — por mais se procurassem, em investigações porfiadas, ninguém as conseguira encontrar. Pois esse próprio óbice desapareceu, faz agora alguns meses. Foi encontrado um esqueleto petrificado, numa pedreira, algures na zona da cidade, facto de registo, que sabemos, será divulgado na altura conveniente, talvez em reunião internacional de pré-história. Do achado, resultam ilações do maior interesse, por feito na costa atlântica da península ibérica.

No Museu dos Serviços Geológicos, figuram imensos objectos do homem primitivo — o homem da idade da pedra lascada — trabalhados em sílex, quartzo e quartzite, disposto em montras a que atribuímos o valor de verdadeiros compêndios da pré-história de Lisboa.

Esse homem ainda viveu na altura dos proboscídeos tipo elefante e caçou-os com armadilhas. O fémur de um «Elephas Antiquus», encontrado em Santo Antão do Tojal, associado com utensílios e armas de pedra pertencentes ao homem, que certamente viveu dum lado e doutro do braço de mar hoje representado pelo Vale de Alcântara, fala eloquentemente dos nossos avós pré-históricos fixados na região de Lisboa.



ANTOLOGIA DE LISBOA

## A FEIRA FRANCA DA AVENIDA E O PASSEIO PÚBLICO

Sob a designação de «Feira franca da Avenida» e integrada no ciclo de comemorações do 4.º centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, surgiu alegre e garrido, em 1898, um atraente parque de atracções, a que não faltou grandiosidade e fino gosto artístico. Esses requintes contribuíram, em grande parte, como não podia deixar de ser, para a extraordinária afluência de curiosos.

A feira abrangeu os dois talhões centrais do último quarteirão da Avenida, a entrada do Parque da Liberdade (como então se chamava ao Parque Eduardo VII) e toda a praça que recebeu o nome de Marquês de Pombal, em merecida homenagem a esse titular ilustre, que foi ministro de D. José, no largo período que decorreu de 1750 a 1777.

O local tinha uma predominância excepcional; e, como não estivesse ainda ajardinado, a sua utilização tornou-se mais fácil e permitiu que se tirassem os mais belos e luzidos efeitos de todo o conjunto, arranjado com gosto e simetria. A Avenida Fontes Pereira de Melo ainda não era conhecida, pois só foi delineada em 1899.

O empreendimento assinalou-se entre os melhores e mais vistosos acontecimentos do género, realizados no século XIX.

O encaminhamento para a feira tornava obrigatório, à maior parte dos forasteiros e aos habitantes da cidade, a passagem pela Avenida da Liberdade, nesse tempo *a menina bonita*, que estava despertando especial interesse e agrado. Uns e outros, deslumbrados, olhavam embevecidos para a nossa melhor artéria, bordada de verdejantes canteiros e de robustas árvores de sombra, pasmando da sua grande extensão.

Por essa época, o povo de Lisboa, que vivia nos bairros afastados e até nos do seu termo, só vinha à Baixa em dias excepcionais ou nos de «benefício» nos teatros considerados populares, onde se promoviam esses espectáculos, e que eram o Trindade, Ginásio, Condes e Príncipe Real.

Estavam em moda e eram apreciadíssimos os chamados dramas de *faca e alguidar*, com intermináveis actos e quadros e grandes tiradas dramáticas. Aos espectadores mais sensitivos, ingénuos e simples, faziam brotar caudais de lágrimas e brados de indignação contra o cínico e o tirano da peça. Os actores mais apreciados eram o Álvaro (Álvaro Filipe Ferreira), Amélia Vieira, Taborda, Lucinda Simões, Beatriz Rente, José Carlos dos Santos e Joaquim Costa.

A realização desses espectáculos-benefícios, então muito frequentes, dava excelente pretexto para a aproximação de muita gente, amiga ou simplesmente conhecida, moradora no sítio onde o promotor e beneficiário residia. Tratava-se de «espectadores de blusa e chapéu largo... o operariado que lê romances de aventuras, que faz parte de *sol-e-dós* e sociedades dramáticas, que exprime à guitarra, pelo fado, o atavismo sentimental das humildes gerações donde procede», como acentuou Fialho (1).

Habitualmente — porque se comia mais e porque os dramas começavam cedo e terminavam tarde — levava-se farnel para ingerir nos intervalos, e não era raro que, por descuido ou brincadeira, fossem parar à plateia um ou outro bem esburgadinho osso de galinha e abundante chuva de cascas de pevide, tremoço e amendoim. O garraão *empinava-se* sem a menor cerimónia e esgotava-se num abrir e fechar de olhos!

(1) *Os Gatos*, ed. de 1947, vol. III, pág. 218.

Estabelecia-se então animado diálogo, de camarote para camarote e destes para a plateia, ouvindo-se a boa piada, *puramente portuguesa*, que às vezes era acompanhada de maior inconveniência. Mas, porque todos se conheciam, podia dizer-se que ficava em família...

Como ainda hoje sucede no «Coliseu» e até no «Teatro Apolo», os vendedores de «copo com água», pirolitos e gasosas, apareciam na sala, nos intervalos, sobrepondo-se à conversa dos espectadores, com o seu pregão estridente e repetido.

No velho «Teatro da Rua dos Condes», entre as pessoas da primeira sociedade, era hábito, nos intervalos, tomar chá e torradas, que para lá levavam os criados particulares, em bandejas de prata <sup>(2)</sup>.

O Barão de Rio Tinto, que tinha reservado para si um camarote ao lado da tribuna real, obteve em 1835 a cedência duma parcela do corredor para a transformar em salinha e poder aí oferecer chá aos seus amigos. Outrotanto fez em S. Carlos, onde também tinha assinatura permanente <sup>(3)</sup>.

Entretanto acontecia que, alguns daqueles a quem tinham sido *impingidos* os bilhetes, não se dispunham a assistir à representação e, para não perderem tudo, vendiam-nos aos contratadores, que davam por eles *matuta e meia*.

Esses *parasitas* — que constituíam uma classe há bem pouco extinta — estacionavam à porta dos teatros e mais particularmente nos da Rua da Trindade e faziam-se ouvir em constante gritaria, dando ao pregão a musicalidade própria.

— «*Pró Trindade ou Ginásio quem compra ou vende algum bilhete! Quem compra!*».

Da província, a não ser as pessoas de grande representação social e os que vinham tratar de negócios, poucos se atreviam à viagem até Lisboa. Só se metiam nessa *aventura*, por absoluta necessidade. Por recreio, muito raramente.

A deslocação constituía um luxo, uma maçada...

O serviço de comboios, estreado em 1856, foi durante muitos anos ignorado pela maior parte da população. Alguns, que já os tinham visto, *muito ao longe*, olhavam para todo esse conjunto, e para as máquinas em especial, com espanto e terror, considerando o *fenómeno* como *obra do diabo!* <sup>(4)</sup>.

Era de maior confiança a mala-posta, com a alternativa do pequeno barco de *água acima*, que deslizava pachorrontamente...

A grande audácia da época — a abertura da Avenida da Liberdade — ficou a dever-se ao génio perseverante e audaz de Rosa Araújo, o «Barão Haussmann português», <sup>(5)</sup> tendo a seu lado o engenheiro Miguel Pais.

Esse notável rasgo, partindo de 1879, com a demolição da Travessa do Salitre — e com ela a de um grande prédio onde estava a Fotografia Rocha, que, pelo seu elevado custo, tantos engulhos causou a Rosa Araújo — teve a sua culminância em 1882 <sup>(6)</sup> quando aquele

---

<sup>(2)</sup> *Memórias da Marquesa de Rio Maior*, pág. 52.

<sup>(3)</sup> *Lisboa de outrora*, vol. I, pág. 213.

<sup>(4)</sup> O caminho de ferro de Lisboa ao Porto foi inaugurado em 7 de Junho de 1864, com início em Santa Apolónia.

<sup>(5)</sup> *Vida de Lisboa*, de Alberto Pimentel, pág. 73.

<sup>(6)</sup> A primeira proposta de abertura da Avenida, data de 5 de Março de 1863. A sua inauguração oficial foi em 25 de Maio de 1886, com uma parada militar, por ocasião do casamento do príncipe D. Carlos com D. Amélia de Orleans.

benemérito, enérgica e decididamente, lutando contra a opinião de grande parte da gente alfacinha — o próprio Júlio de Castilho o lamentou — resolveu mandar derrubar as grades que vedavam as entradas do Passeio Público. Foi esse acto inesquecível que permitiu ser a cidade dotada com a mais linda avenida que possuímos.

José Gregório da Rosa Araújo, filho do velho confeiteiro da Rua de S. Nicolau — o *Có-có*, fartamente caricaturado mas que não conseguiram ridicularizar, chegou a ocupar o alto cargo de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Herdou de seu pai a honra, o título e a fortuna e pôs esta, bastas vezes, ao serviço da causa e da filantropia, morrendo pobre. O importe das primeiras obras, no valor de 22 contos, foi adiantado do seu bolso.

A Avenida da Liberdade — a que Rosa Araújo idealizou e em cuja obra pôs toda a esperança e paixão — viu passar o cortejo fúnebre desse insigne edil, um dos maiores e mais dedicados servidores da cidade de Lisboa, falecido em 26 de Janeiro de 1893, por entre alas compactas de povo, com os candeeiros acesos e envoltos em crepes.

O Passeio Público! Com que enternecida dor o viram desaparecer e ficaram recordando, tristes e saudosos, os que por ele deambularam, procurando aprazível distração, cavaqueira amena, coscuvilhice reles ou seguindo a pista da mulher amada!

O Passeio Público ou Passeio do Rossio foi ideado pelo Marquês de Pombal, que em 1764 encarregou o architecto Reinaldo Manuel de delinear a sua traça e respectivo arranjo. Foram aproveitados, entre outros, os terrenos das Hortas da Cera, propriedade do Marquês de Castelo Melhor, antes chamados Hortas de S. José. No sítio, como era muito alagadiço, foi lançado parte do entulho do terramoto.

O calcetamento dos passeios, com caprichosos desenhos, formando mosaico, foi feito «por grilhetas, com a enorme bola de ferro preza a uma das pernas, para não poderem fugir» (?).

Entre os grandes melhoramentos, introduzidos a partir de 1834, e em que interveio outro architecto não menos illustre, de nome Malaquias Ferreira Leal, constou o acrescentamento de 30 metros à extensão de origem, que não ia além de 300 metros. A transformação e embelezamento das frentes sul e norte do Passeio e a colocação dos portões de ferro datam, respectivamente, de 1838 e 1840. A inauguração das primeiras foi em 4 de Abril, dia do aniversário natalício da Rainha D. Maria II.

Júlio César Machado, duma forma sintética, disse: «o Passeio Público representa por si mesmo Lisboa na rua» (?).

E Alfredo Mesquita escreveu mais detalhadamente que «O ponto de reunião dos lisboetas era o Passeio Público, onde ia desaguar, canalizada por todas as ruas da Baixa, por todas as calçadas dos bairros altos, a vida de Lisboa, tal como ela era a esse tempo — monótona e melancólica» (?).

Esse romântico parque de bem recortados buxos, lindos freixos, ulmeiros, acácias, araucárias, laranjeiras<sup>(10)</sup>, e olaias, ficava limitado, dos lados meridional e setentrional, respectivamente, pelo Largo do Passeio Público, hoje denominado Praça dos Restauradores, e pela embocadura da Rua das Pretas e Praça da Alegria de Baixo; e a oriente e ocidente pelas duas ruas do Passeio Público, sendo a denominação de cada uma delas acrescida dos respectivos pontos

(?) *Memórias da Marquesa de Rio Maior*, pág. 54.

(8) *Lisboa na rua*, pág. 7.

(9) *Lisboa*, pág. 327.

(10) Na Avenida da Liberdade, no local que esteve destinado ao monumento ao Conselheiro Fontes e que foi aproveitado para o dos Mortos da Guerra, existiu durante meses uma laranjeira.



do quadrante. Esteve a princípio envolvido por altas e grossas paredes, formadas por muro alto e desconforme com 15 janelas gradeadas de cada um dos lados que corriam de sul para norte, aberturas essas que serviam ao menos para quebrar a monotonia de tão inestético tampão.

Aos topos, muro e grades da banda da Alegria e um miserável tapume de madeira, pintado de verde, do lado do Rossio. Nestes dois extremos, ficavam localizados outros tantos postos da Guarda Real da Polícia.

O monumento dedicado à Restauração de Portugal, cuja primeira pedra foi lançada em 1 de Dezembro de 1875, só em 28 de Abril de 1886 se inaugurou, com a presença de Suas Majestades, Altezas e altas individualidades civis e militares. Era presidente do conselho, José Luciano de Castro.

Ao portão norte do Passeio «estacionava um homem que vendia copos de água dessa fonte (da Alegria), e uma mulher que vendia uns canudinhos de doce chamados *gaitas*. Os petizes e mesmo os adultos relambórios comiam esses canudinhos, bebendo, por cima, um ou mais copos de água, o que eles consideravam muitíssimo gostoso. Daí veio o dizer-se, quando qualquer comida sabia bem ao paladar: — *Sabe que nem gaitas*» (11).

José Vitorino da Costa Aroeira, «a primeira pessoa que pôs música no Passeio Público» (12), era dono duma botica que ficava próximo da barraca do guarda de polícia situada naquele lado do Passeio, que tinha entrada não só pela Rua Oriental do Passeio Público como também pelo próprio Passeio, e vendia água férrea a copo.

Nas proximidades, existiram vários botequins, tabernas e cafés, uns melhor, outros pior frequentados. Começamos pelo botequim do Abade, na Rua do Príncipe, n.º 1, junto ao Largo do Passeio, com bilhares e armazém de vinhos anexo, onde se juntavam muitos partidários de D. Miguel; o da Rua dos Condes, ficava *rés-vés* ao teatro; o café do Mateus Tortelo, na Rua Oriental, e a casa de comidas de *A Pinta*, também na Rua dos Condes, ficaram destacadas. Nessa mesma rua existiu uma outra casa do género, muito frequentada por actores (13).

A taberna do José Gordo, na Praça da Alegria, enchia-se de gente de má fama. Toda a ralé aí se juntava e planeava assaltos e roubos, mesmo aos incautos que lá entravam, por desconhecerem o meio. Diogo Alves e tantos outros da espécie, como fregueses assíduos, faziam companhia aos aguadeiros do chafariz da vizinhança. Leite Bastos, em «Crimes de Diogo Alves», refere-se a essa báiua infame, que tinha ao fundo um compartimento que servia para se jogar a *batota* (14).

Esse covil da ralé, em 1821, antes de estar na posse de José Gordo, pertenceu a um receptor de roubos, chamado Marco Gonçalves.

José Gordo, que depois de fazer grossa fortuna se retirou para a Galiza, passou o negócio a um antigo empregado, rapaz esperto e muito vivo que, por ter estado encarregado de vigiar o *peçoal* que entrava, recebeu a alcunha de *vigia*. Foi este último, que também aí possuía um *café*, o fundador, em 1832, da casa de pasto «O Vigia», na Rua Oriental do Passeio, que anos depois se alargou e tomou aspecto de grande restaurante (15) e em 1931 fez grandes obras.

(11) *Lisboa de outros tempos*, vol. II, pág. 195.

(12) *Lisboa de outros tempos*, vol. II, pág. 196.

(13) *Lisboa de outros tempos*, vol. II, págs. 187, 188, 190 e 191.

(14) *Obra citada*, pág. 93 e seguintes.

(15) *Lisboa de outros tempos*, vol. II, págs. 193 e 194.

Na mesma casa, já esteve instalado o «Grande Ponto» (mercearias finas e frutaria) e hoje é uma loja de artigos para automóveis.

Na esquina da Rua das Pretas, para o lado da Alegria, esteve em 1796 uma loja de bebidas, a mesma — no dizer hipotético de *Tinop* — que esteve ocupada pelo botequim do *Friza*, duramente perseguido pela polícia, nas várias situações políticas desde 1809 a 1827, ano em que o estabelecimento foi encerrado. A «Cova Funda» também é desse tempo.

O mais celebrado de todos foi o «Café das Pretas», em cuja frontaria, aí por alturas de 1840, estavam pintados desenhos, que representavam mulheres de raça negra. O «Café do Navio Brillhante» (na Praça da Alegria), não foi dos menos nomeados, e teve bastante áurea o «Porquinho da Índia», um simples barracão-armazém pertencente a Lourenço José Pereira, conhecido por aquela alcunha. Em seu lugar edificou-se o Palácio Anjos, presentemente na posse da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, e que já sofreu grande número de transformações e ampliações.

Ficar-nos-ia mal não mencionar o botequim da «Padeira da Praça da Alegria», que pertenceu a uma tal Gertrudes Maria, que ocupava as lojas, o primeiro andar e um quintal do n.º 53 daquela praça. Foram seus frequentadores Alexandre Herculano, Oliveira Marreca, Rebelo da Silva, Luís Palmeirim, Lopes de Mendonça, Francisco Maria Bordalo, Bulhão Pato, D. José de Almada, Ricardo Guimarães e Mendes Leal. A «Adega da Figueira» é sucessora dessa antiga casa de petiscos e bom vinho.

No sítio onde se ergue o valioso edifício ocupado pelo «Avenida Palace», havia várias barracas de madeira, mandadas demolir em 1834, por ocasião dos embelezamentos já descritos. Parte das barracas foram ocupadas por adeleiros, uma foi utilizada como cocheira e outra serviu ao «famigerado Troca», ficando por isso conhecida por *Pátio do Troca*.

Esse homem, «uma notabilidade no género», de nome João Ferreira, «Começou por contrabandista e marchante, depois foi alquilador de importância e receptor de roubos. Era um homem seco, usando sempre botas altas. Mantinha estreitas relações com todas as quadrilhas de pilhantes, principalmente com as alentejanas.

«Quem necessitava ir com dinheiro para o Alentejo, e não queria experimentar a forte emoção que sente quem vê, apontados ao peito, uns poucos de trabucos carregados de zagalotes, ao mesmo passo que a boca silénica dum marau mal assombrado pede a bolsa ou a vida, reclamava um salvo-conduto do *Troca*.

«Na posse da papeleta com desalinhadados gregotins — dada a troca duma percentagem convencional — ia sossegado, porque os bandoleiros acatavam o *documento*. Chegou-se a afirmar que o *Troca* livrava da cadeia e do degredo os criminosos, porque se abroquelava com a protecção dum alto magistrado conhecido pelo *Tim-Tim* (*A Antropologia Criminal. F. Deusdado*). Cada *passo* para se poder atravessar *sossegadamente* o pinhal da Azambuja custava uma moeda ou 4\$800 réis.

«O *Troca* não sabia ler, nem escrever. Assinava de cruz, que fazia duma maneira especial, tanto que fortuna quando não era feita por ele.

«Deixou fortuna importante. Alguns dos prédios de Santo Antão foram mandados construir por sua ordem» (18).

João Ferreira Troca, por ocasião da primeira retirada de Lisboa dos franceses, «na frente das suas casas na Praça do Passeio Público, fez colocar um grande quadro, em que representava com engenhosa alegoria a liberdade da Lusitânia, e o valor das três Nações unidas; ali estava

a Águia, que representa a França, presa com um grilhão pelo pescoço pela Inglaterra, e a Lusitânia calcando-lhe uma asa com os seus pés. E com outros emblemas analogos às circunstâncias, por cima do quadro lia-se *Lusitania feliz*» (17).

No espaço compreendido entre a Rua dos Condes e o Largo da Anunciada, existiram igualmente barracas de madeira que eram aproveitadas por ferreiros.

Na Rua do Jardim do Regedor tivemos a celebrada casa de pasto do *Penim*, acerca da qual Camilo se referiu dizendo ser a taberna que Herculano elevara à grandeza de *Agulheiro dos sábios*, e que era «frequentada por um grupo composto de Bulhão Pato, o Almeida das pêtas, o livreiro Zeferino de Albuquerque, o ourives Pedro Moreira e o actor Tasso» (18).

O apreciadíssimo logradouro público de que vimos tratando, para o qual Jácome Ratton — que nas «Recordações» disse que o Passeio Público era o único refúgio que tinham os habitantes de Lisboa para passear livres de lama — ofereceu os primeiros freixos, oriundos duma das suas propriedades (a Quinta da Barroca, em Alcochete), era o principal ponto de reunião da gente de todas as condições sociais. Só os homens de jaqueta, as mulheres de capote e os sem gravata, não podiam lá entrar.

O vereador José Augusto Braamcamp insurgiu-se contra essa antiga determinação, e, em Agosto de 1852, apresentou uma proposta, abolindo-a (19).

Em noites de grande festa (aos domingos e quintas-feiras), a entrada custava dois tostões e as cadeiras dos asilados um pataco. Também se pagou 100 e mesmo 50 réis. «O Chefe de família que tenha a seu cargo sete pessoas é obrigado a gastar todas as noites, de entrada e de cadeiras, dez tostões. Fora do passeio, encostada às grades, espreitando as luzes, o movimento, a festa, está a turba ávida, a turba dos que não podem comprar ar a tostão; e nas casas ficam famílias e famílias, que não são bastante ricas para poderem passear no passeio público» (20).

Foram muitas e vistosas as iluminações que se realizaram. As tijelinhas de azeite e as velas de cebo substituíram-se pelo gás em 1851, data em que a Companhia exploradora dessa indústria entrou em maior actividade (21). Nessa altura, a entrada subiu de preço: 240 réis!

Não são menos dignas de registo as exhibições de vistosos e originaes fogos de artifício, a princípio fornecidos por Madame Tournour e depois por José Osti, o introdutor dos fósforos em Portugal.

Atraente como era esse passeio, a ele acorreram, durante mais de um século, todos os elegantes, transformando-o numa grande parada de namoradeiros. Lá se fizeram e desfizeram inúmeros casamentos. E também lá muita boa gente ficou sem *casaca*, de tanto lhas terem *cortado*. . . Então, «se beijavam por aposta mulheres que íam no passeio público pelo braço de seus maridos» (22).

Esse recinto romântico e romantizado servia a um tempo de recreio, meditação e passeio. Todos lá se encontravam. . . até mesmo os que para aí tinham marcado *rendez-vous*. . .

---

(17) *Notícia das grandes festas e iluminações, que se fizeram em Lisboa nos meses de Setembro e Outubro de 1808, pela infeliz restauração do Reino de Portugal, e entrada da esquadra e exército da Gran-Bretanha*, pág. 8.

Para mais pormenores da biografia do «Troca», consultar *Uma figura tristemente célebre*, de Luís Pastor de Macedo (in «Olisipo», n.º 40, pág. 187).

(18) *Lisboa de outrora*, vol. I, pág. 16.

(19) *Lisboa antiga*, de Júlio de Castilho, vol. X, pág. 159.

(20) *Trechos de folbetim*, pág. 69.

(21) A iluminação a gás, nas ruas, teve início em 1847.

(22) *Trechos de folbetim*, pág. 69.

Parece que, nem sempre, o Passeio despertou interesse e afluência de visitantes. Assim no-lo diz Luís Augusto Palmeirim, cuja opinião vamos arquivar: «Os domingos em Lisboa eram de uma sensoria mortal, especialmente nas longas tardes de verão. O arvoredo do Passeio Público, aquele recinto gradeado, de que o sr. Júlio de Castilho diz ter saudades, infundia tristeza aos mais alegres, e ideias de suicídio nos temperamentos melancólicos. Os dolentes pregões da fava torrada, e do tremoço saloio, eram aproveitados como morfina pelos que padeciam de insónias, e se deixavam adormecer nas cadeiras do passeio, para serem acordados em sobressalto por algum asilado de Santo António dos Capuchos, reclamando de bandeja em punho a espórtula estipulada»<sup>(23)</sup>.

Entre os janotas de sobrecasaca e chapéu alto, destacavam-se as fardas dos cadetes e alferes, que faziam do Passeio Público admirável campo de manobras... amorosas.

O grande poeta Guerra Junqueiro, em «Musa em Férias», não poupou esses lídimos representantes do nosso exército, dos quais disse, em espirituosa sátira, que eram «O encanto do inimigo e o terror das mulheres...».

Ainda hoje, quando se vê um cavalheiro a *arrastar a asa* a uma pequena, se diz logo que aquele está a «fazer pé de alferes»...

Todas as notabilidades na política, no teatro, no jornalismo, na diplomacia, nas letras e nas artes frequentaram o Passeio Público. À sombra das acácias, a tomar o seu refresco ou em animada conversa, em grupos formados consoante simpatias, amizades e inclinações, viam-se com maior ou menor assiduidade Herculano, Eça, Ramalho, Junqueiro, Fialho, Columbano, Malhó, Bordalo, Fontes, Rodrigo da Fonseca, Rodrigues Sampaio, José Estêvão, Castilho, António Enes, Pinheiro Chagas, Camilo, Alberto Pimentel, Rebelo da Silva, Mendes Leal, Galdino Gomes, Júlio César Machado, Andrade Corvo, Latino Coelho, António Augusto de Aguiar, Garrett, Duque de Loulé, Saldanha, Visconde de Valmor, Conde de Valbom, Passos Manuel, Gervásio Lobato, Lopes de Mendonça, Palmeirim, Augusto da Cunha Sotto Mayor, Francisco Palha, Paulo Midosi, Rosas, Brazão, Ferreira da Silva, António Cândido, Antero, Gomes Leal, Guilherme de Azevedo, D. João de Meneses, António de Santana e Vasconcelos, D. Luís da Câmara Leme, António Xavier de Brederode, D. José Coutinho, Barão de Roussado, D. João da Câmara, Teixeira de Vasconcelos, Eduardo Jacinto, Ciriaco Cardoso, Augusto Machado, Marquês de Niza, Conde de Farrobo, Luís Meneses de Vasconcelos, Vitorino Damásio, Correia Seabra, Ribeiro de Sá, Miguel Queriol, Furtado Coelho, Martinho de Sousa, Guilherme Cossoul, Campos Valdez, Vilar Perdrises, Oliveira Martins, Henrique das Neves, Saraiva de Carvalho, Mariano de Carvalho, Pinho Leal, Teixeira de Queirós, Manuel e Ricardo Browne, Zacarias de Aça, Ferreira do Amaral, Teixeira Dória, Leonel Tavares, D. José de Almada e Lencastre, Bernardino Martins da Silva, Alberto Braga, António de Serpa, Bernardo Pinheiro, Fernandes Tomás e tantos mais. O Marquês de Sabugosa, António de Sampaio (que foi Duque de Palmela) e Bulhão Pato, os chamados admiradores de Herculano, de estreita intimidade, quando se podiam juntar, formavam grupo à parte.

Ao autor da «Paqueta» chamou Júlio Dantas o Musset do Passeio Público<sup>(24)</sup>.

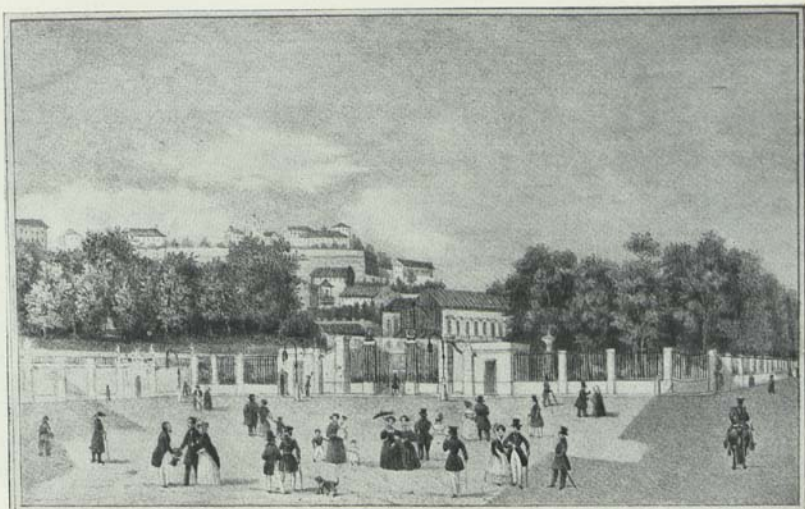
Um dos mais notáveis frequentadores foi o General Macedinho, comandante da Guarda Municipal, que o «Album das Glórias» registou como «um dos nossos primeiros símbolos»<sup>(25)</sup>.

<sup>(23)</sup> *Os excêntricos do meu tempo*, pág. 249.

<sup>(24)</sup> *Figuras de ontem e de hoje*, pág. 58.

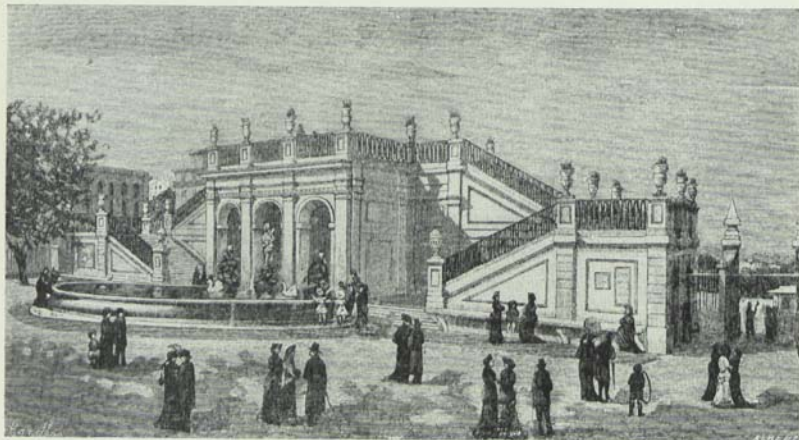
<sup>(25)</sup> Seu nome completo Luís Augusto de Almeida Macedo. *Costumes e perfis*, de Ramalho, pág. 51.

ENTRADA SUL  
DO PASSEIO PÚBLICO  
— REPRODUÇÃO  
DE UMA FOTOGRAFIA  
DA ÉPOCA



LAGO E REPUXO DO PASSEIO PÚBLICO—REPRODUÇÃO DE UM DESENHO  
DE ANUNCIÇÃO, LITOGRAFADO POR BARRETO





PAVILHÃO, LAGO  
E TERRAÇO DA  
ENTRADA NORTE  
DO PASSEIO PÚBLICO  
—DESENHO DE CASELAS,  
GRAVURA DE ALBERTO



ASPECTO GERAL DA FEIRA  
FRANCA DE 1898, NO ALTO  
DA AVENIDA DA LIBERDADE

De 1836 em diante, ao domingo, depois da missa (26), reunia-se a melhor gente alfaiate, que não deixava de estar presente na altura em que a banda regimental dava o seu costumeado concerto. Nesses dias, a hora chique decorria entre o meio dia e as 4 horas. Às 6 tocava a sineta para todos saírem. Nos dias de semana, a concentração começava a fazer-se a partir das 4 horas. Entre as bandas mais apreciadas contava-se a charanga da Armada Real, regida pelo maestro Artur Reinhardt. Além de outros concertos nocturnos, dirigidos por João Pedro Gomes Cardim, músico de grande mérito, podem enumerar-se os da professora Josephine Amann (27), que já no ano de 1837, dirigia um grupo de músicos alemães. Foi ela a organizadora da «Festa chinesa», divertimento precedido de grande propaganda, que atraiu enorme multidão, mas que não correspondeu ao que estava previsto. O insucesso foi aproveitado por Bordalo Pinheiro, no «António Maria», onde disparou as suas aceradas críticas (28).

As festas promovidas em Junho e Julho de 1858, foram imponentes e ficaram a distância de todas as outras.

Dentro do recinto também houve um «Café-concerto», com palco ao ar livre, em que várias cantoras francesas se faziam ouvir em alegres canções e desempenhavam pequenas comédias. Manuel Pinheiro Chagas, naquele mesmo ano de 1858, andou apaixonado por uma das *estrelas* desse café, a fascinante Pauline, na qual o brilhante escritor admirava o seu «esprit canaille» (29).

Obtiveram grande êxito os componentes da *troupe* musical Daguillera, de nacionalidade mexicana, que se apresentaram em Outubro de 1849, com os seus trajes característicos, faiscantes de luzes dum efeito surpreendente; recebeu grandes encontros o «Ciclorama» dos irmãos Rossi, montado em Novembro de 1862; e a funâmbula Spelterine, em 1878, cometeu o arrojado feito de atravessar o *Passeio* «numa corda bamba, de pantalonas e maromba, à altura dum terceiro andar» (30).

Os «bazares» e os bailes infantis, nos últimos dos quais entrou a gloriosa Adelina Abranches, contribuíram de certo modo para animar o ambiente, às vezes um tanto tristonho.

Estava-se no tempo das *polcas* e dos *lanceiros* e na moda o cancanista-mor, o mais famoso professor de dança, o mestre-sala insubstituível, Justino Soares, colega de Henrique Zenóglia e do sucessor deste, Ernesto Zenóglia (31), e de Azimont (os dois últimos professores, respectivamente, de D. Pedro V e de D. Maria II) e continuador de Canedo, Meireles e Hipólito Monnet.

Foi seu contemporâneo, embora de mais idade, Herculano Mercês, «um preto alto, risonho, trajando sobrecasaca desabotoada, calças de ganga açucarada, luvas brancas e botas de cordovão», (32) que já dava lições em 1839.

No tempo de D. José houve um outro professor de dança, Ricardo José, o *Ricardinho*, e depois apareceram João Quintana, o *Pouca-roupa*, Oliveira *sapateiro*, Caetano da *claque*, Pedro Colonna, Mr. Du Pré, Mr. Le Beau, Mr. Louis e Manuel Rodrigues.

---

(26) A missa da elite era à 1 hora, na igreja do Loreto.

(27) A esta artista faz Júlio de Castilho uma larga referência em *Lisboa antiga*, vol. X, pág. 167.

(28) *Lisboa de outros tempos*, vol. II, pág. 201.

(29) *Lisboa de outrora*, vol. I, pág. 56.

(30) *O Antigo Passeio Público*, de Júlio Dantas (in «Boletim Cultural e Estatístico» n.º 1), pág. 9.

(31) Autor do «Tratado de dança».

(32) *Lisboa de outrora*, vol. I, pág. 211.

Justino Soares, por alcunha o *Polaininhas*, foi mestre de António Cândido, Guerra Junqueiro, Guilherme de Azevedo, Duque de Palmela, Dr. Carvalho Monteiro (o *Monteiro dos Milhões*) e das Marquesas de Fronteira e de Castelo Melhor. Aprendeu o ofício de marceneiro na oficina de seu pai, na Rua dos Douradores, e não escapou ao lápis de Rafael Bordalo Pinheiro, que o caricaturou de forma magistral.

Destacava-se pela sua indumentária e arrebiques: chapéu branco, luvas amarelas, botas de cano de pelica e gáspoa de polimento, boquilha grande, muito atrevida. Foi assim que Tomás de Melo o descreveu. Sousa Bastos, pintou-o noutra época, com as seguintes cores: «O Justino Soares era um tipo originalíssimo. Procurava tapar a calva com o resto de farripas que conservava e que pintava, assim como o bigode já falho e umas pequenas patilhas. Usava sempre chapéu alto, atrasado na moda, sobrecasaca nas mesmas condições, colete branco, gravata larga, calça clara às riscas ou de quadradinhos, sapatos de laço, quase sempre de polimento, na mão uma *badine*, na boca, constantemente, um charuto ordinário espetado em compridas e finas boquilhas que lhe ofereciam, e na lapela grande rosa ou vistoso cravo.

«Não sabia andar. Em casa ou na rua movia-se sempre dançando; quando muito, saltava. Era um gosto ve-lo por essas ruas, apertando a mão a todos os homens, tirando o chapéu a todas as senhoras, beijando todas as crianças, dizendo adeus com ares protectores a todos os rapazes do comércio, que com ele tinham aprendido a dar à perna nas valsas. Quem o via tão *saltapocinhas*, tão atencioso, desfazendo-se em contumélias, soltando delicadezas no seu falar manso de *tatibitati*, julgá-lo-ia nascido em finos lençóis de linho, tendo recebido educação aprimorada, e nunca poderia supor que era filho de um modestíssimo homem do povo e que começara a vida, trabalhando como carpinteiro no Arsenal da Marinha»<sup>(33)</sup>.

Ficou igualmente memorável o festival no estilo da época do «Trianon», promovido por Tomás de Melo e Salvador Marques, em que entravam a *Maria Antonieta*, o *Delfim* e outras personagens históricas, figurando o referido Justino Soares de Luís XVI. Mas também este espectáculo não correspondeu à expectativa<sup>(34)</sup>.

D. Fernando, alma de artista com instinto de poeta, tinha especial predilecção pelo Passeio Público, para o qual era atraído com frequência, a tal ponto que Leonel Marques Pereira se tentou na pintura dum quadro representando uma das mais frondosas e formosas áreas desse Parque em que aparece, em primeiro plano, o esposo de D. Maria II distribuindo cumprimentos aos circunstantes<sup>(35)</sup>.

D. Maria II, o príncipe e os infantes também lá se viam muitas vezes.

Bulhão Pato dá conta de um episódio a que assistiu e que deixa bem transparecer os excelentes dotes que ornavam o coração da Rainha, simples no trato e no trajar, que «passeava em Lisboa com vestidos de percal»<sup>(36)</sup>. A confirmar esta asserção, diz mais aquele poeta, que «raro seria que vissem a rainha correr as ruas da Capital, no seu caleche, senão de vestido de chita»<sup>(37)</sup>.

<sup>(33)</sup> *Lisboa Velha*, pág. 228.

<sup>(34)</sup> *Recordando*, de Tomás de Melo, págs. 10 e seguintes.

<sup>(35)</sup> O ilustre eng. Augusto Vieira da Silva insere em *Lisboa antiga*, vol. X, pág. 234, uma interessante nota sobre este quadro, que apresenta, em gravura.

<sup>(36)</sup> *Memórias*, de Bulhão Pato, vol. II, pág. 122.

<sup>(37)</sup> *Memórias*, de Bulhão Pato, vol. III, pág. 357.



«Em Lisboa, a primeira senhora que usou a saia-balão ou *crinoline* foi *Madame Seissal*, conhecida pela *Petite-janota*, elegante de primeira ordem e esposa do Esteves Costa, sobrinho do Visconde das Picoas. Apresentando-se de *crinoline* no Passeio Público, foi motejada por alguns discolos, que a obrigaram a retirar-se atarantadamente num *tivoli* de praça. Um mês depois desta ocorrência, as lisboetas narcotizavam o pejo e usavam *crinoline*»<sup>(38)</sup>.

Passava-se este facto antes de 1864, data em que as «coristas de S. Carlos figuravam com *crinoline* nas óperas *Trovador*, *Roberto* e *Guilherme Tell*, provocando as zombarias da plateia»<sup>(38)</sup>.

Vamos lá ao relato anunciado, para satisfazer a curiosidade do raro leitor que pode estar interessado no seu conhecimento.

A hora da música, um garoto da classe burguesa, vendo os infantes, correu em direcção a um deles, no desejo de o abraçar. O jovem filho do rei — mais por surpresa do que por natural repulsa — afastou a outra criança com energia, valendo-lhe essa atitude ser repreendido por sua Augusta mãe e obrigado a beijar o pequeno.

O desfecho da cena, causou estupefacção entre os circunstantes e cativou naturalmente os pais do autor do inocente e espontâneo rasgo de simpatia<sup>(39)</sup>.

Outro episódio, não menos curioso, deu-se uma vez em que D. Maria II passeava na Baixa, de carruagem, levando na sua companhia o infante D. Luís. Vendo que este não retribuía, com a atenção devida, os cumprimentos do povo, tirou-lhe o boné da cabeça e pousou-o sobre os joelhos, até ao seu regresso ao Paço.

A Rainha foi Mãe amantíssima e educou os filhos com extremos de carinho. Mas, como se prova com os dois factos relatados, nunca lhes poupou o castigo merecido, que Ela própria applicava por suas mãos, quando via que era caso disso.

A simplicidade de hábitos da soberana fica bem vincada na revelação do seu muito apreço em comer sobre o pão e às dentadas as sardinhas assadas nas brazas<sup>(40)</sup>. Também se dizia, e o *Morning Herald* noticiou, que D. Maria II tinha «um apetite devorador» e andava pelo palácio, quase sempre, com uma fatia de pão com manteiga na mão<sup>(41)</sup>.

Certa tarde, Alexandre Herculano, em conversa com Gomes de Brito, na Feira de Belém, teve esta afirmação: «D. Maria II devia vestir calças»<sup>(42)</sup>.

Como mulher, não desconheceu o ciúme. Na sua adoração pelo esposo, também foi movida por esse sentimento. Veio a suspeitar que o rei requestava a sobrinha do representante do país vizinho, pessoa de grande relevo, quer em Espanha, quer em Portugal.

A Rainha não esteve com embaraços. Convocou o seu primeiro ministro, Rodrigo da Fonseca Magalhães — o *Raposa*, como lhe chamavam — e intimou-o a que a sua pretensa rival — uma mulher encantadora, vénus perfeita e para mais viúva! — devia sair de Portugal no decorrer de oito dias!

O Conselheiro, durante horas, gastou toda a sua astúcia e argumentação, procurando convencer a Rainha da impossibilidade de se atingir airoosamente tal objectivo. Tudo baldado. Por fim, saiu-se com esta tirada, que venceu definitivamente o sábio ministro:

— «Não sabe o que é uma mulher com ciúmes?»

---

<sup>(38)</sup> *Lisboa de outrora*, vol. I, pág. 158.

<sup>(39)</sup> *Memórias*, de Bulhão Pato, vol. II, pág. 268.

<sup>(40)</sup> *Memórias*, de Bulhão Pato, vol. III, pág. 357.

<sup>(41)</sup> *Lisboa de outrora*, vol. I, pág. 181.

<sup>(42)</sup> *Lisboa de outrora*, vol. III, pág. 151.

Como era de esperar, D. Maria II ficou vencedora. Alguns dias depois, a rainha de Espanha convidava a sedutora sereia a regressar à Corte, e aquela retirou-se entre sensibilizada e vaidosa <sup>(43)</sup>.

*Tout est bien quand finit bien!*

Na Avenida, aos domingos, já não ouvimos os concertos pelas bandas regimentais, que tocavam no coreto que existiu do lado oriental, a meio do quarteirão entre as Ruas Barata Salgueiro e Alexandre Herculano, mas ainda lá se faz a Avenida, como antes se fizera no Passeio Público, sem lhe darem esse nome.

No Aterro, também foi moda passear de cá para lá, a que se chamava, por analogia, *fazer o Aterro*; e, «em 1840, nas noites de verão, as senhoras do *high-life*, como se diria agora, íam fazer o *passeio da Lage*, que consistia em dar uma volta pelo Terreiro do Paço e Cais das Colunas ou Cais da Pedra, entre os vendedores de água fresca e as pirâmides de caramelos» <sup>(44)</sup>.

Bem o disse Alberto Pimentel: «No Aterro há bons ares, boas vistas, e, aos domingos, da uma às três horas da tarde, boas mulheres» <sup>(45)</sup>.

Em roda do coreto colocavam-se cadeiras de ferro com travessinhas de madeira no assento e costas, por cuja utilização se pagava um vintém. A cobrança era feita por internados do Asilo de Mendicidade, a favor do qual revertia aquele rendimento, como no tempo do Passeio Público.

Com a morte do Passeio, aumentou a concorrência do jardim de S. Pedro de Alcântara e subiu de categoria o jardim ou Passeio da Estrela, que se ficou devendo ao Conselheiro Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Ao jardim citado em segundo lugar, coube em sorte, há poucos anos, o antigo coreto da Avenida, construção feita de mármore e ferro <sup>(46)</sup>, que, tendo sido cuidadosamente desmanchada e numeradas todas as suas peças, foi ali recomposta, parecendo obra nova.

O «Dicionário Portugal» define deste modo as feiras francas: «Eram as feiras que gosavam de certas honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas por mercê do soberano. Modernamente, são aquelas em que se não paga *terrado* ou aluguer do terreno ocupado pelas tendas e barracas».

Foi uma dessas feiras, de grande esplendor e carácter muito particular, que o povinho admirou, embevecido, no alto da Avenida, pela primeira vez, no dia 8 de Maio de 1898.

Contudo, manda a verdade dizer-se que, toda a beleza exótica aí acumulada, e o panorama sem par que se desfrutava, mal se transpunha o recinto da feira, não deixavam esquecer a sensação de grandeza que se tinha apossado dos visitantes ao contemplarem a Avenida da Liberdade, na subida plácida que tinham acabado de fazer.

Um dos maiores atractivos da feira, por cujas ruas, mui amplas e geomètricamente traçadas, circulavam carruagens, cavaleiros e ciclistas, consistia no descomunal elefante, obra feita de pasta, que se destacava de todas as outras construções. A iniciativa dessa construção partiu

<sup>(43)</sup> *Memórias*, de Bulhão Pato, vol. II, pág. 14.

<sup>(44)</sup> *Lisboa de outros tempos*, vol. II, pág. 197.

<sup>(45)</sup> *Fotografias de Lisboa*, pág. 22. Outras referências, a págs. 21 e 108.

<sup>(46)</sup> Inaugurado em 15 de Agosto de 1894.

de Mimon Anahory, um novo que despontava e que havia de revelar-se como homem de acção, cheio de dinamismo, a quem haviam de ficar a dever-se muitos outros empreendimentos. A ele se associaram o actor José Alexandre Alves e o arrojado comerciante Francisco Grandela, que forneceram ao primeiro, respectivamente, a colaboração artística e os capitais.

No interior do formidável bicho levantaram um palco, onde se fez a exhibição de números de grande sensação e novidade; e em mesas espalhadas por toda a plateia, simultaneamente com o espectáculo que recreava a vista, servia-se o público de toda a espécie de refrescos e outras bebidas, com que se acompanhava a mastigação de bolos, sanduíches e quaisquer outros sólidos.

Num coreto, com a forma duma grande esfera armilar, erguido à entrada, tocaram os mais variados agrupamentos musicais, executando alegres e sucessivos concertos. Em seis séries de outros pavilhões, funcionaram os teatros, restaurantes, lojas de venda de artigos diversos e de exposição e venda de produtos regionais e coloniais. Para os últimos foi destinado um curioso *stand*, ao centro do recinto, que representava uma grande fortaleza, em forma de castelo, artisticamente muralhada. Ao alto, sobre o lado oriental, no ângulo fronteiro àquele onde estava edificado o palácio do Conde de Sabrosa, na entrada dos terrenos que haviam de ser destinados ao Parque Eduardo VII, erguiam-se sete grandes palhotas, onde se aboletavam os indígenas oriundos das nossas possessões ultramarinas.

Despertaram especial atenção as pulgas amestradas e o combate de galos, que para muitos era novidade. Este foi reconhecido como hediondo e, a pedido da Sociedade Protectora dos Animais, acabou por ser proibido pelas autoridades competentes.

Todo o imenso terreiro aproveitado para a feira apresentava uma policromia essencialmente decorativa, formada pela variedade da pintura dos pavilhões, pela diversidade das bandeiras, pelos inúmeros pendões alusivos a Vasco da Gama e por coleantes grinaldas de buxos e flores. À noite, uma profusa e bem disposta iluminação, irradiante de milhares de lâmpadas, realçava a beleza do grande e magnificente espectáculo.

Em 19 de Junho, o certame foi coroado por extenso e bem organizado cortejo alegórico, que levou seis horas a passar. Partiu do Terreiro do Paço e seguiu pelas Ruas da Prata, Betesga, Augusta, Capelistas e Áurea, Rossio (lado ocidental), Avenida da Liberdade, Alexandre Herculano, descendo pelo lado oriental da Avenida; Largo da Anunciada e Portas de Santo Antão; reentrou no Rossio, subiu a Rua Nova do Carmo, Chiado e Praça Luís de Camões e circulou pela Rua do Alecrim, dispersando no Cais do Sodré.

No cortejo participaram bandas musicais e representações de todas as associações e actividades. Entre os figurantes, vestindo indumentária própria, destacaram-se os toureiros e cavaleiros tauromáquicos, que envergavam os seus mais ricos trajes de seda e ouro. Os últimos apresentaram-se montados nos seus melhores cavalos, caprichosa e luzidamente ajazados.

Entre as principais associações, como a Comercial de Lisboa e a Industrial de Lisboa, a Sociedade de Geografia e o Ateneu Comercial, tomaram parte duas colectividades de socorro mútuo que já então gozavam de grande conceito e prosperidade, — as Associações de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio e Indústria e de Empregados no Comércio de Lisboa.

Na cauda desfilarão os componentes e dirigentes de escolas, creches, asilos, bombeiros municipais e voluntários, carros alegóricos, bandas de música, e, finalmente, um esquadrão da Guarda Municipal e muito povo, a massa anónima de sempre, que tão espontânea e patrioticamente vibra com estas manifestações, a que dá o indispensável relevo, cor e significado.

Mário Costa

(Do livro *Feiras e Outros Divertimentos Populares de Lisboa*, págs. 249 e 270)

# O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES

(Continuação da pág. 17)

Uns meses depois são substituídos os vereadores dos pelouros das obras e da saúde, D. António Álvares da Cunha e o Conde de Figueiró. Dão entrada na Câmara o Marquês de Cascais e D. Diogo de Faro<sup>(28)</sup>, cujo mandato foi, por decreto de 11 de Maio de 1677, prorrogado por mais dois anos.

De D. Diogo de Faro poucos dados bibliográficos existem. Nasceu em Bruxelas<sup>(29)</sup>, tendo, já órfão<sup>(30)</sup>, vindo para Portugal em 1646. Foi vedor da Infanta D. Isabel e da Rainha D. Maria Sofia, segunda mulher de D. Pedro II<sup>(31)</sup>.

D. Luís Álvares de Castro Noronha Sousa e Ataíde, 2.º Marquês de Cascais<sup>(32)</sup>, foi, sem dúvida, dos mais ilustres fidalgos que serviu a Câmara de Lisboa. Como vereador, presidindo, às semanas, ao Senado, tinha então a mais alta preponderância sobre a administração da cidade, poder este que, com o rodar dos tempos, havia desaparecido já do elevado cargo, que igualmente ocupava por hierarquia. Era o Marquês de Cascais Alcaide-mor de Lisboa, lugar que nos primeiros séculos da monarquia tinha autoridade administrativa e militar, com jurisdição sobre os *alvazis* e procurador da cidade. Já em tempos do 2.º Marquês de Cascais, pode-se dizer, que as suas funções eram as equivalentes às dos governadores militar e civil dos nossos dias, tendo perdido já, porém, qualquer superintendência sobre os assuntos do Senado. Era, então, na parte civil, um mero lugar honorífico.

Mais tarde (1695), terminadas já as funções de vereador, foi o Marquês de Cascais nomeado Embaixador de Portugal na Corte de Luís XIV, depois do que visitou os principais países da Europa. Escreveu a obra *Árvores de costado dos Soberanos da Europa*.

★

Em Janeiro de 1678 terminou o período de três anos da última vereação nomeada, com excepção do Marquês de Cascais e de D. Diogo de Faro. Entram na Câmara — por um ano — Tristão da Cunha, para o pelouro do açougue, D. Miguel Luís de

---

(28) 5 de Maio de 1676. Tomou posse no dia 18 (*Livro XX de Assentos*, fl. 7).

(29) *Hist. Gen.*, vol. IX pág. 366.

(30) Era filho de D. Sancho de Faro e de D. Isabel de Lima.

(31) Faleceu a 25 de Setembro de 1698 e foi sepultado na Igreja de S. Francisco.

(32) Nasceu a 7 de Novembro de 1644. Foi VII Conde de Monsanto, Fronteiro-mor, Condel-mor, Couteiro-mor, Senhor da Casa de Castro e dos morgados de Boquilobo e da Foz.

Meneses, para o da limpeza, dr. António da Costa Novais, terreiro, e dr. João Monteiro de Miranda, almotaçaria. A posse é-lhes dada em 26 desse mesmo mês<sup>(33)</sup>. Mais tarde é determinada a sua recondução até ao mês de Janeiro de 1680<sup>(34)</sup>, com excepção de Tristão da Cunha, que foi substituído pelo Conde de Soure. Terminado este novo mandato, D. Pedro designa a nova Câmara<sup>(35)</sup>: Conde-Barão para o pelouro da limpeza, D. Marcos de Noronha, para os das obras e calçadas e D. Luís da Costa para o da saúde, ficando os pelouros da almotaçaria e o do terreiro a cargo, respectivamente, dos desembargadores dr. Miguel da Silva Pereira e dr. António de Aguiar da Silva. O Conde de Soure, que transitara da anterior Câmara, faleceu no mês seguinte ao da sua recondução, tendo sido substituído por João de Saldanha de Albuquerque<sup>(36)</sup>. Esta nova vereação havia somente sido nomeada por um ano (o período variava sempre entre um e três anos), pelo que em 19 de Dezembro de 1680 e 31 do mesmo mês do ano seguinte é decretada a sua recondução. Nesta altura foram substituídos D. Luís da Costa e António de Aguiar por Luís Gonçalves da Câmara e Francisco Ferreira Bayão. Em 16 de Janeiro de 1682 sai João de Saldanha de Albuquerque e entra de novo, D. Diogo de Faro.

★

No final do ano, 31 de Dezembro o Príncipe Regente revoga o Regimento de 1671. Havia-se reconhecido o erro da modificação gerada no governo municipal. A falta de continuidade administrativa e de uma direcção única, responsável, levaram decerto D. Pedro a restituir ao Senado a autoridade superintendente que havia perdido com a plurização do poder presidencial, repartido por quatro vereadores.

Não obstante o intento de uma mais proveitosa responsabilidade administrativa, isto é, o desejo de obrigar os quatro vereadores fidalgos a intervirem directamente no conjunto dos problemas da cidade, a prática demonstrou o malogro do Regimento de 1671, na parte concernente ao desaparecimento do predomínio individual, concentrado nas mãos de um presidente responsável perante o rei e os municípios.

Facto é — e não devemos deixar de o assinalar neste simples bosquejo da actividade dos presidentes da Câmara de Lisboa — que por ela passaram, durante este curto lapso administrativo, as figuras mais representativas da política e da cultura nacionais. Nobres e eruditos dedicaram, no decurso de uma década, a sua actividade, abnegação e entusiasmo à capital do reino.

---

<sup>(33)</sup> *Livro XX dos Assentos*, fl. 13.

<sup>(34)</sup> Decreto de 8 de Maio de 1679.

<sup>(35)</sup> Decreto de 4 de Janeiro de 1680.

<sup>(36)</sup> 2 de Fevereiro de 1680.

Vejamos, em breve esquiço bibliográfico, quais foram os últimos vereadores que, nesse interregno regimental, exerceram as funções de Presidente do Senado:

Tristão da Cunha foi, além de governador de armas da Província de Trás-os-Montes, governador de Angola. Elias Alexandre da Silva Correia refere-se-lhe nestes termos, na sua *História de Angola* <sup>(37)</sup>: «Sucedeo ao antecedente (André Vidal de Negreiros), e não querendo mostrar-se hum só instante seu domínio de capital do seu governo, marchou logo da praia em q̄ voltou a tomar della conta na Igreja de N. Senhora de Nazareth, sem a assistencia do Senado, q̄ não esperava tão imprevista, e subita resolução, em 20 de Agosto de 1666». Este procedimento valeu-lhe ter sido expulso de Luanda, após cinco meses de governo.

D. Miguel Luís de Meneses, que foi o 1.º Conde de Valadares, não ocupou, que me informem as genealogias, outro lugar oficial, além de vereador de Lisboa <sup>(38)</sup>, como também D. Marcos de Noronha, Luís Gonçalves da Câmara e D. Gil Eanes da Costa (2.º Conde de Soure, que faleceu apenas com vinte e seis anos de idade) <sup>(39)</sup>. D. Vasco Lobo, Conde de Ariolo e Barão de Alvito exerceu, além do de vereador o lugar de deputado da Junta dos Três Estados, depois de (novo ainda) ter sido Arcipreste da Sé de Lisboa <sup>(40)</sup>; e D. Luís da Costa teve acção preponderante na Guerra da Independência. Dele nos fala, encomiásticamente, o Conde da Ericeira <sup>(41)</sup>; mas na *História Genealógica* <sup>(42)</sup>, escreve laconicamente, o seu autor, que «foy hum dos vereadores do Senado da Camera, no tempo em que o forão pessoas de qualidade e merecimentos». Faleceu quando ainda exercia o lugar de vereador, a 5 de Dezembro de 1681.

De João de Saldanha e Albuquerque, falaremos adiante, visto que voltou ao Senado de Lisboa, em 1708, mas desta vez como presidente.

Vejamos, através da documentação do arquivo municipal, a acção que, durante este período de 1671 a 1682, exerceram as várias vereações da cidade, às quais, sem dúvida, a falta de continuidade governativa, repetimos, impusera uma quebra de acção, e, até mesmo, uma insuficiência de directrizes e um enfraquecimento de poder.

<sup>(37)</sup> Vol. I, pág. 284.

<sup>(38)</sup> Faleceu a 1 de Fevereiro de 1714.

<sup>(39)</sup> *Hist. Gen.*, vol. X, pág. 391.

<sup>(40)</sup> Renunciou para casar com sua sobrinha. Faleceu a 22 de Fevereiro de 1687.

<sup>(41)</sup> *Portugal Restaurado*.

<sup>(42)</sup> Vol. XI, pág. 431.

O progresso da urbe, no rodar das últimas décadas, tinha sido quase insignificante. Lisboa sofria ainda o traumatismo terrível de uma época de decadência, atrofiadas as receitas, empobrecidos os cofres municipais. Para além da zona urbanizada só, de quando em quando, impulsionada pela localização de mosteiros e de ermidas, se vislumbravam pequenas habitações, mal delineados núcleos de casario, mas gérmens já dos futuros bairros tentaculares da cidade.

Erguida nos altos cômodos sobranceiros ao rio, Lisboa, ia, pouco a pouco, estendendo-se para os subúrbios. A sua situação geográfica, o aglomerado das suas habitações, igrejas e conventos, suas hortas e vergéis, espelhavam-se na toalha líquida do Tejo, formando espectacular cenário que embevecia e entusiasmava quem a visse do rio, em toda a extensão e exuberância dos edifícios e riqueza dos monumentos. Daí, as legendas encomiásticas de nacionais e estrangeiros. Em plena dominação de Castela, Cervantes, exclamou, ao deparar-se-lhe, no Tejo, a silhueta do casario da cidade: «Tierra, tierra, aunque mejor diria cielo, cielo, porque sin duda estamos en el paraje de la famosa Lisboa». E, como o autor do «D. Quichote», Tirso de Molina, no *El Burlador de Sevilla* tece à cidade do Tejo os mais entusiásticos versos:

«El Lisboa una octava maravilla  
De las entrañas de España.»

Dos escritores de seiscentos são inúmeros os panegíricos entusiásticos à Lisboa de então, à cidade «prima em nobreza e formosura» que, algumas décadas volvidas, um cataclismo assolador viria a sepultar em escombros.

Esta, a cidade que os homens bons do conselho, fidalgos e desembargadores, administraram nessa década, em subordinação ao Regimento de 1671.

\*

Um problema de difícil resolução se lhes deparou desde o início: o trânsito na cidade, proposição que vinha de longe já e se prolongou pelos tempos fora e hoje é, e cada vez mais, de uma acuidade impressionante. Torcoladas, estreitas, a maioria das ruas da cidade não permitiam a passagem de duas carruagens a par. Inúmeros foram os conflitos, as cenas sangrentas ou simplesmente pitorescas, que ocasionavam o encontro de dois coches rodando em sentido contrário<sup>(45)</sup>.

Meio século atrás, já Filipe IV ordenara a publicação do seguinte decreto:

---

(45) Leiam-se, entre outros, o trabalho do autor: *A freguesia de S. Cristóvão*, vol. I, pág. 215 e *Lisboa Seiscentista*, de Fernando Castelo Branco, pág. 49 e seguintes.

# LEY SOBRE APROIBICAM DOS COCHES, MULLAS, MACHOS, E LITEIRAS. 152

**D**OM Philippe per graça de Deos Rey de Portugal, & dos Algarues, da qué, & dalem, Mar em Africa, Senhor de Guiné & da conquista, Nauegação, & comercio, de Ethyopia, Arabia, Persia, & da India. &c. Faço saber aos q̄ esta minha ley virem que vendo eu o grande excessõ que ha de Cochẽs, & liteiras de Mullas, Machos, & geralmente vzaem delles de sella ( que he a causa de auer poucos Cavalos, & se perder o exercicio delles ) sendo de muita consideração no estado presente, & por estes & outros justos respeitoõs q̄ a isso memouem. Ey por bem & mando que da publicação desta ley endiante nenhũa pessoa ande na cidade de Lisboa em Machos, ou Mullas de sella, nem liteiras, saluo indo de caminho, nem em Coche seu, nem emprestado de Mullas, Machos, nem Cuaallos sobpena de perdimento dos ditos Cochẽs, Mullas, Machos, & Cavalos, ametade pera Captiuos, & a outra ametade pera quem os acufar, ao que será admetido qualquer do pouo, & os Meirinhos, & Alcaydes serão o brigados requerer a execução desta ley diante de seus superiores, demandando diante delles os que contra ella forem sobpena de perderem seus officios. E outro sy mando que nenhum official laure, venda, ou concerte os ditos Cochẽs, & liteiras sobpena de quatro annos de degredo pera Africa, & sem cruzados, ametade pera quem os acufar, & a outra ametade pera os Captiuos, as quais penas serão obrigados a requerer contra elles os Meirinhos, & Alcaldes na forma acima dita, & as ditas penas se não entenderão nem executarão em respeito dos officiaes que laurarem, venderem, ou concertarem os ditos Cochẽs, & liteiras, sendo das pessoas que tiverem licença minha pera os poderem ter, & andar nelles, ou sendo os ditos Cochẽs & liteiras de aluguer pera caminho, faindo desta cidade pera diuerfas partes, ou de qualquer pessoa que constar que o manda concertar, ou fazer pera sair della, & se feruir delle no caminho, & assi das pessoas que vuerem fora da cidade, & os mandarem aqui concertar, & no que toca as Mullas, & Machos de sella poderão andar nelles as pessoas Ecclesiasticas, Desembargadores, & medicos, & que outro sy poderão andar em liteira os que tiverem licença de Coche, & os Desembargadores, Corregedores, & luyzes diante quem se demandarem as ditas penas o comprirão sob a mesma pena de perdimento de officios, & não poderão deminuir, nem desimular cõ as ditas penas, & obrigarão aos ditos Meirinhos, & Alcaldes as demandem & nam consintão que as desimulem, & pera melhor se proceder tirarão delles de vassã cada anno nesta dita Cidade, os Corregedores do Crime della, & nam tirando as ditas de vassã se lhe darão em culpa em suas residencias, & para que esta ley se possa milhor cõprir, & conseguir o effeito della derrogo quaesquer Priuilegios, & liberdades que en contrario aja que aqui ey por declaradas como se de cada hũa dellas se fizesse expressã menção, & particular derrogação & pera que venha anoticia de todos mando se pobleque na minha Chancellaria mór, & se Registe na Casa da Supplicação, & Rellação do Porto. Dada em Lisboa, Seprião de Figueiredo a fez a vinta dous de Agosto de mil seiscentos & vinta seis. Pero Chanchez Farinha a fez escreuer.

## REY

INACIO FERREIRA:

**F**OY publicada na Chancellaria Mór a ley del Rey nõso senhor atras escrita, por mi Miguel Maldonado, escriuão da dita Chancellaria, perante os officiaes della & de outra muita gente que vnhã a requerer seu despacho: em Lisboa a dezasete de Nouembro de mil seiscentos & vinte seis annos.  
Miguel Maldonado.

Em casa de Belchior de Farja, liureiro de Sua Magestade. Taxada em 10. reis



Impunha-se, pois, o alargamento das principais artérias. Trabalhos difíceis, morosos, que as receitas do Senado não comportavam na extensão desejada. Mas alguns se fizeram. O principal era, sem dúvida o da Rua da Palma. Na consulta que a 9 de Março de 1673 <sup>(44)</sup>, o Senado enviou ao Príncipe Regente, lê-se:

«Senhor — a rua Nova da Palma é uma das principais serventias desta cidade, assim pela grande parte dos moradores dela, como para os do termo, e mormente em dias de feira (*a Feira da Ladra*, que então funcionava no Rossio), nos quais o concurso é tão numerosos e repetido, que não sem grande embaraço e molestia dos pobres saloios costuma passar coche, sege ou carro por ela neste dia, e sempre para os coches é a passagem dificultosa em se encontrando nela uns com os outros. . . ».

D. Pedro autoriza a obra, mas surgem as inevitáveis dificuldades financeiras. O custo das expropriações era enorme. Resultado: propõe a Câmara «romper-se» a torre das portas da Mouraria, com «arco que tenha capacidade de passarem coches». Assim surgiu, na Lisboa de então, o Arco há pouco demolido, sacrificado, igualmente, como a velha porta fernandina, às exigências do trânsito da cidade.

No labiríntico xadrez de ruelas e betesgas que serpenteavam entre o Terreiro do Paço e o Rossio de Valverde (a nossa Baixa de hoje), igualmente a vereação de 1676 fez incidir a atenção do pelouro de obras. Uma das suas mais movimentadas artérias foi alargada, a antiquíssima Rua dos Ourives da Prata <sup>(45)</sup>. A razão das obras era a mesma: o problema do trânsito. Lê-se, na consulta de 23 de Novembro daquele ano: «Com se restituir esta cidade à glória de ser côrte de seus legítimos reis e naturais senhores, tem crescido tanto na opulência de seus moradores, que as ruas, pela estreiteza da sua antiga fundação, não têm já capacidade para o concurso da gente, coches, liteiras e seges, cujo uso, introduzido pelo tempo é necessário hoje para o serviço da nobreza». Obra de grande monta, pelo avultado número de casas a derrubar, exigia de facto, do Senado um dispêndio que os cofres do Município dificilmente podiam suportar. Com uma meticulosidade que bem demonstra o escrúpulo da vereação de então, o Senado designou o Marquês de Cascais, responsável pelo pelouro das obras, de dirigir pessoalmente os trabalhos e «lançar» em «título à parte» os «foros que se comprarem, com declaração do preço que por eles se deu, ou dos que se subrogarem. . . para que, acabada a obra, se possa saber com clareza a despesa. . . ».

Alguns meses volvidos, porém, ainda as obras não haviam começado. Os processos de demolição seguiam, no entanto, o seu andamento. Mas uma questão surgia: a isenção do pagamento da sisa. A Câmara solicita ao Regente que a desobrigue de tal tributo, a exemplo do que fora autorizado, uns anos atrás, para a Rua Nova do Almada. D. Pedro deferiu o pedido.

---

<sup>(44)</sup> *Elementos*, etc., vol. VII, pág. 440.

<sup>(45)</sup> *Elementos*, vol. VIII, pág. 364.

<sup>(46)</sup> Pode ler-se a história desta artéria em *Lisboa de Lés a Lés*, vol. I, pág. 144 e segs.

Os trabalhos iniciaram-se com a rapidez aconselhável a uma obra que, segundo a própria definição da Câmara, tinha «consequências mui uteis», porque crescia «a cidade em formosura»; no entanto, somente depois de, segundo ordenara o Príncipe Regente, com alto sentido administrativo e cuidado interesse pelos direitos dos seus vassallos, «se ajustar primeiro com as partes a sua satisfação» e se procurar nas casas a reedificar a recuperação da quantia a despendar.

Os trabalhos de alargamento desta via pública vieram a terminar em 1680; a Câmara despendeu avultadas importâncias e a própria Coroa auxiliara com o pagamento das sisas que os respectivos fiscaes não isentaram, contra a anterior resolução régia.

Data de então a nova designação toponímica desta via pública. Ampla e desafogada, a primitiva artéria de trezentos passara a denominar-se Rua Nova da Prata.

★

Mas outras obras se efectuaram então. Enumeremo-las, embora sucintamente, como se impõe neste trabalho:

— Alargamento da porta de Santo André, trabalho que já havia sido deliberado durante a gerência do presidente do Senado, D. Fernando de Mascarenhas, e que constituía grande vantagem para o trânsito de «uma das maiores serventias e mais públicas desta cidade». D. Pedro autorizou, a pedido da Câmara<sup>(47)</sup> licença para se tirar a porta, «derrubando o pedaço do muro das ilhargas» que a cobria. Em 1676 foi igualmente demolido o postigo de Sant'Ana.

— Obras em Santa Apolónia, que, segundo se lê no agradecimento que D. Pedro fez à Câmara, pelo «seu zelo e cuidado»<sup>(48)</sup>, foram de manifesto interesse para a cidade.

— Grandes trabalhos de assoreamento das praias de Belém (cujas águas «iam arruinando os melhores edificios daquele distrito, chegando já perto do real mosteiro de Belem», como se escreve na consulta de 3 de Outubro de 1675, que acrescenta terem também as do rio de Algés arrastado tantas areias que se acumularam junto a torre de Belem», de modo que, passando antigamente entre a torre e a terra uma caravela, hoje se vai da terra à torre a pé enxuto»). Foi este, sem dúvida, um dos mais importantes e dispendiosos trabalhos da cidade, os quais se prolongaram ainda na gerência do Conde de Pontével.

Outras pequenas obras foram, ainda, executadas pelas várias vereações deste período de que ora nos ocupamos. A sua maioria obedecia ao mesmo pensamento e deliberação do Senado: o alargamento das mais apertadas artérias para maior facilidade

<sup>(47)</sup> Despacho de 15 de Março de 1673.

<sup>(48)</sup> Carta régia de 19 de Setembro de 1673.

de trânsito dos coches. Entre elas, temos ainda conhecimento das que se efectuaram na Rua do Limoeiro, junto ao Beco do Bugio<sup>(49)</sup> e na Rua Nova de S. Boaventura, em S. Vicente.

Pela leitura de uma das consultas da Câmara fica-se de facto elucidado sobre o constante intento do Senado em dar maior amplitude às ruas da cidade. A propósito do pedido feito pelos religiosos do Convento da Boa-Hora para que a Câmara lhes desse «tres palmos» da Rua Nova do Almada, o Senado escreve ao rei nestes termos<sup>(50)</sup>: «Aos vereadores. . . pareceu que em nenhum caso se devem deixar tomar os trez palmos da rua, porque, no mesmo tempo em que o Senado anda facilitando serventias e tirando cantos das ruas, se não deve deixar tomar parte duma tão principal».

Sobre os coches que então circulavam nas ruas da cidade lembramos o facto da Câmara, de acordo com o regimento de 1671 (o qual, como referimos, impunha severas medidas de restrição de «luxos, gastos prodigalidades») ter estabelecido, além do que se referia ao luxo do vestuário, dourados da casa, de mobiliários e das próprias cabeleiras dos fidalgos<sup>(51)</sup>, um regulamento em relação a essas viaturas. Os coches não podiam ter mais do que quatro mulas, «reservando o uso de seis para as pessoas reais sòmente».



A limpeza da cidade foi também uma das principais preocupações da edilidade olisiponense nesta década em que vigorou o Regimento de 1671.

A tenacidade do presidente Garcia de Melo lançara as bases de uma melhoria — nunca eficiente, dados os insignificantes meios — dos serviços de higiene e limpeza das ruas de Lisboa. A consulta enviada ao Príncipe Regente, em 31 de Maio de 1673<sup>(52)</sup>, mostra-nos bem o cuidado que a vereação tinha na arrecadação de todas as receitas, segundo o sistema até então usado. Assim, no preâmbulo desse documento lê-se:

«Por ser a limpeza desta cidade a cousa mais necessária á saude publica e decente ao trato comum de seus moradores, foi sempre pelos senhores reis, predecessores de V. Alteza, encarregada aos vereadores deste Senado». E mais adiante, depois de elucidar o Príncipe sobre a «atenção que sempre a Camara houve nesta matéria», insiste-se para que não houvesse isenção no contributo de todos para a limpeza da cidade. Enèrgicamente D. Pedro determina que «na destribuição, arrecadação e despeza do que se paga, haja tal forma que os moradores se persuadam que se não diverte para outro

(49) *Elementos*, vol. VIII, pág. 205.

(50) *Idem*, pág. 250.

(51) Escreve-se na consulta de 19 de Outubro de 1672: «trazer cabeleira quem por achaque necessite dela, pode permitir-se, mas cortarem os homens os próprios cabelos e trazerem os alheios, artificiosamente compostos, é cousa indigna».

(52) *Elementos*, vol. VII, pág. 448.

algum efeito mais do que na limpeza da cidade...». Este despacho, e a consulta a que ele dera origem foram motivados pela recusa de D. António de Sousa Macedo em pagar, pela circunstância de ser desembargador, o seu contributo.

Havia, de facto, tanto da parte da Câmara como do poder régio, a preocupação dominante de que Lisboa fosse uma cidade limpa.

Anos depois, um decreto emanado de D. Pedro<sup>(33)</sup>, reafirma-nos o interesse a que aludimos.

«Encomendo ao Senado que, enquanto dura a doença de D. Miguel Luís de Menezes e a ausencia do marquez de Cascais, se assista com todo o cuidado á limpeza e obras da cidade e termo; e aos vereadores conde de Soure e D. Diogo de Faro hei por mui encarregada a execução desta ordem.»

★

Uma das maiores preocupações da vereação de 1677 (Marquês de Cascais, D. Diogo de Faro, Manuel da Cunha e D. Francisco Mascarenhas, presidentes) foi, sem dúvida, a relativa ao gravíssimo problema da extinção dos incêndios.

Já, ao referirmo-nos à administração da cidade nos reinados de D. João I e D. João IV, tivemos ocasião de evocar as medidas havidas pelo Concelho para atenuar o flagelo dos fogos. Entre estas duas prevenções legislativas, porém, mediaram mais de dois séculos.

Os incêndios deflagravam assustadoramente. A falta de água — outro tremendo flagelo — constituía a principal causa do alastrar das labaredas e das suas tremendas conseqüências.

A consulta de 29 de Outubro de 1677<sup>(34)</sup> marca uma etapa decisiva no propósito de servir a cidade com os meios necessários para atenuar tão grave e contínuo martírio dos habitantes.

Paris, era já então um exemplo a seguir. Assim o expressa o Senado, ao lembrar ao Regente a necessidade de se introduzir em Lisboa o mesmo sistema: o uso de escadas ferradas, *bicheiros* e pessoal remunerado (carpinteiros, pedreiros e trabalhadores).

Sobre esta consulta lançou D. Pedro o seguinte despacho:

«O Senado ordenará, com toda a brevidade, que nesta cidade haja trez armazens: um no meio do bairro Alto, outro no meio do bairro de Alfama, outro no meio do bairro intermedio a estes; e que estejam providos de todos os instrumentos que se julgarem necessários para se acudir aos incêndios, e escadas dobradiças de altura competente, para que, com toda a prontidão, se possam remediar logo no principio; e a chave terá

<sup>(33)</sup> 7 de Outubro de 1679.

<sup>(34)</sup> *Elementos*, vol. VIII, pág. 245.

em cada bairro um dos mestres assalariados pelo Senado, com obrigação que, logo que tocar a fogo, abra o armazem que tiver a seu cargo, onde acudirão todos os officiaes assalariados, que hão de estar à sua ordem, para com eles, com os instrumentos, acudirrem com toda a pressa ao incendio, etc., etc.»

Foram estes armazéns os primeiros quartéis de Lisboa. Com eles, a cidade iniciara um serviço organizado, ao mesmo tempo que abandonava o amadorismo do pessoal que intervinha no combate aos incêndios. O material (baldes de couro, machados, picaretas, arpéus e esguichos), fora encomendado à Holanda, e o seu custo satisfeito sòmente pelos cofres do Município, conforme determinação de D. Pedro, em 18 de Novembro de 1681.

### CONDE DE PONTÉVEL

(1683-1688)

Findara o período de exercício dos vereadores nomeados em 1680 e reconduzidos nos dois anos seguintes. No último dia do ano de 1682 D. Pedro determina revogar o regimento de 1671, na parte respeitante ao lugar de presidente. Deixaram, por isso, de existir os vereadores fidalgos.

O teor do texto legislativo<sup>(55)</sup> é o seguinte:

«He por bem Restituir ao Senado da Camara a antiga forma, com que era guovernado, e pera Prezidente delle nomeo ao Conde de Pontevel, por tempo de Tres annos, que o sera com toda, a jurisdicção, e preeminências que tiverão os Prezidentes, que Ultimamente o forão no Senado, observandosse porem pontualmente o Regimento novo o qual se não alterará em couza alguma, sem espiçalmente ordem minha, e pera Vereadores nomeo aos Doctores Francisco da Fonçequa Sinsel, Antonio da Costa Nevães, João Coelho de Almeida, Ignacio do Rego de Andrade, Francisco Ferreira Bayão, e Sebastião Rudriguez de Barros, que o serão com os ordenados, e propinas, que ordenei tivessem os Vereadores no tempo em que não ouve Prezidente, observandosse tão bem a este respeito o novo Regimento que se fes em tudo, o que não for incompativel com o novo guoverno do Senado, e quando no novo regimento havia alguma couza que o seia, se me dara conta, pera eu dispor o que for mais conveniente, e assy o Prezidente, como os Vereadores tomarão posse, e servirão por este decreto, emquanto não tirão suas cartas, o que farão em termo de des dias, pera o que acodirão, a secretaria de estado, aonde se lhe passarão, e sem ellas não vençerão ordenado, nem se lhe fara assento delle.»

---

(55) *Livro Carmezim*, fl. 150 v. e *Chanc. de D. Afonso VI*, livro 48, fl. 134 v.

A posse de toda a vereação e do seu presidente teve lugar no dia imediato<sup>(56)</sup>; no entanto a carta régia de nomeação do Conde de Pontével é datada de 4 de Março seguinte<sup>(57)</sup>.

★

Quem era o Conde de Pontével? Leiamos a biografia que no opúsculo publicado em 1940 nos traçou o seu actual descendente, D. José da Silva de Noronha, 5.º conde de Pavolide:

«Nuno da Cunha de Ataíde, Aclamador, Conde de Pontevel. Serviu 55 anos na guerra e na paz, desde a Aclamação até morrer, servindo a três Reis: D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II. Último sobrevivente dos que aclamaram D. João IV, Capitão de Infantaria e de Cavalos, Tenente-General da Cavalaria, General de Artilharia, Mestre de Campo, Governador da Província de Entre Douro e Minho, servindo na do Alentejo, Deputado da Junta dos Três Estados, Conselheiro de Guerra, Governador e Capitão-General do Algarve, Governador das Armas da Província da Beira, para onde foi em 1679. Estribeiro-mor da Infanta D. Isabel Josefa, Presidente da Câmara de Lisboa, depois Presidente da Junta do Tabaco e Presidente da Junta do Comércio. Acompanhou a Rainha D. Catarina, Infanta de Portugal, em 1662, a Inglaterra, e em 1668 foi nomeado Embaixador Extraordinário, para conduzir a mesma Senhora a Portugal, o que ficou sem efeito, porque tendo só chegado a Paris, voltou para trás. Foi naquela capital muito bem recebido por Luís XIV, que em sua honra mandou que se soltassem todas as águas dos lagos e repuxos de Versailles<sup>(58)</sup>. Serviu toda a sua vida com enorme zelo e dedicação. Foi comendador de Santa Maria de Montalvão e de Santa Maria de Bornes, e teve a posse da Alcaidaria-mor de Serancelhe.»

Conta-nos o autor das *Monstruosidades no Tempo e na Fortuna*<sup>(59)</sup> que o Conde de Pontével, por ordem do Príncipe Regente, estivera preso, por volta de Setembro ou Outubro de 1669<sup>(60)</sup>. O caso é assim relatado por aquele minucioso memorialista:

«Sucedeu que um Corregedor se pôs à porta do Conde de Pontevel, esperando para prender um homisiado que recolhia em sua casa; teve aviso o Conde, e descendo seu irmão descompuzera o Corregedor. Sentiu S. A., como era razão; e mandando

---

<sup>(56)</sup> *Livro V dos Assentos*, fl. 26 v.

<sup>(57)</sup> *Livro Carmezim*, fls. 158 e 159.

<sup>(58)</sup> O facto vem assim narrado nas *Memórias* escritas por seu sobrinho (mss. Fundo Geral — códice 9844, fl. 59, B. Nacional de Lisboa): «Meu tio fallou em Pariz a El-Rey de França Luis 14, que lhe fez m.<sup>ta</sup> honra e agazalho e mandou que se lhe soltassem todas as agoas nos lagos e tanques de Versalles, que foi ver e meus irmãos».

<sup>(59)</sup> Tomo II, pág. 29.

<sup>(60)</sup> *História*, pág. 235, artigo de Gastão de Melo e Matos.

prender ao Conde e seu irmão, ordenou que fossem levados á fortaleza de S. Felipe de Setúbal, onde o castigo lhes adverteria o respeito que deviam ter aos ministros de justiça, na execução dele.»

E acrescenta: «Não querem entender estes Senhores que são vassallos e que têm Príncipe. . . »

Outro memorialista <sup>(61)</sup>, José da Cunha Brochado, polígrafo e diplomata, contemporâneo do Conde Pavolide, conta-nos, também, vários passos curiosos sobre a sua vida. Fala-nos, com um certo azedume e não sabemos mesmo se com algum exagero, da «sovinice» de Nuno da Cunha de Ataíde. Depois de se referir à sua nomeação para ir, a Londres, como emissário de D. Pedro, buscar a Rainha de Inglaterra, D. Catarina, em 1692, e de acrescentar ter-lhe o Rei dado «avultadas quantias», descreve-nos alguns episódios passados em Paris, enquanto o Conde de Pontével aguarda ordens para seguir ou não viagem até Londres:

«Sendo Paris uma corte em que todo o mundo anda de carroça, ele andava a pé sem nenhuma autoridade. Hospedou-se no *Hotel Garni* mas achou que gastava muito e mudou-se para uma *gargota* aonde se recolhe gente inferior». E acrescenta: «É cousa para toda a admiração que a miséria reduza a tanto um senhor rico, que chegou a padecer estas extremidades. Uns portugueses banqueiros disseram que um dia o acharam tão fraco que o levaram para sua casa e lhe deram de jantar. Ele e sua família se sustentavam com cerejas, porque a achavam barata e diziam na hospedagem que o Embaixador de Portugal e a sua *suite* fizeram aquela fruta cara. E entre outros casos de extrema avareza, refere-se ainda Cunha Brochado ao facto do Conde de Pavolide não ter visitado em Paris o Museu do Louvre só porque teria que pagar 30 soldos. E termina, informando-nos que «esta relação» lhe fora dada por um francês, de onde a copiou, «calando mil outras indignidades».

★

Não nos elucida o decreto de 31 de Dezembro de 1682 qual o período que, de futuro, seria determinado para o exercício de vereadores. O seu número continuou a ser de seis, como nos indicam os vários *assentos* e decretos. Curioso é notar que o *assento* de 1 de Janeiro de 1683 não nos fala também da distribuição dos pelouros. O período de exercício foi, no entanto, inicialmente de três anos — tempo igual ao estipulado para o cargo de presidente <sup>(62)</sup> — visto que nos dois anos immediatos não houve qualquer decreto de nomeação, mas muito simplesmente, em Dezembro de 1683, isto é, findo o primeiro ano de exercício, são os mesmos vereadores *providos*

---

<sup>(61)</sup> *Memórias*.

<sup>(62)</sup> *Livro Carmezim*, fls. 158 e 159.

«no pelouro que nele hão-de ocupar»<sup>(63)</sup>. Este decreto demonstra-nos que a escolha dos pelouros não era obrigatoriamente por sorteio, como nos afirma Freire de Oliveira, que acrescenta ser, então, como de facto o era, o lugar de vereador vitalício. Em 1684 e 1685 não houve qualquer mudança, mas em Janeiro de 1686 foram, na Câmara, lançadas as «sortes» para o exercício dos pelouros, sem qualquer ingerência governamental. No final do ano, porém, a distribuição dos cargos foi determinada pelo Regente, por um decreto de 14 de Dezembro<sup>(64)</sup>, tendo, no começo de 1688, último ano de gerência do Conde de Pavolide, sido de novo «lançadas as sortes»<sup>(65)</sup>.

\*

No decorrer do primeiro ano do governo de Nuno da Cunha de Ataíde é D. Pedro designado Rei, pelo falecimento de D. Afonso VI. Meses depois morre também D. Maria Francisca de Sabóia. A Câmara suspende por oito dias o despacho e, já de luto, a cidade assiste a várias manifestações de pesar, que o doloroso, mas já esperado acontecimento, impunha. Passados seis meses, porém, Lisboa rejubila. Festivamente acolhe a sua nova Soberana.

«Razões de ordem política não tardaram a impor a D. Pedro, já então aclamado rei... o dever de se consorciar novamente para assegurar a sucessão da coroa, à qual faltava um herdeiro varão. Na escolha da futura esposa triunfou a influência austríaca, assentando-se em que D. Pedro II tomasse por mulher a princesa D. Maria Sofia Isabel de Neoburgo, filha do Eleitor Palatino, Filipe Guilherme de Neoburgo»<sup>(66)</sup>.

A nova rainha chegou a Lisboa no dia 11 de Agosto de 1687. Um dos documentos que baixou à Câmara, assinado pelo Secretário de Estado, Mendo de Foyos Pereira, é de 11 de Junho<sup>(67)</sup>:

«S. Magestade, que Deus guarde, tem resolutu que, em demonstração de alegria pelo seu casamento, haja luminarias em toda a cidade, salvas de artilharia no castelo e fortalezas da barra e repiques nas igrejas e conventos; e porque os tres dias hão-de começar dia de Santo Antonio, me manda avisar a V. S.»

Antes, porém, já a Câmara expusera, a 16 de Maio, a D. Pedro as grandes dificuldades do Senado para satisfazer os avultados gastos com as festas do casamento. «Para estas — lê-se na consulta então enviada ao Rei — é preciso dinheiro pronto, em razão de serem as tais despesas pagas logo de contado, e o Senado se não acha com

<sup>(63)</sup> *Elementos*, vol. VIII, pág. 509.

<sup>(64)</sup> *Idem*, pág. 581.

<sup>(65)</sup> 2 de Janeiro de 1688 (*Idem*, vol. IX, pág. 27).

<sup>(66)</sup> *História de Portugal*, Barcelos, vol. VI, pág. 129.

<sup>(67)</sup> *Elementos*, vol. IX, pág. 6.



efeitos correntes para as fazer»<sup>(68)</sup>. E para conseguir a quantia julgada necessária, a Câmara alvittrara algumas soluções, entre elas um empréstimo a troco do officio de almoxarife das carnes (já então considerado negócio rendoso).

Como era habitual, a Câmara solicitara aos cônsules das nações acreditadas em Portugal «para fazerem os arcos da sua obrigação», ao que se recusaram os cônsules de Espanha e de Florença, resolução que, corroborada por D. Pedro, decerto muito desgostaria o somítico presidente do Senado.

★

Foram de facto grandiosos os festejos. Vários memorialistas<sup>(69)</sup> descrevem-nos as várias cerimónias então realizadas, nas quais a Câmara teve preponderante papel. O principal acto em que interveio directamente o Senado foi o da entrega das chaves da cidade, às portas da igreja de Santo António, onde eram, então, ainda os Paços do Concelho. Aí o Conde de Pontével, com seus trajos de gala, e os vereadores com garnachas de seda preta, forradas de tela branca, aguardaram a chegada do coche real. A alocução do estilo foi feita pelo vereador mais antigo, o Dr. João Coelho de Almeida.

Seguiram-se, durante vários dias, algumas das mais imponentes manifestações de regozijo a que Lisboa assistiu: danças, folias, fogos de artifício e luminárias e as tradicionais touradas no Terreiro do Paço, nas quais foram mortos, a rojão e à espada, muitos touros, e em que intervieram, entre outros, os Condes de Atalaia e Vila Flor<sup>(70)</sup>.

★

Condicionado sempre às enormes dificuldades financeiras do Município não deixou, porém, o Senado, prossequindo a actividade das vereações anteriores, de tentar melhorar as condições de limpeza e de trânsito na cidade. Enfrentando o primeiro problema, resolveu arrematar a limpeza a um particular, «por mostrar a experiencia que, correndo por superintendentes se não podia averiguar o seu procedimento». Sobre o trânsito, alargada que fora, durante as gerências anteriores, a Rua Nova da Prata, procedeu o Senado, de igual modo, ao estudo do arranjo da dos *Ourives do Ouro*, então, como hoje, «uma das mais frequentadas da cidade».

---

(68) A Câmara orçou os gastos em 6.000\$000 réis.

(69) Entre eles, o autor da relação publicada pelo Dr. Eduardo Brazão, in *Boletim Cultural e Estatístico* da C. M. L., n.º 2, vol. I.

(70) *Memórias*, etc. (*Lisboa e seu termo*, vol. II, pág. 23).

Mas um outro problema sobrelevava todos os outros: o abastecimento de água à capital. De longe vinham já as tentativas para dotar Lisboa do indispensável manancial. No reinado de D. Sebastião, como já referimos, tentaram-se os primeiros passos para a vinda da «Água Livre». Anos depois, como igualmente dissemos, o Senado atenta no problema e consegue trazer a água da Bemposta ao Rossio.

Nos chafarizes, nos poucos que então existiam, as lutas continuavam, intermeadas com as secas. Os preços exigidos pelas *quartas*, pelos *potes*, pelas *cargas*, atingiam cifras astronómicas. Lisboa continuava sendo a cidade onde se morria de sede.

Os projectos para uma solução imediata sucediam-se; vistoriavam-se, de quando em quando, os caudais; pensava-se em novas fontes. Mas os anos passavam e o problema tornava-se cada vez mais angustioso. D. Pedro não o abandona; recomenda-o com insistência ao Conde de Pontével. Um assento da vereação de 31 de Julho de 1683 elucida-nos claramente quanto ao desejo do monarca em que o Senado estude o aproveitamento da nascente da «Água Livre», ordenando a D. Nuno da Cunha de Ataíde, «a quem vocalmente» encarregara, que fosse feita uma vistoria para o intento de se trazer por aqueduto a dita água a esta cidade».

Feita a vistoria, a comissão, designada pelo presidente, conclui «que a dita água não era sufficiente para o efeito que pretendia o Senado».

O problema seria de novo ventilado... mas só volvidas algumas décadas, resolvido.

★

Terminado o período de três anos, foi o Conde de Pontével reconduzido no cargo. A carta régia <sup>(71)</sup> é datada de 15 de Janeiro de 1686 e o seu teor em nada altera as normas de nomeação: «Hey por bem de o prover do dito cargo de Prezidente da Camera e governo desta cidade para que o sirva por tempo de tres annos».

Mas não chegou a concluir este novo período. Pela folha dos ordenados que consta do Arquivo Municipal se verifica que serviu só até 19 de Março de 1688. A 11 do mesmo mês já havia sido nomeado o seu substituto.

Do Senado transitou o Conde de Pontével para a presidência da Junta da Companhia Geral do Comércio <sup>(72)</sup>, onde se conservou até à sua partida para Paris.

Faleceu, no seu Palácio da Rua do Loreto, a 27 de Fevereiro de 1696 <sup>(73)</sup>.

*Ferreira de Andrade*

(*Continua*)

<sup>(71)</sup> *Livro Carmezim*, fls. 160 v. e 161.

<sup>(72)</sup> *Chanc. de D. Pedro*, L.º 64, fl. 222 v.

<sup>(73)</sup> *Livro I de Assentos*, fl. 120 — Encarnação, onde consta a data de 28, mas que, segundo a opinião de Gastão de Melo e Matos (*História*, pág. 235) se refere ao dia do enterro.

# EDIÇÕES MUNICIPAIS DE PROPAGANDA E TURISMO

ALBUM DE POSTAIS COLORIDOS: «CAIS E RIO», «CASTELO DE S. JORGE», «ESTUFA FRIA», «JARDINS DE LISBOA», «LISBOA MODERNA», «LISBOA PITORESCA», «MIRADOUROS DE LISBOA», «MUSEU DA CIDADE» E «PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO»

ANAIS DO MÚNICIPIO

APCOS DE LISBOA  
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

ESCULTURAS DE LISBOA  
FERNANDO CASTELO-BRANCO

IGREJAS DE LISBOA  
MATOS SEQUEIRA

JANELAS DE LISBOA  
MANUEL VAZ FERREIRA DE ANDRADE

LISBOA  
LUIS TEIXEIRA

MUSEUS DE LISBOA  
FERNANDO CASTELO-BRANCO

POSTAIS «COSTUMES DE LISBOA»  
DESENHOS DE LINO ANTONIO

REVISTA MUNICIPAL

NO PRELO:

CHAFARIZES DE LISBOA  
LUIS CHAVES

GUIA TURISTICO DE LISBOA

MONUMENTOS DE LISBOA  
QUADROS FERRO

O CASTELO DE S. JORGE  
COSTA GARCEZ

PORTAS E BRASOES DE LISBOA  
LUIS FERROS PONCE DE LEAO



COMPOSTO E IMPRESSO  
NAS OFICINAS GRAFICAS  
DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA



município  
de Lissboa